

ROGÉRIO XAVIER NEVES

**AS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS DOS
CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA**

Campinas
2005

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**As possibilidades educacionais dos centros de
documentação e memória**

Autor: Rogério Xavier Neves
Orientadora: Prof. Dra. Maria do Carmo Martins

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Rogério Xavier Neves e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

Assinatura:.....

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

2005

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNI CAMP**

N414p Neves, Rogério Xavier .
 As possibilidades educacionais dos Centros de Documentação e Memória /
Rogério Xavier Neves. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

 Orientador : Maria do Carmo Martins.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

 1. Educação. 2. História. 3. Memória. 4. Centros de documentação.
5. Informação. I. Neves, Rogério Xavier. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-273

À minha companheira e amiga Ana Cristina Dias Rocha Lima.

À minha família.

Aos amigos de todos os tempos.

À memória do amigo Marcelo Francisco de Almeida (Um dos nossos...).

Aos profissionais que mantêm viva a memória do País.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração e à atenção de muitas pessoas, que inspiraram, incentivaram e contribuíram para a sua concretização. A todas, minha estima e gratidão.

À Professora Dra. Maria do Carmo Martins, por seus saberes e por ter sido além de orientadora, uma amiga exigente e muitas vezes paciente com esse aluno indisciplinado.

Às Professoras Dras. Maria Lucia de Souza Rangel Ricci e Heloisa Pimenta Rocha, que compuseram a Banca de Qualificação, pelas sugestões, sem as quais, certamente, a pesquisa estaria incompleta em suas ações.

Ao grupo Memória da Faculdade de Educação, da UNICAMP, que acolheu as idéias iniciais contidas no projeto para o Mestrado, esperando poder colaborar com as propostas e objetivos do grupo.

À Professora Dra. Anna Maria Martinez Corrêa, Coordenadora do Centro de Documentação e Memória - CEDEM, da UNESP, e a toda sua equipe, pelo incentivo em todos os momentos da pesquisa, traduzido em amizade, compreensão e sugestões, sem os quais o trabalho não se concretizaria.

Aos alunos do Programa Profissão, e do curso técnico em Biblioteconomia do SENAC, fonte de inspiração para compreender o papel da educação no mundo do trabalho e as possibilidades educacionais nas ações diárias.

Ao Conselho Regional de Biblioteconomia - CRB-8, conselheiros e funcionários, que me incentivaram e compreenderam minhas ausências, algumas vezes, por motivos, hoje, aqui concretizados

Em especial, à minha amiga e companheira Ana Cristina Dias Rocha Lima (Tine), pelo amor, carinho, compreensão e incentivo aos nossos desafios de vida e a vontade de acreditar num mundo mais humano.

À minha família, que acompanhou cada instante do trabalho, torceu em cada fase da pesquisa e comemorou a cada resultado conquistado. A vocês, meus sinceros e longos aplausos! Especialmente, à minha mãe, que voltou a estudar, dando-nos um enorme exemplo, cheio de alegria!

Aos amigos que me mostraram caminhos e viram crescer essa vontade de continuar um trabalho de pesquisa, germinado lá na graduação. A luta continua!

À Professora Maria Aparecida Faria Marcondes Bussolotti, pela amizade e dedicação no árduo trabalho de revisão dos textos, em busca dos sentidos.

À CAPES, pela bolsa oferecida no período de dois anos, possibilitando o desenvolvimento desta Dissertação.

Temos que aceitar a nossa existência em toda a plenitude possível; tudo, inclusive o inaudito, deve ficar possível dentro dela. No fundo, só essa coragem nos é exigida: a de sermos corajosos em face do estranho, do maravilhoso e do inexplicável que se nos pode defrontar.

Rainer Maria Rilke (2001)

SUMÁRIO

LISTAS DE FIGURAS	xiii
LISTA DE QUADROS	xv
LISTA DE SIGLAS	xvii
RESUMO	xix
INTRODUÇÃO	01
1 – MEMÓRIA - HISTÓRIA - EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	11
MEMÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO	15
TEMPO E HISTÓRIA: ESPAÇOS DE LEGITIMAÇÃO	17
O PASSADO, O TEMPO E OS CONTEXTOS LITERÁRIOS	21
TEMPO, MEMÓRIA E ORALIDADE	25
MEMÓRIA, HISTÓRIA E UMA EDUCAÇÃO LOCALIZADA.	29
LUGARES DE MEMÓRIA, ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO	31
EDUCAÇÃO PELA MEMÓRIA: QUE HISTÓRIA É ESSA?	34
EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	35
HISTÓRIA E MEMÓRIA: UMA VIA DE MÃO DUPLA	40
DOCUMENTOS: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA	48
2 – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: COMO CONSTITUIU-SE O DA UNESP	57
LUGARES DA MEMÓRIA E AS FONTES DE PESQUISA	61
INFORMAÇÃO, DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO	64
O TEÓRICO, O TÉCNICO E O CIENTÍFICO NOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO	67
O PAPEL DOS LOCAIS DA MEMÓRIA	74
UM LOCAL DE MEMÓRIA PARA ANÁLISE	76
UM OLHAR SOBRE OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DA UNESP	81
A UNESP	82
UM OLHAR SOBRE O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP - O CEDEM	92
3 – O EDUCACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS	105
O EDUCATIVO E O EDUCACIONAL NOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO	109
EDUCAÇÃO E COMPROMISSO POLÍTICO	122
EDUCAÇÃO ARTICULADA, SUJEITOS HISTORICAMENTE LOCALIZADOS	127
O TEMPO PRESENTE NAS ORGANIZAÇÕES DOS ACERVOS	139
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DOCUMENTAL: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	141
A DURAÇÃO	145
AS PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS E O TRABALHO EDUCACIONAL	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	171
ANEXO 1	179
ANEXO 2	191

LISTAS DE FIGURAS

- Figura 1 Lugares de Memória
- Figura 2 Lugares de Educação
- Figura 3 Carta de Lívio Abramo para Mário Pedrosa, Asunción (Paraguai), 18 de janeiro de 1967 – Arquivo Mário Pedrosa.
- Figura 4 Jornal *Notícias de Hoje*. São Paulo de 02 de fevereiro de 1955.
- Figura 5 Jornal *Lo Spaghetto*, São Paulo, 19 de abril de 1931.
- Figura 6 Conflitos sociais e os direitos humanos.
- Figura 7 Liberdade aos presos políticos.
- Figura 8 Praça da Sé em 1924 - Palacete São Paulo
- Figura 9 Praça da Sé em 1952
- Figura 10 Atual prédio onde está localizado o CEDEM -2004. Antigo Palacete São Paulo.
- Figura 11 Movimento de Interação
- Figura 12 Movimento de Reflexão
- Figura 13 Movimento de Aplicação e Conhecimento

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 CONFIGURAÇÃO DO ACERVO DO CEDEM

QUADRO 2 QUADRO DE COMPOSIÇÃO DAS COLEÇÕES DO CEDEM

QUADRO 3 ACERVO ESTIMADO EM 2004

LISTA DE SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
ASMOB	Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro
BNDES	Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social
CADE	Conselho de Administração e Desenvolvimento
CASES	Coordenação da Administração do Ensino Superior
CEDAP	Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da UNESP
CEDESP	Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo
CEDHUM	Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília
CEGET	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEIS	Centro de Estudos de Insetos Sociais
CELA	Centro de Estudos Latino Americanos
CEMAP	Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa
CEMOSI	Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes"
CESESP	Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo
CPEUSS	Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FAPESP	A Fundação para o Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo
FCL	Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis
FCT	Faculdade de Ciência e Tecnologia – Câmpus de Presidente Prudente
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília
FHDSS	Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Câmpus de Franca
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
IAP	Instituto Astrojildo Pereira
MIS	Museu da Imagem e Som
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PROPP	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SAUNESP	Sistema de Arquivos da UNESP
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

A pesquisa refere-se às reflexões sobre o trabalho educacional em instituições não-escolares, especialmente no Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM, entendido como um dos espaços constituído pela construção histórica de determinadas comunidades e, considerando o desenvolvimento, a organização do trabalho técnico, aliados a um universo simbólico criador e (re)criador, que escreve a própria história. Esses espaços – os centros de documentação – são instituições cada vez mais valorizadas, na medida em que, a sociedade necessita delas para legitimação da memória, em forma de preservação documental, promotoras de histórias, permitindo a reconstrução de representações simbólicas mediante o dinamismo do presente. A organização estrutural e documental do CEDEM, em suas relações com outros espaços sociais construídos historicamente, serviram como diretrizes para verificar em que momento esses “lugares de memória” aproximam-se dos temas da educação. A consolidação de uma idéia de educação nos espaços de memória permite ampliar as discussões já existentes nas relações estabelecidas entre a história social e os elementos educacionais, para pensarmos relações entre educação, patrimônio documental e cultura.

Palavras-chaves: Educação, Memória, História, Centros de Documentação, Informação.

INTRODUÇÃO

Passeio

*Vereis um outro tempo estranho ao vosso.
Tempo presente mas sempre um tempo só,
Onipresente.*

*A dimensão das ilhas eu não sei.
Será como pensardes ou como é
Vossa própria e secreta dimensão.
Às vezes pareciam infinitas
De larguras extremas e tão longas
Que o olhar desistia do horizonte
E sondava: ervas, água
Minúcias onde o tato se alegrava
Insetos, transparências delicadas
Tentando o vôo quase sempre incerto.*

*O peito era maior que o céu aberto.
Parávamos. E sabeis
Que o que contenta mais o peito inquieto
É olhar ao redor como quem vê
E silenciar também como quem ama.
Éramos muitos? Ah, sim
Eram muitos em mim.
O perigo maior de conviver era o perigo de todos...*

Hilda Hilst (1980)

O trabalho de investigação é sempre uma relação de tempo e espaço constante em nosso aprendizado. Um retorno aos caminhos iniciados pela curiosidade de experimentar e descobrir o significado das coisas na infância, e as inquietações perante as transformações sociais e culturais existentes no mundo quando nos sentimos adultos.

Se a curiosidade resulta em mudanças no universo da nossa experiência cultural, posso afirmar que essa pesquisa teve seu início na curiosidade de compreender o papel da educação e sua permanência direta com a vida, com a finalidade de pensar a realidade social, política e histórica, valendo-me dos trabalhos realizados em lugares caracterizados por preservar identidades e conservar memórias, como assim são chamados os centros de documentação.

A escolha e a decisão de verificar, nesses centros, possibilidades de educação se deram pelos questionamentos e suposições de alunos do ensino profissionalizante, ao se defrontarem com a realidade de centros de documentação, e em face desses lugares, poderem questionar-se sobre a capacidade do ser humano de avaliar, de comparar, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo e indagarem-se sobre antiga sensação humana de que tudo é inacabado, incluindo a nossa história. A possibilidade de inserção, compreensão da cultura, da história e as possibilidades de abrir caminhos para a intervenção de novos sujeitos na realidade dessas instituições foram, também, questionamentos que me levaram a construção desta pesquisa.

Não é difícil imaginar que assuntos como memória e educação interagem pelas relações existentes entre os indivíduos, a história e a produção de conhecimento. Essa relação permite articulações entre o passado e o presente, tendo como elementos geradores de discussão o tempo e o espaço, nos quais essas memórias são consideradas suportes para preservar a continuidade do passado e as suas celebrações.

Os valores e as propostas dessas articulações – discussão organizada do tempo e espaço – conjugados às leituras dos aspectos históricos/educativos, comuns às manifestações coletivas e individuais visíveis na sociedade, sugerem possibilidades de um novo olhar sobre as questões voltadas para as relações de aprendizagem nos espaços coincidentes na construção e no planejamento de políticas educacionais e de pesquisa, até então considerados lugares específicos e restritos de preservação da memória, como, por exemplo, os centros de documentação.

Evidentemente, pensar numa articulação dos trabalhos referentes à memória e à educação sugere, em primeiro lugar, uma discussão ampla, respeitando os conflitos existentes e as lacunas encontradas nos debates conceituais do processo de aprendizado que compete a cada área.

Uma característica marcante dos centros de documentação está na sua configuração, ou seja, esses espaços normalmente estão atrelados ao desenvolvimento de trabalhos ligados à área de informação especializada, como o trabalho de organização de arquivos, coleções de revistas, fotografias, jornais e bibliotecas. Esses locais são considerados geradores e produtores de informação, um diferencial para seu funcionamento, porque se tornam imprescindíveis ao desenvolvimento de pesquisas.

Isso significa dizer que os centros de documentação e memória são responsáveis e colaboradores diretos no desenvolvimento de pesquisas científicas, tanto da graduação e pós-graduação, quanto de pesquisas de mercado, empresariais ou industriais, por desenvolverem políticas de geração e produção de informações, que auxiliam os pesquisadores na elaboração de seus referenciais teóricos, e o próprio desenvolvimento do trabalho.

No Brasil, considerando a trajetória e o contexto político nacional, esses centros configuraram-se em espaços que refletiram, num primeiro momento, um panorama de resistência que, inevitavelmente, foi buscar no passado o difícil trabalho de criar referenciais históricos, por meio dos grandes debates políticos e sociais, pelos direitos das minorias populacionais, étnica/raciais, envolvidas nos debates e discussões voltados ao resgate da memória local e nacional, que começaram apontar, também, a necessidade de se tornarem espaços de referência, com a parceria das agências de fomento, para o desenvolvimento de pesquisas.

As dificuldades para encontrar caminhos que gerassem e produzissem informações em centros documentação e memória se assemelham às dificuldades de reconhecer, também, nesses espaços da memória, um movimento de aproximação educacional.

Vários fatores ainda contribuem para isso, como, por exemplo, o distanciamento entre esses espaços e o universo educacional, como parceiro na formação de novos profissionais pesquisadores ou técnicos; a dificuldade de acesso aos acervos; a estrutura física insuficiente, para atender à demanda de pesquisadores diretos; e acrescente-se,

nesse contexto, o fato de haver um movimento não-uniforme das ações em conjunto nessas instituições, como fatores determinantes para tal distanciamento.

Diante desse panorama, destacam-se alguns aspectos que contribuem diretamente à discussão de possibilidades educacionais e na relação desses lugares da memória com a comunidade: o primeiro deles está relacionado ao desenvolvimento tecnológico e à velocidade das informações e os materiais produzidos pelo meio (imprensa, internet etc.); o segundo constitui-se pela integração de uma sociedade que exige o máximo de informações num curto espaço de tempo; e por último, os mecanismos de organização dentro dos centros de documentação.

Pode-se dizer, assim, que a organização do trabalho desses espaços da memória necessita manter uma relação entre o presente e o passado sem perder seu valor político e cultural de fonte de informação histórica, com possibilidades de uma ação ampla que tenha também uma preocupação educacional.

Nessa perspectiva, esta pesquisa levanta algumas questões referentes ao uso da memória, considerando os aspectos profissionais e a possibilidade de verificar nesses espaços, trabalhos que sejam envolvidos pelo olhar educativo, como mais uma alternativa das atividades desenvolvidas nesses lugares, configurados pela preservação e conservação de estudos históricos.

Contudo, para pensar em possibilidades de trabalhos educacionais, por meio de processos técnicos/organizacionais, será preciso analisar a educação como um veículo de articulação com os estudos do passado e presente, fazendo algumas considerações, mesmo que preliminares, ante a representação e prospecção do tempo entre a memória e a história nos centros de documentação.

ORGANIZAÇÃO

A Dissertação foi organizada em três capítulos, a saber:

1) “Memória - história - educação: diálogos possíveis”, em que se considerou importante tratar de assuntos que estivessem relacionados ao trabalho entre história, memória e educação. Entre eles, foi dado um destaque para as questões sobre o tempo e algumas implicações para estabelecer o diálogo proposto. Situar a educação e localizá-la dentro do contexto de pesquisa foi uma das propostas apresentadas neste capítulo. Em seguida era preciso pontuar que educação estava se pensando para dialogar nos lugares

de memória e para entender que história é essa que estabelece diálogos com a educação. Dessa forma, foi possível entender que, pensar numa educação pela memória era entrar numa via de mão dupla que está polarizada entre a escrita e a oralidade. Por isso, era preciso correr riscos e entender o papel e a trajetória da documentação nesse contexto;

2) “Centro de documentação: como constituiu-se o da UNESP” foi o momento para compreender esses lugares da memória e como as fontes de pesquisa estão diretamente ligadas às atividades literárias, técnicas e de pesquisa desenvolvidas dentro dos centros de documentação, centros esses que têm uma trajetória, conflitos e controvérsias latentes em torno de suas funções e ações. Com base nessas questões e discussões foram levantados alguns dos aspectos teóricos, técnicos e científico nos centros de documentação para compreender o universo do lugar escolhido para os estudos. Ao escolher o Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da UNESP, era fundamental conhecer em linhas gerais, o contexto e características da Universidade em que foi criado o CEDEM e, por isso, entender os centros de documentação da UNESP e o próprio CEDEM neste contexto;

3) “O educacional e a construção de referenciais”, tendo identificado o Centro, suas características educacionais, suas ações e história foi fundamental discorrer sobre o que se estava compreendendo em relação aos aspectos educativos e educacionais nos centros de documentação. Um exercício que proporcionou descobertas e novas perspectivas quanto aos dilemas do fazer profissional em relação aos aspectos educacionais existentes num centro de documentação, e aos aspectos de produtividade documental. As questões referentes à educação diante dos compromissos políticos, sociais e culturais, no interior do Centro, foram assuntos importantes que serviram para pensar numa educação articulada, entre os sujeitos historicamente localizados, considerando o tempo e outros aspectos, como, por exemplo, a organização dos acervos para pensar numa aproximação educacional entre o mundo da educação e o universo dos lugares de memória.

Considerar que nesses lugares há um patrimônio histórico documental que necessita de novas observações e análises, para possibilitar uma reconstrução histórica pelos caminhos sinuosos da educação, foram também algumas reflexões levantadas neste capítulo, e ainda, considerando o trabalho histórico e educacional no CEDEM como um parâmetro de análise, de acordo com suas propostas, ações e realizações dentro e

fora da Universidade. Desse modo, foi possível constituir elementos que indiquem reais possibilidades educacionais em centros de documentação, segundo as perspectivas institucionais em face do trabalho educacional existente num desses lugares, e verificar que há possibilidades latentes para efetivar ações educativas que perdurem desde que a educação seja aí considerada um instrumento prático para compreender qual o seu papel em relação à sociedade, seus vestígios, e à construção da idéia do amanhã.

OBJETIVOS

GERAIS

Na pesquisa, os Centros de Documentação e Memória foram considerados espaços que possuem características específicas e direcionadas; para serem instituídos, devem compor acervos com base em temas escolhidos conforme o interesse da memória que se pretende preservar. Pode-se dizer que, com essas características, os Centros de Documentação e Memória refletem um novo período em relação ao estudos patrimônio cultural, histórico e documental em nossa sociedade. Mais do que reunir fontes de informação, os centros de documentação devem democratizar seu acesso a todos os usuários potenciais, criando assim um espaço para a pesquisa e o desenvolvimento para a formação de novos pesquisadores.

ESPECÍFICOS

Com base nesse panorama os objetivos desta pesquisa foram pontuados com o intuito de verificar a possibilidade do trabalho educacional nesses lugares, levando em consideração os instrumentos de pesquisas disponíveis e o acervo documental reunido na unidade de trabalho proposta para observação e debate mediante questionamentos levantados para o estudo a saber:

1. Os Centros de Documentação e Memória poderão desenvolver relações de ensino e aprendizagem, considerando seus aspectos técnicos, metodológicos e teóricos de organização do patrimônio histórico documental?
2. Há possibilidades de os Centros de Documentação e Memória realizarem atividades com perspectivas educacionais, aliadas à preservação de documentos e à disseminação de informações?

3. De que forma estes Centros de Documentação e Memória se aproximam do mundo da educação, considerando que possuem fontes de dados específicos que, por isso, os tornam instituições especializadas e com características peculiares?

1

MEMÓRIA - HISTÓRIA - EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

SÊMEN

*Nos antigos rincões da mata virgem,
Foi o sêmen plantado com meu nome
E a raiz de tão dura ninguém come
Porque nela plantei a minha origem.*

*Quem tentar chegar perto tem vertigem
Ensinar o caminho eu não sei
Das mil vezes que por lá eu passei
Nunca pude guardar o seu desenho*

*Como posso saber de onde eu venho
Se semente profunda eu não toquei.*

*Esse novo caminho que eu traço,
Muda constantemente de feição.
Eu não posso saber que direção,
Tem o rumo que firmo no espaço.*

*Tem momentos que eu sinto que desfaço
O castelo que eu mesmo levantei.
O importante é que nunca esquecerei,
Que encontrar o caminho é meu empenho.*

*Como posso saber de onde eu venho
Se semente profunda eu não toquei.*

*Como posso saber a minha idade,
Se meu tempo passado eu não conheço.
Como posso viver desde o começo,
Se a lembrança não tem capacidade.*

*Se não olho pra traz com clareza,
O futuro obscuro aguardarei.
Mas aquela semente que sonhei,
É a chave do tesouro que eu tenho*

*Como posso saber de onde eu venho
Se semente profunda eu não toquei.*

*Tantos povos se cruzam nessa terra
Que o mais puro padrão é o mestiço.
Deixa o mundo rodar que da é nisso,
E a roleta dos genes nunca erra.*

*Nasce tanto galego em pé de serra,
E nem por isso eu jamais estranharei.
Sertanejo com olhos de nissei,
Cantador com swing caribenho.*

*Como posso saber de onde eu venho
Se semente profunda eu não toquei.*

*Como posso pensar ser brasileiro,
Enxergar minha própria diferença.
Se olhando ao redor vejo a imensa
Semelhança ligando o mundo inteiro.*

*Como posso saber quem vem primeiro,
Se o começo jamais alcançarei.
Tantos povos no mundo e eu não sei
Qual a força que move meu Engenho*

*Como posso saber de onde eu venho
Se a semente profunda eu não toquei*

*Não sei o que fazer com essa situação
Meu pé não pisa o chão.*

Braulio Tavares (1998)

MEMÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO

As discussões sobre memória no campo educacional têm aumentado consideravelmente na atualidade, em razão das teorias sobre cultura educacional que se desenvolvem em diferentes espaços de formação do sujeito: a família, a escola, a igreja e outras instituições contemporâneas. Nesse sentido, espaços especializados em “organizar” a memória assumem papel protagonista. Centros de documentação, arquivos, centros de memória e bibliotecas especializadas proliferam-se, ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais lugares de apoio ao pesquisador em educação.

Entretanto, é preciso aproximar as potencialidades pedagógicas do mundo do trabalho como forma de contribuição ao fazer profissional de cada instituição colaboradora, sobre convergências concretas, possíveis e existentes nas relações educacionais desses espaços.

As exigências históricas imediatas da passagem do século XX para o século XXI apontam para um desenvolvimento permanente dos valores e atributos educacionais, que sugere em relação ao futuro, uma associação de leitura do passado e uma verificação sobre as vivências e experiências do presente.

Os espaços de legitimação da história tornam-se imprevisíveis quando ligados às fontes de um trabalho social e cultural. Estas fontes sinalizam direções múltiplas, uma vez que permitem analogias e contrastes entre as experiências antigas e as experiências modernas de contato entre grupos culturais diferentes, ao mesmo tempo em que se configuram nesses espaços, lugares de educação, sobretudo, quando os objetivos dos trabalhos realizados com as fontes consistem em reconduzir, reelaborar e repensar a história, e, assim dar novos sentidos, significados e simbologias.

O que LEFEBVRE(1989) caracteriza de uma dialética inerente ao cotidiano, em certo sentido, produto e resíduo de todas as atividades que se procuram programar ou planejar. Uma dialética das coisas da vida, como uma curiosidade que analisa a cotidianidade, o urbano, a diferença. Na verdade, uma parte desse cotidiano escapa a este intuito, e que um anseio por outra coisa deixa entreaberto o campo dos possíveis.

Uma forma de pensar em cada ação, cada escolha como parte do processo de conhecimento tendo como resultado um espaço para relações entre diferentes em suas disposições, intenções mesmo exteriores ao tempo da história contada. Articulando

nesses espaços as variadas formas de designar os tempos sociais, as técnicas e tecnologias, observando seus valores, ritos e mitos, que atrelados à educação permitam uma construção democrática e, talvez, a modernização e instrumentalização de um ensino múltiplo e para todos.

Articular o trabalho educacional em instituições organizadas, capacitadas pelas formas de considerar os fatos históricos por seus critérios de relevância e por seus conteúdos definidos, é um desafio que será percebido por suas peculiaridades e antagonismos, valendo-se das práticas educativas existentes e das atividades técnicas elaboradas para determinados fins, sejam eles políticos, sociais ou educacionais.¹

As peculiaridades estão apresentadas pelas características organizacionais da instituição envolvida na pesquisa, os centros de documentação que, ao deixarem de ser analisados unicamente como instrumentos para ações específicas de organização de acervos documentais e bibliográficos, ou de preservação patrimonial e de memória, tornam-se espaços para oportunidades de desenvolvimento de trabalhos educacionais.

Os antagonismos serão reconhecidos conforme forem confrontados os saberes do fazer educativo articulados à prática profissional nesses espaços, caracterizados por seus procedimentos operacionais de organização do trabalho técnico, material e documental.

O vetor primordial de um centro de documentação está nos valores expressos nos materiais recuperados, nos interesses de divulgação dos trabalhos técnicos, na sua capacidade de estabelecer conexões socioculturais por meio da informação que possui sobre o conteúdo do acervo organizado, com o propósito de expandir o sentido de passado entre seus participantes, a fim de apreender à luz do exame dos materiais disponíveis, uma autonomia institucional e o seu reconhecimento na sociedade.

Dessa forma, um centro de documentação permite a seus profissionais, tornarem-se agentes ativos da educação. Uma forma de penetrar nas questões referentes à consciência social da educação, favorecendo discussões mais amplas e profundas quanto ao trabalho e à produção dos elementos históricos e de memória nesses espaços.

¹Desafio que na concepção de BAUDRILLARD(1989) seduz. A sedução que atua em todos os campos. Se tirarmos das coisas o princípio de realidade, encontraremos uma espécie de desafio à existência de verdade. Entraremos então num jogo que evidentemente poderá produzir efeitos na teoria. Tradicionalmente, a produção teórica consiste na acumulação, na arquitetura de conceitos. A sedução desarticula, transporta as coisas para fora da verdade que lhes é atribuída. Sendo fulgurante, a sedução não pode acumular. Sendo desafio e disputa, ela se acelera muito depressa, consumindo suas próprias regras (p.82-9).

Sem as pretensões de realizar uma revolução pedagógica em espaços não escolares, neste trabalho, foi possível verificar e situar um eixo caracterizado pelas ações/funções educacionais desses espaços de memória e a possível combinação de movimentos que favoreceram a interação produtiva dos ‘lugares da memória’,² como locais de colaboração ao ensino, seja ele *strictu sensu* ou em qualquer outro nível. Uma interação institucional que resgata uma realidade histórica vivida e reorganizada, de acordo com descobertas históricas, políticas e a possibilidade de reflexões educacionais.

A percepção do trabalho educacional em centros de documentação aponta para análises alternativas e de complementaridade referente ao trabalho de educação realizado no Centro. A recorrente idéia de organização dos documentos considerados históricos e desencadeados por um movimento de aproximação entre o tempo, a memória preservada nesses locais contrasta realidades e reverte, com base em princípios de participação e ação, esses lugares sociais em lugares para educação.

TEMPO E HISTÓRIA: ESPAÇOS DE LEGITIMAÇÃO

A idéia de movimento que aproxima tempo, memória, história e educação reflete um processo de transformação permanente e incessante, onde conceitos se constroem e se dissolvem e, dialeticamente, se relacionam ou se negam mutuamente. A história está sempre relacionada com uma determinada concepção de tempo, quase uma realidade física, nos centros de documentação, uma realidade material. A escrita da história está vinculada à construção e elaboração do trabalho de registrar e, criticamente, comentar os percalços da humanidade.

Reconhecer que o processo de produção do conhecimento histórico sofre mudanças no tempo, significa assumir um posicionamento teórico, pois a premissa considerada é a de que o processo de produção de conhecimento humano é infinito. Porém, a humanidade estabelece nas diversas fases e seu desenvolvimento histórico um processo acumulado de verdades parciais, que pode ser caracterizado pelo aspectos objetivo das instituições e subjetivo das pessoas, dos profissionais envolvidos no trabalho, que permite ampliar o horizonte histórico e dar significado à nossa infinita capacidade de produzir experiências.

² Lugares de memória como metáforas dos espaços de organização e guarda de documentos e outros materiais.

Tomando-se por base essa análise, é possível afirmar que a história dos trabalhos realizados nesses “lugares de preservação da memória” tem caminhado para um reconhecimento institucional, ou seja, uma história mais preocupada com os significados e os símbolos presentes na recuperação das memórias intertextuais, de contexto social e histórico. O que prevê uma relação mais interpretativa sem perder seu cunho explicativo.

Encontrar no passado elementos que possam abrir perspectivas para o presente e o futuro, significa fazer uma historiografia comprometida com a história social dos grupos e suas comunidades, com suas histórias e lutas. Uma possibilidade de renovar seu ciclo de representação e análise.

Discute-se há muito tempo quais são as perspectivas do trabalho histórico dentro dos espaços de legitimação da epistemologia da história. Embora não seja esse o mote da pesquisa, cabe pontuar que a partir da metade do século XVIII e no século XIX o exame crítico do saber histórico esteve enquadrado em diretrizes metodológicas e científicas que caracterizariam a idéia de ciência, como explicação racional, objetiva e verdadeira da realidade pelo trabalho histórico.

As formas de legitimação do trabalho histórico estavam em debate pela comprovação de temas, pelos quais o discurso e a ação dos historiadores determinariam o mérito daquilo que seria representado e preservado. Caracterizavam-se pelas reflexões sobre neutralidade, objetividade e subjetividade em relação às noções de fato, de acontecimentos e, também pela natureza dos suportes a tais teorias e afirmações da prática historiográfica em locais adequados.³

O clima favorável, a partir da metade do século XX em diante, abriu caminho ao aparecimento de instituições que passaram a abrigar e incentivar, oficialmente, nos mais variados setores, incluindo-se as universidades, espaços para um debate em que a utilidade do saber histórico começaram a se fazer sentir, oferecendo desse modo um

³Até o século XVIII, e sem contradição com o ideal de discurso verdadeiro sobre o passado, o texto histórico confundia-se com o texto que hoje chamamos “literário”. O historiador sempre fora, desde a Antigüidade clássica, um narrador. A história era concebida como um ramo da retórica e um gênero narrativo particular. Narrar, para o historiador, era sobretudo contar os acontecimentos notáveis do passado, escrever um relato circunstanciado, registrar os feitos dos grandes homens, seu heroísmo cívico, sua virtude ou santidade, seu exemplo digno de perdurar na memória da humanidade. Com orgulho racionalista do “século das luzes”, a cosmovisão burguesa penetrou a historiografia. A recusa da fábula como o “outro” da verdadeira história foi o primeiro passo na adoção de uma série de paradigmas científicos que levaria a um verdadeiro obliteramento da narrativa na historiografia dos séculos XIX e XX (BENATTI, 2000, p.63-103).

quadro institucional com características específicas, que busca o conhecimento crítico junto às fontes, com o esforço da pesquisa e a possibilidade de apresentar ao interlocutor um espaço para abstração. Um espaço que permita o diálogo permanente entre o material que exprime a idéia de organização sugerida e as impressões que o indivíduo, o pesquisador etc., recebe desse material para dar sentido à idéia de liberdade que é produto das contradições sociais. Essas discussões e contradições tornam-se possíveis de ser tratadas sem esquecer que a história é essencialmente interpretativa, dialética e temporal. A publicação de fontes e de memórias históricas dentro dos espaços de legitimação levam ao conhecimento histórico, quando o movimento que se inicia na pesquisa, no silêncio das fontes e na reconstrução das imagens históricas são verificáveis nas manifestações culturais do trabalho historiográfico.

Através das polêmicas e os méritos do discurso histórico, não se pretende aqui localizar o lugar da concepção da história nos debates literários, artísticos ou das ciências, porém, verificar num espaço legitimado pela historiografia, um lugar coerentemente organizado, com um saber adquirido por meio do exame crítico e técnico da documentação ou dos materiais que, na concepção científica da história e pela análise de seus profissionais, multiplicam as possibilidades de uma ação educacional considerando o olhar observador da história. O que ARENDT(2002) confronta quando se refere aos trabalhos de reflexão sobre os conceitos existentes entre a história e a natureza:

Nosso moderno conceito de História é não menos intimamente ligado ao moderno conceito de natureza que os conceitos correspondentes e bem diferentes que se encontram no início de nossa História. Também eles só podem ser vistos em seu pleno significado quando sua raiz comum é descoberta. A oposição do século XIX entre Ciências Naturais e Históricas, junto com a pretensa objetividade e precisão absolutas dos cientistas naturais, é hoje coisa do passado. Os cientistas naturais admitem agora que, com o experimento, que verifica processos naturais sob condições prescritas, e com o observador, que ao observar o experimento se torna uma de suas condições, introduz-se um fator “subjetivo” nos processos “objetivos” da natureza, ... o moderno historiador, via de regra, ainda não é consciente do fato de os cientistas naturais, contra os quais ele teve que defender seus próprios “padrões científicos” por tantas décadas, se encontrarem na mesma posição, e muito provavelmente reafirmará, em termos novos e aparentemente mais

científicos, a velha distinção entre Ciência da Natureza e Ciência da História. A razão está em que o problema da objetividade nas Ciências Históricas é mais que uma mera perplexidade técnica e científica. Objetividade, a “extensão do eu” como condição de “visão pura” (*das reine Sehen der Dinge* – Ranke), significava a abstenção, de parte do historiador, outorgar louvor ou opróbrio, ao lado de uma atitude de perfeita distância com a qual ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas fontes documentais.(p.78-9)

Cabe afirmar que repensar a história não significa apenas narrar um passado, ou unificar um saber pela *práxis* histórica dos fatos e acontecimentos recuperados, mas compreender a história com sua especificidade e os seus perigos, uma fonte que permite ser observada e experimentada. Desse modo, os lugares de memória permitem reconstituir esse passado pelas descrições possíveis dos acontecimentos que representam. Consiste, assim, encontrar na história particularidades desses acontecimentos que estão materializados pela singularidade vinda do passado e compreendida na origem lógica e social do presente, valendo-se das peculiaridades desses lugares – nesta pesquisa, os centros de documentação –, e a compreensão de que história é descrição, especificidades variadas no tempo e nas diferenças da vida das sociedades humanas, apontadas como dignas de memória.

Ela não pode ser inerte, enrijecida em sua estrutura, deve escapar a uma identificação entre história e política, velho sonho da historiografia que deve ajudar o trabalho histórico a dominar seu condicionamento pela sociedade, sem o qual a história será o pior instrumento de todo e qualquer poder (LE GOFF, 1996, p.139).

Aproximar os trabalhos educacionais de um trabalho enriquecido pelos debates históricos significa um compromisso com a legitimidade e os limites da investigação histórica. Em meio às complexidades de cada área, o saber educacional e histórico é antes de tudo, um saber político.

O reconhecimento das nossas próprias limitações humanas e a vontade de contribuir com o processo de construção da história para as futuras gerações, fazem da história um elemento constitutivo da relação entre as forças políticas que se estabelecem pelo discurso da memória, como fonte dos conhecimentos transmitidos.

O passado, que se pretende recordar, é ao mesmo tempo individual e social; a memória são as dores, a infância, a alegria, a adolescência e a idade adulta. Uma consciência que se afigura como o mais íntimo e o mais público, que depende de um aprendizado para além dos contextos ideológicos e políticos inerentes ao poder, para que sejamos capazes de construir uma história como sujeitos de sua própria temporalidade e de seu espaço social, que NORA(1997) chama de lugares de memória.

O estudo dos lugares da memória se encontram desta maneira na encruzilhada de dois movimentos que lhe deram lugar e sentido; de uma parte um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre ela mesma; da outra parte um movimento propriamente histórico, de uma tradição da memória. O tempo dos lugares, este momento preciso onde nós vivíamos na intimidade de uma memória disparada para não viver mais o olhar de uma história reconstituída. Investigação decisiva do trabalho da história, de um lado, e a exaltação de um patrimônio consolidado, do outro. (p. 28)

Dessa forma, acreditar que um trabalho educacional pode enriquecer uma problemática histórica também não será um retrocesso que substituirá o lugar pelo acontecimento histórico.⁴

Assim como vem despertando o interesse dos educadores, pesquisadores e historiadores – os centros e museus de ciência – são exemplos claros de que o lugar não substituirá conhecimentos. Esses espaços, considerados extra-escolares, que pretendem dessacralizar e desmistificar os fenômenos naturais e facilitar o domínio instrumental dos aparatos tecnológicos, auxiliam estudantes a não se perderem numa sociedade

⁴ Num estudo notável, Eliseu Verón analisou o modo como os *media* “constróem hoje o acontecimento”. A propósito do acidente na central nuclear americana de Three Mile Sland(março-abril de 1979), mostra como, neste caso, característico dos acontecimentos tecnológicos cada vez mais importantes e numerosos, “é difícil construir um acontecimento atual com bombas, válvulas, turbinas e sobretudo radiações, que não se veja”. O que obriga uma transcrição feita pelos *media*: “É o discurso didático, nomeadamente na televisão, que se encarrega de transcrever para a informação e linguagem das tecnologias”. Mas o discurso da informação para os novos *media* contém perigos cada vez maiores pela constituição de memória que é uma das bases da história. “ Se a imprensa é o lugar de uma multiplicidade de modos de construção, a rádio segue acontecimentos e define-lhes o som, enquanto que a televisão fornece as imagens que ficarão na memória e assegurarão a homogeneização do imaginário social”. Deparamos aqui com o que sempre foi o “acontecimento” em história – da história vivida e memorizada e da história científica com base em documentos (entre os quais, o acontecimento como documento ocupa, repito-o, um lugar essencial). É o produto de uma construção que compromete o sentido histórico das sociedades e a validade de uma verdade histórica e fundamento do trabalho histórico(LE GOFF, 1996, p.142). O que não impede, neste contexto, encaminhar nossos questionamentos e desafios quanto às possibilidades de investigação entre a educação, a memória e os espaços históricos que a legitimam.

centrada na informação, ciência e tecnologia. Os centros de documentação e memória também devem constituir-se em novos e importantes cenários de colaboração para o ensino formal e não-formal como um espaço histórico e cultural, para complementar a educação em seu sentido mais amplo, por sua potencialidade interdisciplinar.

A respeito das diferenças metodológicas encontradas entre a Natureza e a História, pode-se afirmar que o termo *História* se generalizou à Natureza, e, com o respaldo da idéia de evolução ou de transformação dialética, pôde-se conceber uma História global, sob um tempo único e uniforme, como o descrito por Aristóteles (NUNES,1992).

Entretanto, não seria possível aproximar estudos educacionais dos centros de documentação, se não houvesse confrontos entre o fazer histórico e o educacional, tomando-se por base também algumas considerações sobre o tempo. Um tempo que obedece a padrões culturais recorrentes de uma experiência vivida em um determinado lugar, por um grupo que se identifica e se caracteriza como parte integrante dos fatos e acontecimentos no interior de um determinado país, com suas características políticas e sociais confrontadas por suas diferentes ações: políticas, sociais, de cidadania, mesmo que temporariamente e historicamente localizada.

Assim, o conceito de passado que se aproxima do trabalho histórico pode ser representado pela idéia de passagem por uma rua de mão dupla, que caracteriza um tempo vivido, consolida-se como algo existente num tempo organizado (aquilo que se recupera) e movimenta-se num tempo presente pela memória que se pretende guardar, preservar, refletir etc.

Essas premissas, que refletem o tempo existente, dentro de um lugar de preservação da memória, permitem a seus interlocutores a possibilidade de reunir num mesmo espaço a continuidade histórica pela compreensão temporal do passado, aberto ao historiador, ao educador e também a seus usuários, pelo acesso aos objetos que se tornam mediadores de sua historicidade e complementam-se quando há uma convergência do passado com o presente, de uma perspectiva de futuro. Portanto, um descobrimento do passado, legitimado pela possibilidade de uma investigação que tematiza fatos e elabora de antemão sua situação temporal, como método de investigação e historicidade.

Um centro de documentação assegura as vivências e concebe uma historicidade no plano de existências individuais e coletivas, quando se aproximam por trajetórias e contextos semelhantes de práticas cotidianas sociais, políticas e culturais. Assegurar, entretanto, sua permanência de geração a geração, significa permitir reflexões de período a período em relação a sua forma de legitimidade institucional, na tentativa de manter uma historicidade autêntica alinhada a uma imagem colaborativa do passado.

Assim, o centro de documentação desfila possibilidades de análises que consideram o tempo como um elemento importante de suas ações e legitima seu fazer operacional e técnico como complemento para a proposta configurada em desafios educacionais.

Desafios que promovem diálogos e reencontros do tempo antigo com o moderno, o contemporâneo. Um fenômeno que tende a aprofundar-se e a estender-se em outras direções menos ambiciosas, porém, não menos importantes de possibilitar o convívio entre tempos, pela riqueza das contradições existentes nas análises realizadas nesses espaços e a oportunidade de instigar, pelo trabalho educacional, um jogo de decifrar os caminhos para uma história que está sempre relacionada com a construção e elaboração dos critérios metodológicos, literários e valorativos constituintes do seu trabalho.

Uma proposta que recupera o tempo refazendo um pretérito que passa a existir pela constituição da objetividade e subjetividade próprias. Delimitadas em ações e práticas recuperadas nos documentos, imagens, sons e vozes ordenadas em séries, dossiês organizados com fins próprios, mas que não poderão ser rígidos, porque há uma co-habitação do tempo preservado que precisa ser compreendido e revisto.

Para isso, uma inquietude é necessária para indagar esse passado que se torna presente e manifesta-se de outra forma material; porque seu tempo existencial é outro, desenrola-se constituindo novas identidades.

Recorrer aos aspectos educacionais que conduz esta pesquisa, significa ultrapassar fronteiras e as linhas divisórias de trabalhos existentes entre a ficção e a história guardada nos centros de documentação e memória; inscrever-se entre as formas de legitimidade histórica que recorram a alguns sonhos permitidos e possíveis, pelos próprios discursos de histórias legitimadas pelas variantes distinções da literatura, da fantasia, de uma verdade vivida pela mitologia, por exemplo:

Vale lembrar, recorrendo à mitologia grega: Clio, a musa da história, é filha de Mnemosine, a titânica irmã de Cronos (pai de Zeus), ambos gerados por Gaia, a Terra, e Uranos, os Céus. Tempo (Cronos), memória (Mnemosine) e história (Clio) são, assim, originariamente anteriores ao reinado dos olímpicos presidido por Zeus e sua luminosidade ordenadora expressa também em razão. Mais arcaicos, de estirpe titânica marcada por insubmissão e violência, tempo, memória e história incessantemente questionam o instituído e o fixado, mantendo tensa relação com a racionalidade olímpica, unificadora e sistematizante. O titanismo que corre nas veias de Clio transparece na linhagem que parte dos logógrafos, Heródoto e Tucídides, e chega aos historiadores atuais, sob forma de inquietante pendular entre verdadeiro e falso, real e simulacro, que preocupa os filósofos de Heráclito, Parmênides e Platão a nossos dias.(PESSANHA, 1992, p.33)

Assim como a mitologia permite essas associações em detrimento de uma história que caminha e não pára, é possível também pensar nas aproximações entre o fazer dos centros de documentação e o conhecer de seus interlocutores pelos sentidos da história, considerando esses locais, como espaços de legitimação histórica, por sustentarem as pessoas em sua vida social e pessoal pela ações educativas que realizam. A história oral, por exemplo, justifica suas ações considerando o fato de contextualização do tempo e as variações possíveis das fontes históricas consideradas no depoimento oral.

Os fatos, acontecimentos ou situações ditas desencadeiam, pelo relato contado e registrado, novos instrumentos para análise histórica. O imaginário da fala e a construção real dos relatos provocam a representação do social, do histórico e do individualmente construído. Como traço característico da arte popular, a combinação entre uma técnica primitiva de comunicação e a técnica refinada de organização material propicia, num centro de documentação, com renovada intensidade, narrar experiências e verificar as possibilidade de “fazer de novo” – a transformação da experiência (vestígios de uma geração) que complementa o mundo da percepção e torna-se, pelo caráter documentário, uma ação histórica

Nesses lugares de preservação, a memória que se distingue da temporalidade histórica é uma construção baseada no tempo vivido e lembrado; uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada pelos modos de pensar e agir suas atividades.

Documentar memórias é também construir um tempo com narrativas organizadas, com base em elementos capazes de colocar em discussão os acontecimentos de uma história oficial descrita nos documentos e outra dita, destacando-se os conjuntos de explicações e afirmações não apresentadas da realidade, não descritas nos documentos.

Nesse sentido, os elementos históricos reveladores tornam-se determinantes da fonte documental que se está construindo. O trabalho histórico realizado num centro de documentação permite analisar, pelas diferentes formas de recuperação dos acontecimentos, o processo de construção de uma história legitimada no fazer institucional, e estabelecer contrapontos como exercício de uma verificação das formas do trabalho registrado.

Suas contradições, sem que sejam privilegiados determinados materiais, serão vistas por uma possível demarcação da construção do passado pela representação ampla e interseções múltiplas dos desafios expressos na compreensão das relações entre o tempo e as práticas sociais, e de histórias que se cruzam. Como, por exemplo, nas análises realizadas por GINSBURG (2000) sobre a escrita e os desafios em descobrir nas cartas redigidas por Menocchio as características de perfil do autor e os problemas enfrentados por ele: a fim de salvar-se ou, pelo menos, de justificar seus pensamentos.

O próprio aspecto das páginas escritas por Menocchio, com letras coladas umas as outras, mal ligadas entre si (segundo um tratado contemporâneo da caligrafia, assim fariam “os transmontanos, as mulheres e os velhos”), mostra claramente que o autor não tinha muita familiaridade com a escrita. Impressão bem diferente causa o traçado fluente e nervoso de dom Curzio Cellina, escrivão em Montreale e um dos acusadores de Menocchio no período do segundo processo.

Com certeza Menocchio não freqüentara escola alguma de nível superior, e aprender a escrever deve ter lhe custado muito, mesmo fisicamente, o que se

percebe por alguns sinais que mais parecem talhados na madeira do que traçados sobre o papel. Já com a leitura devia ter uma familiaridade bem maior. Embora fechado “na prisão escura 104 dias”, evidentemente sem livros à disposição, conseguira descobrir na memória frases que foram lentamente e durante muito tempo assimiladas da história de José, lida na Bíblia e no *Fioretto*. É a esta familiaridade com a página escrita que devemos as características particulares da carta enviada aos inquisidores.(p.174)

Essas relações possíveis existentes nos documentos encontrados por GINSBURG(2000) permitem ilustrar do ponto de vista histórico/educacional, aproximações e distanciamentos em face de textos caracterizados por sua retórica como “originais” de cada época ou movimento, esboçados pelas suas idéias, linguagens e sua composição no tempo histórico. Essas aproximações são o tempo e as histórias contadas e narradas por seus interlocutores, que preservadas nos livros, correspondências, ou quaisquer outros meios, legitimam os fatos descritos e contados em suas comunidades.

O mesmo se pode dizer dos relatos orais e da instrumentalização da fala como elementos comprobatórios e de valorização de um tempo histórico contado, que permite identificar e ampliar o imaginário social para além das demandas de produção material ou de reconhecimento simbólico encontrados nos objetos e lugares específicos da memória, como os museus, arquivos, bibliotecas ou monumentos, instituídos como espaços de preservação histórica, por exemplo.

A oralidade é indiscutivelmente um ato de relação direta entre o tempo e a permanência dos povos sobre a Terra, por meio de uma cultura memorial que se mantém viva por séculos. Um ato que instiga pelo poder permanente de atividade e consistência, que integra liberdades individuais e coletivas às relações sociais, familiares, religiosas, políticas, ou que aproxima significativamente histórias que se complementam em tempos diferentes.

A oralidade é uma forma de focalizar a transmissão cultural e potencial da vida cotidiana de determinadas sociedades. Em alguns casos, faz ressaltar a importância da “tradição” como fonte de informação para a construção do saber histórico.

Com um caráter essencialmente dinâmico em sua produção, o trabalho da história oral sugere um detalhamento de análises, pois envolve em sua construção a reafirmação de identidades construídas pelas lembranças que são rememoradas e

criadas. Há possibilidades múltiplas de elaboração de referenciais históricos, porque a história oral traz em seus registros, informações e versões variadas sobre cada acontecimento lembrado e contado, por isso, o diálogo estabelecido num depoimento por exemplo, pode configurar-se como um instrumento de inserção social de cada indivíduo.

Para MONTENEGRO(1992), a fala é um instrumento decisivo e de valor para determinadas populações, porque efetivamente reelabora saberes:

A fala é um instrumento decisivo para as populações pobres que vivem a radicalidade cotidiana do “não ter”.

Aprender, apreender, apropriar-se de um saber que estabelece direitos: a capacidade de articular o ato de pensar a fala, desenvolvendo argumentos em torno de um saber que muitas vezes é cerceado às camadas populares, exige um longo processo de socialização. A escola poderia ser o lugar privilegiado desse aprendizado. No entanto, para muitos dos velhos entrevistados, foram outros os territórios onde se desenvolveu o processo de socialização do falar. A igreja, as associações de moradores, os clubes de mães, os sindicatos, os clubes recreativos são locais onde, lentamente a população vai se treinando na arte da fala.(p.38)

Esse depoimento, portanto, vem corroborar o pensamento de que os lugares da memória também afirmam-se como espaços educacionais, que podem abrir suas portas como espaços de legitimação de determinados grupos, não pelo simples contato e organização de materiais recuperados e disponíveis para a pesquisa, porém, como espaços para aprender e apreender pela escrita e pela fala um sentido mais amplo do mundo. Este é o primeiro sentido da discussão que se trava nesta dissertação.

Como um processo de construção e reconstrução, a história oral depende de evidências históricas que estão pontuadas no trabalho do historiador, na fala do indivíduo que conta a história e na forma como serão aplicadas as metodologias de reconstituição de espaços, que permitam um diálogo entre a história, a memória e a identidade, como parte de um processo de constituição temporal. Sobretudo, quando comparadas e analisadas para que se tornem um documento produzido.

A história oral dentro dos espaços de memória possibilita múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes olhares sobre o passado, contribuindo para a construção de uma consciência histórica individual e coletiva. Para

NEVES(1999), há outras características científicas e metodológicas também a serem consideradas.

Portanto, as potencialidades da metodologia da História Oral são inúmeras, mas seus limites também são efetivos. Permeada por interlocuções diversas, supõe um trabalho prolongado que passa por inúmeras etapas, desde a pesquisa para a preparação dos roteiros das entrevistas, passando por sua realização, por seu processamento e por sua análise. Enfim, através deste procedimento rigoroso de diálogo entre o historiador e o depoente, é possível produzir-se documentos que registram o que foi, como foi, o que deixou de ser e o que potencialmente pode vir a ser, tanto do ponto de vista individual como na perspectiva social e política. (p.115)

O trabalho com história oral se constitui como uma ação que se complementa tornando os ambientes de memória e história em novos ambientes, como, por exemplo, acontece com os museus, arquivos, centros culturais e de documentação. A criação de locais que focalizam em seus acervos os relatos, biografias de pessoas e grupos que viveram em determinados lugares, presenciaram fatos e momentos da história local ou do país, busca cumprir uma função histórica e social que complementa o conhecimento do passado. Por isso, um lugar de memória pode contar uma história com o olhar de quem viveu a situação com uma aproximação histórica, que considere as reflexões do ser na história tendo em vista as possibilidades de passarem adiante esse papel social da memória oral que se organiza e, por isso, fundamenta a permanência e sobrevivência de idéias de alguns grupos. Essa permanência determina outros registros históricos com base no olhar do mais antigo e “experiente” – o idoso.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.(BOSI, 1999, p.82)

São essas lembranças que aparecem e surpreendem pela riqueza de um olhar que não faz apenas lembrar pela nostalgia dos lugares e épocas, mas porque atualizam, renovam e reafirmam ações para as novas gerações. O desejo de reconstruir permanentemente o fazer histórico como numa vocação educacional recupera, instiga e confronta a prepotência, as injustiças do mundo presente, como formas de manterem vivos os valores e verdades que se expressam quando os conflitos sociais as evocam. Uma prática ancestral, utilizada entre os povos antigos, vivenciada hoje nos guetos, nas tribos e incorporada ao pensamento ocidental de preservação das memórias das comunidades.⁵

MEMÓRIA, HISTÓRIA E UMA EDUCAÇÃO LOCALIZADA

Hoje parece estar mais presente em nossa sociedade o trabalho de uma memória que se articula e cria pontes entre formas de conhecimento e a consolidação de bagagens culturais/científicas que existem na sociedade pelo trabalho da reconstrução histórica.

Os lugares da memória configuram-se em espaços que não estão mais envolvidos com um compromisso único: não deixar o tempo passar, ou simplesmente preservar fatos e acontecimentos. Estão em pleno desenvolvimento de ações que precisam guardar memórias, porém, operacionalizar sentidos e histórias. O que significa validar as experiências vividas, e aprender com essas vivências, conhecendo o passado e suas histórias e organizando essas informações para ações futuras.

Uma situação, portanto, que permite validar essas ações será evidenciada por atividades que compreendam o saber educacional; e gradativamente apreenda cada

⁵A exemplo de tantos outros povos espalhados pela América durante os séculos XVII e XVIII, a história dos povos indígenas da América Central e Sul configurou-se por lutas e massacres intensivos e desproporcionais por parte dos colonizadores europeus. Essas lutas foram constituídas por uma intensa resistência indígena marcada pela oralidade e as histórias contadas, despertando a consciência e a esperança dos submetidos. “A solitária oposição é representada por José Gabriel Tupac Amaru Condorkanki e sua grande colaboradora e mulher, Micaela Bastidas Puyucahua. Senhor cacicado de Tinta, com Surinama, Tangasuca e Pampamarca, por herança direta era descendente do último inca legítimo – Tupac Amaru I, queimado em Cuzco por ordem do vice rei Toledo em 1752 – e possuía uma inteligência clara e a cultura que recebiam os descendentes dos caciques ... A magia do nome Tupac Amaru seguiu inspirando ações heróicas depois de sua morte, como as que segue inspirando ainda em nossos dias a todos aqueles que estão dispostos a oferecer suas vidas em luta pela justiça social autêntica.” (COLL, 1986, p.176-82).

fundamento da mudança dos registros de manutenção da memória construída e constituída em seus espaços.

Uma relação estabelecida pela experimentação prática e de sentidos, por meio de associações existentes entre a capacidade técnica de cada lugar, suas vivências de organização dos fatos do passado e a multidisciplinaridade exigida para desenvolver trabalhos que recuperem, conservem e desvelem os aspectos da memória; construindo um arcabouço de pesquisa histórica para o enfrentamento com os problemas contemporâneos e atuais da sociedade.

Assim como a oralidade e a escrita complementam-se em suas propriedades de execução do trabalho envolvido pela memória social e cultural de variados grupos, o trabalho educacional em espaços não caracterizados como lugares de educação, por sua vez, complementam-se em ações educativas que também dependerão da construção de uma identidade que evoca e convoca o indivíduo e a coletividade como um corpo social, tomando-se por base suas atividades, a compreensão de suas ações num contexto político e cultural para reconstruir-se como instituições de memória.

Um centro de documentação é um lugar que se configura como espaço de reflexões sobre a memória, a história e pode aliar a configuração do espaço de trabalho às concepções educacionais e às finalidades do fazer educativo. Ao atribuir a esses espaços valores educacionais, deve-se entender que um centro de documentação é um espaço caracterizado pelo trabalho técnico, e um local que pode permitir atividades educativas como um lugar que se define conforme os seus pressupostos de função e uso. No Brasil, a escola por exemplo passou por processos de redefinições e funções.

Durante o Império, a escola pública era muitas vezes a extensão da casa do professor; muitas funcionavam em paróquias, cadeias, cômodos de comércio, salas abafadas sem ar, sem luz, sem nada, cuja despesa com aluguéis corria por conta do mestre-escola. No entanto, em determinado momento, políticos, educadores passaram a considerar indispensável a existência de casas escolares para a educação de crianças, isto é, passaram a advogar a necessidade de espaços edificadas expressamente para o serviço escolar. Esse momento coincide com as décadas finais do século XIX e com os projetos republicanos de difusão da educação popular ... Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas. O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos. Ele exige determinadas pautas de

comportamento e influência na percepção e representação que as pessoas fazem dele, as quais se vinculam, por sua vez, tanto à percepção da disposição material quanto de dimensão simbólica. (SOUZA, 1998, p.123-24)

Assim como aconteceu com a escola pública no Brasil e suas características de construção e função, que determinaram novas formas de comportamento e representação desses espaços. Os espaços de memória, lugares, *a priori*, designados a contar a história das comunidades, de determinadas épocas e momentos históricos também, trazem resquícios em suas funções de acordo com os objetivos levantados em sua criação. A construção desses espaços, como espaços monumentais é característica fundante dos lugares de memória. Hoje é impossível pensar em lugares de memória sem considerar suas relações com o mundo da educação.

LUGARES DE MEMÓRIA, ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO

Os lugares de memória trazem em sua trajetória a legitimação de suas ações no fazer dos profissionais que trabalham e formam-se para atuar nesses espaços. Configuram-se como espaços simbólicos de determinados grupos, ou num sentido mais amplo, um local que remete à pluralidade dos aspectos e das dimensões da experiência humana e, por fim, um lugar que propõe um conjunto de procedimentos operatórios de acordo com regras institucionais, o que sugere uma aquisição de saberes, regulares e regulados de funcionamento e utilização desses espaços. O usuário, o pesquisador e o participante de um lugar de preservação da memória precisam aprender, na medida do possível, uma aprendizagem que está muito mais próxima do ofício do lugar. Familiarizar-se com uma aprendizagem cognitiva que está mais próxima de uma aprendizagem do trabalho, que geralmente é reconhecida na sua relação prática com o lugar. A pesquisa e a busca de informações são exemplos bem marcantes desses espaços.

A fim de simbolizar finalidades sociais, os lugares de memória sempre estiveram distantes dos lugares de formação dos cidadãos. A distância temporal permitiu que os lugares de memória enfocassem apenas os fatos, esquecendo-se de que era preciso cada vez mais tornar o discurso da memória social e coletiva mais consciente mediante a diversidade de discursos e camadas de representações em variados setores da sociedade.

Discursos que fossem percebidos na prática dos diferentes grupos sociais dentro e fora dos lugares de memória. Assim como a escola, situada numa perspectiva sócio-histórica, os centros de documentação como espaços educacionais permitem formular hipóteses que propiciem análises de aproximação entre estruturas aparentemente iguais. Nos lugares de memória, porém, será preciso verificar seu funcionamento, seus objetivos e ações, para que as possibilidades educacionais sejam explicitadas e, dessa forma, estabelecer relações entre os diferentes grupos sociais.

Tudo parece igual na estrutura onde se introduz o pormenor que lhe muda porém o funcionamento e o equilíbrio. As análises científicas contemporâneas, que inscrevem a memória nos seus “quadros sociais”, ou as técnicas clericais que, na Idade Média, a transformaram habilidosamente em uma composição de lugares e que assim prepararam a mutação moderna do tempo em espaço controlável ... (CERTEAU, 1994, p.165)

As práticas sociais envolvidas no fazer histórico não estão dissociadas de um fazer educacional cujo objetivo seja agir entre as normas tecnicamente estabelecidas, e saberes que estão dispostos em suas ações diárias. Mesmo que estejam ao alcance de um grupo, não estão desvinculadas de uma possibilidade de relação efetiva.

Um centro de documentação, diante de aspectos locais, específicos e contextualizados em suas práticas, pode agir como espaço educacional que multiplica situações em detrimento de outros fatos, que se complementam pela organização de seus materiais e pela acumulação de fazeres que um local de memória produz e torna disponível para outras possíveis ações estabelecidas nesses espaços.

Uma recriação de valores e sentidos que, pela relação com a memória, estabelece com seus interlocutores lembranças que implicam uma forma de legitimidade que remete ao passado, com objetivos claros de relacionar-se ao presente, movidos por seus saberes e fazeres externados em ritos, mitos e práticas que se conservam e permanecem vivas dentro das comunidades e, por conseguinte, de cada um.

Uma memória indispensável, que conserva lembranças, porque esquecer bem depressa o que se aprende é também parte do processo de aprendizagem. Por isso, associar imagens e lugares como proposta de aproximação de trabalhos educacionais é salutar à memória, individual e coletiva. Fazer ressurgir da lembrança o poder de

retornar e representar os fatos distantes, não em sua nostalgia apenas, mas de forma inquieta e resoluta, como fez SANTO AGOSTINHO (1985) ao referir-se à memória:

Chego por fim aos vastos campos e às profundas grutas da memória, onde estão guardados os tesouros de incontáveis imagens de todo o tipo de coisas, ali armazenadas pelos sentidos. Ali está escondido tudo o que pensamos, às vezes aumentado, às vezes sintetizado, às vezes modificado; ali estão todas as coisas captadas pelos sentidos. Guarda-as todas a memória e ali ficam, e não foram sepultadas nem absorvidas pelo esquecimento.(p.184)

A memória, também, é utilizada para cumprir objetivos políticos, sociais, culturais, por meio de relações que se constroem em espaços que associam saberes, crenças, e os categorizam de forma a transitar entre a praticidade do fazer e os processos reflexivos do ensino e da pesquisa.

O desafio educacional nessa pesquisa, entretanto, implica uma idéia de responsabilidade do trabalho técnico como um trabalho educacional, sem que as questões de neutralidade e de controle do lugar sejam supervalorizadas, obscurecendo as relações existentes entre as atividades educativas desenvolvidas por meio dos materiais disponíveis e a possibilidade de ações profissionais considerando seus aspectos sociais e culturais, de acordo com os interesses individuais e coletivos, instituídos como um instrumento para qualquer tipo de saber.

As possibilidades de trabalhos educacionais em torno de espaços caracterizados pelo fazer técnico documental pressupõem reflexões permanentes do processo educativo configurado nesses lugares, que consiste em compreender livremente o desenvolvimento histórico e político de determinados grupos ou comunidades, conforme um conjunto de práticas que se remetem aos trabalhos de legitimação do discurso, seu significado, e do trabalho realizado entre educação e a memória nesses ambientes.

O papel do educador num trabalho que aproxima saberes será o de verificar entre os limites do real e do possível, como a educação torna-se atividade que constitui o esforço histórico de reconstituição do homem em seu meio.

Uma educação cuja finalidade implica uma relação com o mundo dos valores e, por que não dizer, a dimensão ética do processo educativo; caracterizada em espaços educacionais porque se considera nesse caso, a educação uma *práxis* humana, de modo

a caminhar sempre na direção do ideal de realização, de procurar alternativas transformadoras que una gerações no processo educativo, com o esforço de manter e realizar pela tradição histórica, patrimônio simbólico do trabalho acumulado e constituído pelo desenvolvimento político e cultural, estabelecido nos referidos lugares de memória.

EDUCAÇÃO PELA MEMÓRIA: QUE HISTÓRIA É ESSA?

Na medida em que o saber educacional fragmenta-se em múltiplos objetos de estudos, proporcionalmente ao desenvolvimento do conhecimento humano, os lugares de memória não substituirão os locais legitimados de formação e educação, contudo, poderão ser compreendidos como espaços alternativos e/ou complementares da educação, de acordo com as propostas de trabalho e especialidade existentes.

Como espaço onde se estabelecem formas específicas de relações sociais, ao mesmo tempo em que transmitem saberes centros de documentação se estabelecem como ambientes complementares aos contextos dos trabalhos voltados à pesquisa e ao ensino.

Pensar numa educação pela memória, significa questionar sobre as possibilidades de relações existentes entre as práticas atuais de preservação, conservação dos preceitos sociais e históricos e a acepção do termo educação, como essenciais para garantir a ligação, a passagem ou transição dos sujeitos envolvidos dentro do processo de aprendizagem, complementar na renovação do saber histórico assimilado aos processos técnicos, como transmissão de informação para o conhecimento.

No caso do trabalho realizado em centros de documentação e memória, compreender a experiência que se tem do processo de organização de acervos históricos documentais como elementos comparativos e pressupostos ativos entre a história e o mundo em que se vive, permite verificar diferentes referências e abordagens conforme as propostas de estudos realizados nesses lugares.

Nesta dissertação, as discussões foram conduzidas mediante análises pautadas em evidências que possibilitassem a interação do pensamento histórico com pensamento

educacional. A questão, portanto, que baliza esta pesquisa pode ser apresentada da seguinte forma: como verificar possibilidades de aproximação entre as atividades de um centro de documentação e as dos trabalhos educacionais?

Um centro de documentação é formado por um conjunto de possibilidades de valores, de uso, o que significa uma potencialidade evidenciada pela forma do trabalho realizado. Pode-se dizer inicialmente que a questão esteja relacionada à aprendizagem. Uma aprendizagem histórica e educacional, de acordo com as funções sociais da História e da Educação, sinalizada por uma aproximação desses espaços de memória com os trabalhos educacionais, e pelas profissões que estas áreas habilitam. Profissões coletivas que colaboram com os indivíduos em sua função social.

EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Ao considerar que as atividades de um centro de documentação são concernentes a um trabalho social, cultural, político e desempenha assim um trabalho humano, a primeira aproximação do trabalho educacional nesses lugares é estabelecida pela forma e/ou métodos utilizados como propostas de atividades informativas. Os objetivos educacionais de cada instituição determinam a sua relação de possibilidades com a sociedade, porque o tempo desses espaços e o tempo da sociedade são distintos. Por isso, a idéia de um trabalho educacional em espaços de memória deve ser compreendida como um trabalho envolvido dentro de uma sociedade política organizada, considerando a *práxis* profissional numa possibilidade de legitimação e transmissão do processo contínuo do trabalho educativo.

O método de trabalho parcial também se aperfeiçoa, após tornar-se autônomo, como função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração da atenção que nela ensinam, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de gasto de força. Mas como diferentes gerações de trabalhadores sempre convivem simultaneamente e cooperam nas mesmas manufaturas, os truques técnicos do ofício assim adquiridos se consolidam, acumulam e transmitem rapidamente.

A manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-la sistematicamente ao

extremo. Por outro lado, a transformação do trabalho parcial na profissão por toda vida de um ser humano corresponde à tendência de sociedades anteriores de tornar hereditários os ofícios, de petrificá-los em castas ou, caso determinadas condições históricas produzissem no indivíduo uma variabilidade que contradissesse o sistema de castas, de ossificá-los em corporações. (MARX, 1988, p.256)

Os centros de documentação também passam por essa transição do trabalho produzido e manufaturado até sua organização e especialização. É possível afirmar que antes de existirem os centros de documentação, antes de se caracterizarem como espaços definidos de preservação histórica, outros lugares de memória, como os arquivos, museus, bibliotecas já haviam sido considerados como locais reservados e de uso restrito, tendo seus trabalhos realizados por herdeiros preparados para tais funções e que não revelavam as dúvidas e deficiências da profissão.

Seus contingentes de trabalhadores eram nomeados pelos reis, pelas castas ou hierarquias religiosas, como na formação dos exegetas do século XV e XVI. O discurso da rentabilidade passou a ser relativamente discutido já no século XVIII e XIX, porque já se precisava de certas práticas que não poderiam estar necessariamente nas formas de trabalho do passado. Era preciso manter a tradição, entretanto, precisavam ampliar seus especialistas para o desenvolvimento dos trabalhos de organização de acervos.

Os guardiões da memória já não estavam nas nobres famílias, mas eram escolhidos pelo clero de acordo com a “vocação” e a familiaridade com as atividades de preservação e conservação dos materiais guardados. O trabalho também requeria um olhar “empreendedor”. Ainda assim, os costumes eram praticados conforme conveniência de separação entre os usuários comuns e aqueles de direito e os proprietários do lugar.⁶

Um sentimento de direito que se estendeu em todos os tipos de atividades, que legitimava gerações e com base numa experiência que pode servir, hoje, como ponto de partida para um estudo comparativo que pressuponha um processo de mediação e a apropriação de saberes tendo em vista os costumes e o seu significado histórico.

⁶ Luciano CANFORA em seu texto sobre as bibliotecas antigas afirma por exemplo que a grande biblioteca dos Ptolomeus não foi, em princípio, uma biblioteca pública: pelo contrário, era a biblioteca do rei, e mesmo os eruditos que a habitavam e a animavam eram, em certo grau, “propriedade” do rei. Percebe-se que o trabalho realizado nesses espaços de memória pertenciam aos grande reinados e por isso, o que restava de uma civilização era o que ela conseguia manter pela sua oralidade e pelo que conseguia passar de geração a geração também pela escrita, sob o olhar severo de seus imperadores. (2000, p.233-45).

Os costumes são definidos como uma lei ou direito não escrito que, estabelecido ao longo uso e pelo consentimento de nossos antepassados, tem sido e continua sendo diariamente praticado, os exercícios dos direitos secundários comuns poderia ser, em muitas paróquias, provado pela antigüidade, constância, certeza e razão, assim como o dos proprietários de terra e dos arrendatários tributários.(THOMPSON, 1997, p.107)

Nessa perspectiva, uma característica importante está estabelecida pelo tratamento dado aos materiais adquiridos e organizados dentro de cada local que manifesta a preservação e conservação da memória. O ofício de preservar documentos e outros materiais, em função de etapas características que buscam a definição de papéis sociais típicos do fazer histórico, também, é ligado à esfera educativa de trabalho nesses espaços, em virtude de hábitos e costumes praticados em outros momentos da história das civilizações; como práticas que se estenderam e permaneceram vivas podem servir para análises aos dias de hoje.⁷

O que deve ser expresso, então, como transmissões educativas ou processos educativos de transmissão? Uma aproximação com a história da organização do mundo da escrita e dos trabalhos históricos, ao longo dos séculos, não impediu a formação de profissionais especializados e, por isso, a criação de espaços de formação que começaram dentro de oficinas, igrejas e outros locais. Posteriormente, foram erigidos em liceus, escolas e universidades.

A questão que se faz diante desse panorama, então, é saber se há possibilidades de uma relação educativa, considerando que o aprendizado do ofício que já foi um trabalho de transmissão de fazeres e saberes, hoje, está pautado num ato de conservar e reproduzir ações aprendidas tecnicamente dentro dos espaços de educação? Haverá a possibilidade de transmissão de conhecimentos por meio de um trabalho que resgate

⁷ NORBERT ELIAS (1994) ao tratar os costumes, as mudanças e alterações na constituição da sociedade, traz elementos importantes para analisar o desenvolvimento histórico e social da civilização, que podem fornecer subsídios para trabalhos que relacionam a educação e a memória em determinadas comunidades e grupos. Ao referir-se sobre os exemplos literários da relação entre a intelligentsia da classe média alemã e a corte no século XVIII, é possível verificar personagens e espaços valorizados nessa época, o que sugere análises históricas e compartmentais também. “Os livros de classe média que obtiveram grande sucesso de público após meados do século XVIII – isto é, no período em que essa classe se expandia em prosperidade e autoconfiança – mostram com muita clareza a que profundidade eram sentidas essas diferenças. Demonstram também que as diferenças entre estrutura e a vida da classe média, por um lado, e a classe superior cortesã, por outro, eram acompanhadas por diferenças na estrutura do comportamento, vida emocional, aspirações e moralidade ... o clérigo e o professor – estes são realmente os dois representantes mais importantes da intelligentsia administrativa de classe média, duas figuras sociais que desempenharam papel decisivo na formação e difusão de uma nova língua alemã. (p.39-41).

também a transmissão e a importância dos valores existentes em locais que pretendam preservar a memória e a história da sociedade, em seus respectivos grupos?

As respostas inicialmente parecem indicar caminhos possíveis, embora seja preciso avaliar de que forma será realizada cada atividade educativa e como as atividades técnicas de um centro de documentação, por exemplo, se relacionam aos objetivos amplos e flexíveis da educação.

Uma atividade que não seja enrijecida pelos preceitos técnicos, tecnológicos de informação, mas que permita aceções possíveis de interação entre áreas e utilização de um processo de formação interativo, que permeie também a renovação da dimensão do trabalho educativo relacionado aos espaços de história e memória em tempos diferentes, pode ser um bom indicativo inicial de análise para as questões levantadas que relacionem a educação, a memória e os espaços de transmissão.

Para FORQUIN(2003), um trabalho que permita transmissão de saberes pode sugerir diversos sentidos hoje, o termo geração e as suas possíveis utilizações no vocabulário da Educação demonstram que será preciso sempre um certo cuidado ao tentar aproximar áreas do conhecimento humano simplesmente por meio de ações comuns às áreas que pareçam inicialmente indicar alguma relação.

No campo da teoria da informação, diz-se que toda transmissão transforma e deforma a mensagem. Nos campos da sociologia e da história, fala-se na memória coletiva como sendo uma reconstrução permanente, uma re-apropriação, uma re-interpretação. Contudo, a relação entre transmissão e transformação pode ser entendida também num outro sentido: o de que toda transmissão educativa transforma o que ela transmite (enquanto ela também transforma ao mesmo tempo tanto o seu emissor como o seu destinatário). No entanto, neste caso, estamos mais uma vez diante de uma verdade por demais em geral e muito pouco contemporânea.

O que é realmente contemporâneo, o que é típico da experiência que nós temos do mundo no qual vivemos hoje, é a transformação das próprias condições da transmissão, o que significa a transformação da própria maneira com a qual se estabelece, por ocasião e durante as transmissões, o equilíbrio entre continuidade e descontinuidade, entre conservação e alteração, reprodução e transformação. (p.02).

Um centro de documentação pode ser definido por seus conteúdos simbólicos, por sua relação de equilíbrio com o ambiente em que desenvolve seu trabalho e manifesta a sua articulação prática com seu público. Passa por outras formas de relação, que exigem de seus agentes um novo equilíbrio, porque traz consigo além da “centralização” de documentos e materiais outros métodos circunscritos em seus espaços que também precisam ser explorados.

Um centro de documentação traz consigo uma centralização de conflitos, uma amplitude de problemas que devem propor debates, fornecendo à sociedade possibilidades de novas situações que extrapolem a coerência dos objetivos institucionais desejados, e provoquem uma certa desordem, conflitos e hesitações como parte de uma dinâmica cultural, social e científica estabelecida pelas atividades do centro.

Percebe-se, nesse caso, que o trabalho educacional em um centro de documentação desempenha-se tendo em vista alguns preceitos estabelecidos nas organizações educativas, que definem suas políticas de ação como estratégias de poder, para manter e conseguir um controle dos recursos reais ou simbólicos de legitimação desses espaços.

Contudo, esta formulação é insuficiente para admitir uma integração cultural de um centro de documentação e seus aspectos educacionais, como atributos ligados diretamente ao fazer profissional dessas instituições, sem que se considerem seus aspectos sociais. Portanto, dizer que tal integração será definida por seus conteúdos simbólicos, por seus métodos, seus agentes, seu público, agrupando e selecionando uns e outros, é insuficiente para aproximar um centro de documentação dos preceitos educacionais. Um processo de seleção e de articulação sociocultural entre instituições e sujeitos só é possível de acontecer, se não for reduzido somente aos conflitos sociais (PETITAT, 1994, p.200).

É possível confirmar novos espaços sociais educativos que não estejam apenas em locais de ensino, ou como foi denominado nessa pesquisa como lugares de educação. De alguma forma, este fenômeno educativo e educacional é conhecido entre as instituições e os lugares reservados à história e à memória, pois, existem propostas com fins educativos nesses lugares. Porém, há pontos de divergência sobre esse fazer educacional que precisa ser amplamente debatido dentro desses lugares, para que se

possa caracterizar nesses espaços, definitivamente, o que significa a integração cultural-educacional, entre história, memória e educação.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: UMA VIA DE MÃO DUPLA

Mais funcionalista em seus trabalhos práticos, hoje, os centros de documentação, museus, arquivos e bibliotecas são caracterizados pela habilidade de organização e conservação dos materiais adquiridos e também pela velocidade de tornar disponíveis conjuntos documentais de variados grupos e organizações, seja como parte da história da sociedade, seja como memória das classes sociais, ou de homens e mulheres ilustres que exerceram papéis importantes em determinados contextos.

Entretanto, alguns pontos precisam ser esclarecidos para que as análises realizadas durante a pesquisa não caiam em clichês técnicos incapazes de proporcionar inter-relações existentes na realidade dos ambientes estudados e as reflexões educacionais possíveis, tornando-se experiências ilusórias, incapazes de sugerir quaisquer relações entre passado e presente, como afirma HUYSEN(2000), ao referir-se a pobreza estética de legitimação de projetos políticos que se beneficiam da intensidade da cultura memorial.

Como podemos ler essa obsessão pelos variados passados rememorados, esse desejo de articular a memória na pedra ou em qualquer outro material permanente? Hoje, tanto a memória pessoal quanto a cultural são afetadas pela emergência de uma nova estrutura de temporalidade, gerada pelo ritmo cada vez mais veloz da vida material, por um lado, e pela aceleração das imagens e das informações da mídia por outro.(p.74)

Uma velocidade que sinaliza para novos paradigmas na relação entre o espaço e a distância temporal de um passado que parece cada vez mais evidenciar a simultaneidade do sentido de continuidade histórica com o presente. Como este trabalho propõe-se a estudar a aproximação existente entre os espaços de memória e os trabalhos educacionais, é necessário reafirmar, hoje, que as relações entre fatos e ficção, realidade e percepção tangenciam uma linha muito tênue. As tecnologias de informação geram a obsolescência de uma nova temporalidade pós-moderna.

Por isso, relativizar essas questões seria correr o risco de resultar em considerações que fugiriam da proposta inicial, que é verificar se nos espaços de memória – locais que transitam entre os vestígios do passado e a preeminência do futuro – a educação consolida-se como um processo de mediação do conhecimento entre o tempo histórico e a distância geográfica existente nessa relação de passado, presente e futuro.

Uma compreensão política da memória é atenta à diferença temporal entre passado e o presente, é atenta à diferença das memórias sociais que constituem o presente, é atenta à necessidade de liberar a memória e de explicitá-la para que o presente se compreenda a si mesmo e possa construir/inventar o futuro. Uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes da dominação, herdadas de um passado ignorado. Fadada à repetição e impedida de inovação tal política cultural é cúmplice do *status quo*.(CHAUI, 1992, p.43).

Um pensamento mais amplo faz-se necessário aos trabalhos realizados em instituições que trazem em seu ofício a preservação da memória. O que é tratado como peculiarmente histórico não pode ficar inacessível ao espaço educacional. Por exemplo, os documentos dos arquivos dos desaparecidos políticos na década de 1960 e hoje disponíveis nos mais variados espaços de documentação devem, também, estar disponíveis nas universidades para serem estudados, analisados e melhor contextualizados para a sociedade. Portanto, só um trabalho entre o histórico e o educacional permitirá esses avanços. Não pode restar apenas à História a pesquisa histórica de estratos generalizados das ações humanas em todas épocas. É possível prever um trabalho que complemente o fazer histórico que relacione saberes na instância unificadora de seus ofícios e objetivos institucionais.

Um centro de documentação e memória constitui instrumentos privilegiados para que um trabalho de resgate histórico propicie, por intermédio das ações profissionais, uma aproximação entre as instituições produtoras de memória e as instituições difusoras de memória, relacionando-as ao trabalho educacional e de pesquisa científica, como elementos determinantes do trabalho de escrever e descrever a história.

O propósito de uma pesquisa que busca em espaços caracterizados pelo trabalho de interpretação e construção do saber histórico, falar sobre educação, história e memória dentro desses ambientes, é um exercício que permite abrir caminho para uma reflexão coletiva em busca de múltiplas experiências e o reconhecimento da diversidade para a construção de uma história cada vez mais próxima das representações simbólicas pelas quais os indivíduos se reconhecem, identificam-se a si mesmos e aos outros para o exercício da autonomia.

Os centros de documentação no Brasil foram forçados a vincular suas ações ao trabalho voltado para a produção cultural brasileira. As contradições políticas, as condições em que surgem esses espaços foram definidas historicamente de acordo com a elaboração cultural dos sujeitos envolvidos no contexto político do país, correspondente a um nível de representação, instituída conforme a definição daquilo que era necessário para os diferentes segmentos sociais; seja pela luta de classe, pela cultura ou pela forma como captou a dinâmica dos sujeitos inscritos num conjunto de práticas políticas e sociais.

Essas práticas podem ser identificadas e estão apontadas pela obtenção de bens e serviços que prestam os centros de documentação, a fim de alcançar seus objetivos, tanto quanto pela importância dos processos de atribuição de significados aos diferentes bens, materiais e simbólicos que identificam um determinado grupo, a que SADER(1995) chama de experiências que identificam interesses, constituindo-se em coletividades políticas, sujeitos coletivos e movimentos sociais na medida em que esses movimentos constituem um agente ativo na formação social produzida pelas interações e pelo quadro de significações culturais que as impregnam.

Não se trata de alguma suposta identidade essencial, inerente ao grupo e preexistente às suas práticas, mas sim da identidade derivada da posição que assume. Tal identidade se encontra corporificada em instituições determinadas, onde se elabora uma história comum que lhe dá substância e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam ... em seguida, do modo como se articulam objetivos “práticos” a valores que dão sentido à existência do grupo ... finalmente – e talvez sobretudo – das experiências vividas e que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seus inimigos, o mundo que o envolve.(p. 44)

Existe a possibilidade de se verificar no discurso da história um saber múltiplo, interativo, que amplie sua apresentação num cenário histórico e social onde estão inseridos os sujeitos, embora as hipóteses para repensar as relações sociais dependam da experiência desses interlocutores, garantindo-lhes a constituição histórica e condição de sujeitos mais ativos e participantes e não apenas espectadores.

Dessa forma, pode-se considerar que ao tentar aproximar o pensamento educacional de uma certa situação histórico-social presenciada num centro de documentação e memória não se afasta qualquer possibilidade de compreender o contexto social, político e econômico, que revele as amplas proporções que ultrapassam fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, que, por sua vez, influenciam cidades, nações, culturas, instituições e civilizações.

Este fenômeno IANNI(1995) denomina dialética da globalização: empreendimentos que estão sempre ultrapassando fronteiras geográficas e históricas, atravessando mares e oceanos, instalando-se em qualquer lugar. Passando pelo mercantilismo, colonialismo, imperialismo, o capitalismo, hoje, determina as direções e os ritmos da reprodução, em todos níveis de organizações, corporações de cunho técnico, científico, inclusive educacionais, como formas de organização do trabalho.

Essa organização inclui segmentos como os lugares de memória e educação, porque no jogo das forças produtivas e das relações de produção as organizações, empresas e instituições garantem a oferta de força de trabalho, constante, barata e disciplinada, quando não submissa por estarem inseridas no jogo de forças sociais e culturais também.

Esse cenário em que passam a desenvolver as forças produtivas e as relações de produção que se produzem e reproduzem, reiteram e generalizam, como o modo capitalista de produção, em âmbitos nacional, regional e mundial. A globalização do capitalismo contempla, todo o tempo, o contraponto mercado – planejamento. O pleno predomínio do princípio do mercado seria o caos. Para evitar que o caos irrompa de modo avassalador, governantes, proprietários dos meios de produção, gerentes, técnicos, organizações multilaterais, ou seja, tecno-estruturas transnacionais ou propriamente mundiais planejam a expansão e a consolidação dos empreendimentos, a competição e a política anti-cíclica, o certo e o incerto. E para isso tudo mobilizam amplamente os *think-tanks*, como fermentos e agentes

dinâmicos das tecno-estruturas que pensam e implementam o jogo das forças sociais, econômicas, políticas e culturais que operam no mercado e no planejamento.(p.153).

Não é mais possível pensar em relações estanques entre áreas do conhecimento, seja pela ciência, ou sob a influência tecnológica, fora de um mundo dinâmico de forças produtivas, que racionaliza e dinamiza o lucro e a distribuição do produto social. A grande oportunidade do trabalho histórico realizado, capaz de estimular uma aproximação entre a educação e os espaços de memória, será a intertextualidade que parte da cultura memorial e institucional, como uma ruptura que atinge o cerne da nossa identidade social e cultural. Pela memória e pelo passado que rompe com a ambigüidade entre o esquecimento e a rememoração, a temporalidade individual e coletiva, e projeta novas perspectivas para a reorganização das trajetórias sociais e políticas. Quando se fala do passado, devem-se ampliar ações em direção ao futuro pelo questionamento dos paradigmas culturais, sociais e políticos atuais.

Pode-se afirmar que as questões entre o tempo e a memória estão também estabelecidas pela educação, que fala e imprime um ritmo, reescreve as marcas visíveis do passado por meio de espaços construídos e legitimados de memória. A concepção educacional, experimentada em cada indivíduo em seu meio, é a prova de que há sempre possibilidades de estudos das memórias e de seus lugares, para a continuidade de culturas que reivindicam identidades e, de forma transversal, criam redes de resistência diante das determinações estruturais, econômicas e políticas estabelecidas.

Uma dinâmica permanente intercalando o operacional e as possibilidades de um trabalho educacional, criando representações de memória, que legitimam a história em torno dos acontecimentos passados e presentes, projetam dessa forma ações conjuntas ou paralelas como configurações sociais, expressas nos movimentos sociais, operários e de trabalhadores dos mais variados segmentos. Elementos discursivos que pela prática profissional e de vida também produzem a história.

Evidente que há forças, muitas vezes, contrárias, que beneficiam interesses e valores de determinadas classes, embora não com exclusividade, mas que exercem uma influência sobre as ações do Estado. A força e o poder da mídia, por exemplo, tem exercido uma espécie de função formativa conforme a quantidade de espectadores que utilizam o meio e seus avanços, para divulgação de informações, de esclarecimento e

muitas vezes com significado pedagógico, sem que as atividades de transmissão tenham um objetivo educacional explícito.

A indústria cultural e os meios tecnológicos de informação são exemplos marcantes de transmissão de saberes e instrumentos com projeções educacionais no século XX. Divulgando informações que compõem um imaginário social, agregam valores e demarcam espaços, instituindo condições e necessidades sobre a sociedade.

Para ADORNO(1995), caracteriza-se como um exemplo de manifestação direcionada e ideológica. Ao referir-se à televisão como um veículo de comunicação que atende a interesses de determinados grupos e, por isso, também tem um caráter ideológico, ele afirma:

Em primeiro lugar, compreendo “televisão como ideologia” simplesmente como o que pode ser verificado, sobretudo nas representações televisivas norte-americanas, cuja influência entre nós é grande, ou seja, a tentativa de incutir nas pessoas uma falsa consciência e um ocultamento da realidade, além de, como se costuma dizer tão bem, procurar-se impor às pessoas um conjunto de valores como se fossem dogmaticamente positivos, enquanto a formação a que nos referimos consistiria justamente em pensar problematicamente em sua positividade, possibilitando adquirir um juízo independente e autônomo a seu respeito. Além disto, contudo, existe ainda um caráter ideológico-formal da televisão, ou seja, desenvolve-se uma espécie de vício televisivo em que por fim a televisão, como também outros veículos de comunicação de massa, converte-se pela simples existência no único conteúdo de consciência, desviando as pessoas por meio da fartura de sua oferta daquilo que deveria se constituir propriamente como seu objeto e sua prioridade. (p.80)

Uma história produzida diariamente pela mídia, que projeta, seleciona e compõe informações que também são produzidas e utilizadas por diversos segmentos da sociedade, torna-se veículo de ideologias em todos os níveis, acionado por diferentes instituições e grupos: religiosos, políticos, alternativos ou em organizações privadas e públicas. Rememorando fatos e acontecimentos, constituindo representações direcionadas, por serem expressas e comprometidas exclusivamente como vias de mão única em sua relação com a sociedade.

Cada segmento, incluindo-se os centros de documentação, conforme a ação que desenvolve e exterioriza com os sujeitos envolvidos em atividades que sinalizem

objetivos educacionais, será objeto do conhecimento social, permitindo numa concepção prática, a aplicação de idéias entre a teoria e a ação, que determina também a prática científica.⁸

Em relação a esta questão, é possível afirmar de um modo geral que associações, sindicatos, partidos políticos, empresas e setores religiosos também trazem em seus objetivos a ideologia de uma concepção histórica fundamentada no ritmo acelerado dos novos mecanismos de comunicação, e também confiando na eternidade de um tempo que não escapa ao maniqueísmo já vivido entre os materialistas e os idealistas de outras épocas, hoje, grupos polarizados em discussões permeadas pela informação e tecnologia em todas as áreas do conhecimento.⁹

Ao constituir novas abordagens, utilizando-se de referenciais antigos, como, por exemplo, a observação sobre a realidade, os sujeitos inseridos num centro de documentação podem trabalhar com uma concepção menos utilitarista do trabalho de conservação dos documentos, que não seja apenas a preservação da memória, mas o seu confronto com os aspectos atuais da nossa sociedade. Entretanto, o tempo, nesse caso, é um fator importante para determinadas questões. Por exemplo, idéias referentes a algumas sociedades, projetadas sobre o passado serão sempre uma especulação subjetiva sobre aquele homem que viveu em determinada época, que interpreta os

⁸ Um conceito que DURKHEIM considera fundamental é a objetividade científica, que se expõe pela separação entre sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento, o que garante nessa concepção um olhar mais objetivo, porque há a neutralidade do cientista e o seu afastamento dos sujeitos e objetos envolvidos numa pesquisa; dessa forma não caberão concepções ideológicas para sua análise. Conceito dificilmente cumprido pelos lugares de memória, porque cada sujeito participante e colaborador está inserido no meio e mediante os instrumentos que ajudam a compreender a distância, o tempo e a natureza das ações, a própria ciência abre possibilidades para uma nova mentalidade. Que transforma estabilidade e ações permanentes em atividades dinâmicas que mobilizam a ordem social e moral dos valores estabelecidos como científicos.

⁹ Uma exemplo pertinente para ilustrar determinadas discussões está nos debates promovidos sobre o valores e os processos de troca ou a oposição entre o valor de uso e o valor de troca sugerido entre MARX e PROUDHON. “a capacidade de todos os produtos, naturais ou industriais, de servir à subsistência do homem, recebe a denominação particular de valor de uso; a capacidade que tem de trocar-se uns pelos outros, chama-se valor de troca ... Como se converte o valor de uso em valor de troca? ... A origem da idéia do valor (de troca) não foi esclarecida pelos economistas com o devido cuidado; por isso é necessário que nos detenhamos nesse ponto. Como muitos dos objetos que necessito não se encontram na natureza senão em quantidade limitada ou nem sequer existem, vejo-me forçado a contribuir para a produção daquilo que me falte e, como não posso produzir tantas coisas, proporei a outros homens, colaboradores meus em funções diversas, que me cedam uma parte de seus produtos, em troca do meu”. (PROUDHON, t.1, cap.11) Grande número de produtos não se encontram na natureza, são obra da indústria. Posto que as necessidades ultrapassam a produção espontânea da natureza, o homem se vê obrigado a recorrer à produção industrial. Que é essa indústria segundo a suposição do Sr. Proudhon? Qual a sua origem? Um homem só que necessite grande número de objetos ‘não pode produzir tantas coisas’. Muitas necessidades a satisfazer supõem muitas coisas a produzir: sem produção não há produtos; e muitas coisas a produzir supõem a participação de mais de um homem em sua produção. Pois bem, ao admitirdes que na produção participa mais de um homem, admitireis já toda uma produção baseada na divisão do trabalho. Desse modo a necessidade, tal como a concebe o Sr. Proudhon, supõe, uma divisão do trabalho. Admitindo a divisão do trabalho, admitis o intercâmbio e, em consequência, o valor de troca. Com o mesmo direito, ter-se-ia podido supor desde o princípio o valor de troca (MARX, 1976, p.31-2).

vestígios de um passado em função desse presente, porque vive esse presente e, por isso, de maneira subjetiva apresenta seu ponto de vista.

As marcas deixadas pelos camponeses do século XI na paisagem atual fornecem-me uma informação. Para mim, o rastro de um passo ou de um rastro de sulco na terra tem o mesmo valor informativo do que os sonhos com a “mulher perfeita” dos jovens cavaleiros solteiros... A realidade da informação contida nos vestígios de um castelo fortificado é tão grande quanto num poema vindo do imaginário de um homem da mesma época. Portanto, procuro interpretá-los da mesma maneira. (DUBY, 1989, p.93).

Os centros de documentação nessa análise estão envolvidos por um fluxo considerável de produtividade material, cuja organização dos objetos permitem abordagens possíveis, sobre vestígios deixados pelo uso e função de cada item guardado e recuperado neles.

Em detrimento de análises comparativas entre a sociedade e a vida de determinadas populações, em seus rastros e respectivos tempos, essa articulação é o que faz a vida, a sociedade e seus integrantes apreenderem o sistema de valores que constroem e organizam o espaço, a paisagem, os ritmos que caracterizam cada época como fenômenos de comunicação e circulação dos valores estabelecidos.

Assim, os aspectos da civilização, suas marcas, seus registros que em relação ao tempo permanecem e são com eles os traços de cada espaço, cultura, população em seus aspectos mais funcionais correspondem a uma realidade complexa que está inteiramente organizada de maneira pendular em nossa sociedade. Apresentam-se com características implícitas de controle e autocontrole, há instrumentos individuais e coletivos que contribuem para interiorização de elementos coercitivos no processo de civilização em todas as sociedades, como afirma ELIAS(1989):

Falar de um processo de civilização significa referir-se à direção específica na qual se efetua, no decorrer do tempo, a mudança do equilíbrio entre a pulsão e o autocontrole, equilíbrio esse representado por modelos sociais de comportamento. Por outro lado, o processo civilizatório também se refere às mudanças na maneira pela qual as coerções¹⁰ são elaboradas.(p.100)

¹⁰ Para Norbert Elias os homens interiorizaram coerções ao longo dos anos e isso é parte do processo de civilização. Onde quer que os homens vivam juntos, mesmo nas épocas mais longínquas, as coerções adquiridas instalam-se, pelo simples fato da vida comum. Para ele, a aptidão para interiorizar as coerções é um elemento constitutivo da espécie

Esses estudos que complementam o trabalho técnico de organização da cultura material, confiando na eternidade da duração desses materiais, segundo as exigências dos homens do presente, considera as relações entre a história, a educação e a memória dos sujeitos, como expressivos de ações, para um ambiente que constrói e reconstrói as cidades, os lugares, as comunidades e suas coerções nesse processo civilizatório.

Na compreensão dessas marcas, que armam e desarmam a civilização, observa-se a transformação material do mundo, registrando e rememorando os fatos e possibilitando um aprendizado permanente e interativo com a sociedade. Torna-se compreensível e possível o papel de memórias que celebram, que também se perdem e complementam ao longo da história no cotidiano das relações – no ambiente das instituições - de forma coletiva e individual, permitindo a troca de saberes que se aproximam e distanciam-se entre si.

DOCUMENTOS: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A idéia de registrar e transmitir histórias foi marcada por processos que transformaram linguagens, como atribuição de um valor simbólico, em suas variadas formas, articuladas por intermédio de correspondências aproximativas que propiciaram a idéia de escrita. A vinculação com o passado se define como uma relação consciente, que pode ser apresentada como um período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade, como afirma HOBBSAWN(2000):

Em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. Claro que uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas, e é

humana. Pelo simples fato de viverem juntos, os seres humanos coagem-se mutuamente ... Na verdade, os modelos de comportamento antigos e decididamente menos civilizados são muitas vezes caracterizados por flutuações entre um nível extremo de coerção e não-coerção. Diante dessas reflexões, é possível afirmar também que os centros de documentação e memória reafirmam os processos de coerção efetivas, como espaços de histórias de lutas ou de modos de vida de determinados grupos, em períodos excessivos ou inexpressivos de coerções efetivas, da e na sociedade.

improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas.(p.22-3).

Os pictogramas, a escrita analítica, os sinais silábicos, o alfabeto, estiveram pautados como elementos fundamentais na relação da comunicação e informação criada e recuperada pela humanidade.

Evidente que toda a trajetória da pictografia, passando pelos mais variados estudos e análises dos traços notados ao emprego dos primeiros sistemas de escritas, para exprimir idéias, abstrações, trouxeram mudanças na economia, na política e nas relações criadas e estabelecidas pelos povos antigos. Ao remontar e incorporar os elementos da língua falada e exprimir novos canais de comunicação pelas relações gramaticais existentes entre as populações espalhadas pelo mundo, houve também uma revolução causada pela adequação dos materiais escritos utilizados para desenvolver essas atividades, passando pelos textos gravados em pedras, recipientes de metal, ossos, madeiras etc.

O que garante até hoje, além da oralidade, a continuidade histórica/cultural da comunicação entre os povos e sua ascendência cultural, relacionada sistematicamente com sua pronúncia, é a escrita. A escrita foi considerada uma forma de arte em si mesma, ligada à pintura e a outros ofícios manuais. Um processo envolvido pela representação da linguagem visual, que posteriormente foi substituída pela representação da linguagem sonora e conseqüentemente tornou-se uma tarefa de fixar e transmitir um pensamento. O que a Lingüística considerou como rompimento do sinal com objeto, ou seja, a linguagem voltando à sua verdadeira origem, a oralidade.

Há controvérsias quanto à origem da escrita, as hipóteses variam de acordo com a época, seu desenvolvimento, função e aplicabilidade. O que se sabe é que todo o processo de adaptação das formas escritas, vindas dos sumérios, fenícios, egípcios, chineses ou gregos, levou à definição e a representação sistemática dos sons individuais de uma língua, para servir aos viajantes, comerciantes, conquistadores na expansão de seus negócios e também de sua cultura como forma de poder.¹¹

¹¹ No livro “*Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto. A história da escrita antiga.*” há tabelas com a trajetória sucinta das divisões históricas dos escritos, tornando inteligível a forma pela qual foi desenvolvida a terminologia histórica da escrita nos períodos dos sumérios e babilônico. O livro ressalta que as inscrições em argila, marfim, metais e vidro já se caracterizavam como monumentos, por trazerem em seus registros inscrições administrativas, agrícolas ou para serem consagrados e utilizados nos templos (HOOKER, 1996).

Essa representação sistemática dos sons gerou o alfabeto e com ele outros problemas também foram surgindo, como consequência desse desenvolvimento. O seu aparecimento trouxe consigo discussões profundas sobre as formas, os símbolos e os modelos a serem utilizados.

Por meio de uma análise sociocultural, o domínio do alfabeto significou conquistas, que propiciaram intervenções políticas importantes, como foi o caso dos gregos e dos romanos especificamente nos períodos que antecederam a era Cristã.

Evidentemente que a história da escrita não se cristalizou no espaço e no tempo com o estabelecimento de línguas ditas universais, muito pelo contrário, ainda hoje desperta curiosidade e impulsiona debates entre os estudiosos da linguagem. Nada indica que estamos livres de passarmos por outras transformações ainda maiores, considerando as tecnologias de informação existentes no século XXI.

O desenvolvimento da escrita trouxe consigo experimentos vindos da utilização de artefatos produzidos, tendo como elementos de composição organismos minerais, vegetais e animais para a realização dos trabalhos envolvidos em diversas áreas. Até a Idade Média, a madeira, por exemplo, foi um material que serviu como suporte para correspondência, cadernos de estudos e anotações.

Com a vinda do papiro, do pergaminho e do papel, os manuscritos se estabeleceram como materiais indispensáveis na vida dos cidadãos, desde a mais remota Antigüidade até os dias de hoje. Envolvidos pelas tramas do poder estabelecido nos impérios, como na participação da nobreza e do clero nos debates da organização das sociedades e finalmente expandindo sua ação entre os povos menos abastados.

Como se vê, a escrita esteve na fonte de desenvolvimento do pensar e do saber entre os séculos. A partir do século XVII inicia-se definitivamente sua forma como documentação e amplia seu espaço de ação em relação ao conhecimento do homem e sua ciência. O sentido moderno de testemunho histórico estará expresso somente no século XIX.

É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da

escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. (LE GOFF, 1996, p.536)

Como o material escrito na maioria das vezes, esteve ligado aos poderes estabelecidos nas sociedades letradas, seja pelas políticas implementadas pelos reis ou pela igreja: as instituições que cuidavam desses materiais se constituíam como prolongamento da organização de seus mandatários, obedecendo aos princípios e as normas estabelecidas que deveriam também estar relacionadas à composição, à organização dessas sociedades, independentemente da natureza dos materiais organizados, ou seja, não variavam em nada o seu funcionamento e suas finalidades. Eram considerados lugares ou depósitos de volumes.

Até a Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa “ordem”, de um “corpo” igualmente religioso ou sagrado.[...] O livro, a palavra escrita, eram mistério, o elemento carregado de poderes maléficos para os não iniciados: cumpria manuseá-los com os conhecimentos exorcismatórios indispensáveis. A noção do “livro secreto”, do *Index* católico, é uma simples reminiscência, mas já agora de todo ineficaz, desse estado de espírito, dessas eras milenárias em que o escrito ainda provinha dos demônios, e nisso são perfeitamente semelhantes às medidas anti-sépticas dos primitivos... (MARTINS, 1998, p.71)

Esses lugares conhecidos como biblioteca, que por definição o nome indica *depósito de livros*, teve como função, desde o seu aparecimento até o final da Idade Média, o lugar onde se escondia o livro do que o lugar de onde se fizesse circulá-lo ou perpetuá-lo.

Assim, a biblioteca, como eram chamados esses esconderijos, muitas vezes consagrados pela guarda de materiais sagrados e sigilosos, de difícil acesso, foi modificando e restringindo suas áreas de atuação. O trabalho especulativo realizado pelos intelectuais e pensadores, a respeito das funções da biblioteca, abriram espaços para discussões maiores sobre a escrita, os documentos e o seu uso. Por exemplo:

Em 1602, Lúpsio acrescentou um opúsculo sobre as bibliotecas antigas e seus tratados “arqueológicos”, que tratavam de assuntos variados, como os usos militares dos romanos, os anfiteatros e os métodos de crucificação. No *De bibliothecis*, Lúpsio trabalhou para fundamentar um conhecimento útil por meio de uma pesquisa minuciosa. Para tanto, apresentou a biblioteca antiga, essencialmente Alexandria, em seu quadro histórico, dando-lhe um valor de modelo para os mecenas, bibliotecários e os eruditos do seu tempo. A biblioteca que resultava dessas pesquisas trazia pelo menos dois ensinamentos essenciais ao século XVII. O primeiro era pragmático e afirmava as funções da biblioteca: lugar de erudição, estabelecimento para a pesquisa histórica e filosófica, sem finalidades pedagógicas. O segundo veiculava, na contracorrente do modelo dominante da biblioteca eclesiástica e do vasto oceano da historiografia como motivação religiosa, o ideal irenista de uma biblioteca concebida como lugar de pesquisas, sem orientação confessional. Esse ideal da biblioteca pública, forjado por Lúpsio, ia atravessar todo o século XVII, mantendo-se até os “poli-historiadores” alemães do início do século XVIII. (NELLES, 2000, p.200-1)

Com isso, outros lugares foram se estabelecendo também como locais de guarda e de organização dos materiais escritos, considerados como documentos que não se encaixavam nas definições formuladas e aplicadas por essas e outras discussões ao longo do anos. Os arquivos, os museus estiveram envolvidos nessas questões e também foram sofrendo suas mudanças e adaptações com o tempo.

Na transição do Mundo Antigo para a Idade Média se deu a cristalização e o significado abrangente do termo arquivo. Um conceito também confuso e ambíguo que vai designar outros aspectos para suas atribuições, terminologias e funções. Algo constante nesse período que se estendeu até o século XX. Essa confusão se deu pela subsistência das instituições e a natureza funcional de cada uma, como foi o caso das diferenças entre as bibliotecas e os próprios arquivos.

A raridade e a importância de alguns textos escritos fizeram com que, no início, eles fossem guardados num mesmo local, independentemente da sua origem ou função. Mais tarde, esta prática terá continuado em pequenas organizações. Entretanto o problema agudizara-se no período helenístico, com a constituição de grandes bibliotecas públicas, cuja natureza enciclopédica aí fez também desaguar arquivos de diversa procedência. A realidade arquivística é anterior à invenção das bibliotecas, mas a confusão originada levou a que, na época de Augusto, aos

próprios arquivos públicos se chegasse a aplicar a designação de *dêmosia bibliothechê*. Numa mesma organização, era freqüente a convivência de serviços distintos, como o *scrinium*, o arquivo e a biblioteca.(SILVA, 1937, p.70-1)

No final do século XVIII, inicia-se de fato um movimento que define o papel da documentação e dos profissionais que trabalham com esse material. Paul OTLET(1937) em seus trabalhos literários destacou a diversidade da documentação, seja pela sua tipologia, estrutura ou pela relação com os sistemas de publicações existentes. Em 1937 no Congresso Mundial da Documentação Universal, Paul OTLET faz uma introdução minuciosa e extensa do que poderia configurar-se como elementos da documentação considerando seus materiais e estrutura.

Em todo documento devem ser consideradas três ordens de elementos: os elementos materiais (substâncias, forma e acabamento), os elementos gráficos (textos, imagens reais ou convencionais, notações), os elementos intelectuais.

Os elementos intelectuais são os mais importantes; mas sua possibilidade de expressão está, porém, em função dos dois primeiros. Trata-se sempre, de dar forma a qualquer fragmento retirado da realidade, de exprimi-la tal qual ela é, ou de maneira tal que a imaginação possa representá-la. Para esse fim escolhe-se (elimina-se, retém-se, deforma-se, amplifica-se, diminui-se, exagera-se ou atenua-se) e agrupa-se em uma certa ordem. A escolha e o agrupamento são determinados pelos fins que podem ser ou registrar o que é, ou o de fazer compreender por certa categoria dada pelo espírito, ou o de persuadir a fim de obter tal adesão ou tal ato voluntário, ou, ainda, o de distrair, divertir, exaltar, encorajar, consolar.

As operações e os produtos da documentação (todas as espécies de documentos) ocorrem no ciclo assim definido. O homem, alternativamente, retira idéias da realidade ou introduz idéias na realidade; entre a idéia e a realidade intervêm, cada vez mais, os documentos que, por sua vez, servem à elaboração de novos documentos.(OTLET, 1937)

De acordo com alguns documentos em microfilmes selecionados do fundo Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano-ASMOB do Acervo da Internacional Comunista (Anexo 1), tomando-se por base a Circular nº 4 da Comissão Nacional de Finanças do Partido Comunista Brasileiro – PCB às Regiões, Zonas e Células do Partido, assim como, o documento avulso com instruções para o funcionamento de aparelhos do

PCB e a Circular nº 4 do Diretório Estadual de São Paulo da Aliança Nacional Libertadora - ANL a todos os diretórios, comissões, núcleos e sub-núcleos, é possível verificar por exemplo que a realidade dos homens e mulheres que viveram momentos difíceis, de repressão em momentos políticos ditatoriais no país, precisavam comunicar-se e criar estratégias de organização e informação para que suas idéias fossem compreendidas e absorvidas por outras pessoas. Um trabalho que exigia a retirada de idéias da realidade, para intervir na realidade política e social dos países. Este documento explica um ciclo de relações entre a força que exerce o documento na compreensão dos fatos históricos e a sua aproximação, hoje, como um material de estudo e pesquisa para o debate de variados sentidos e temas.

Inicia-se com essas afirmações, um processo de identificação do que será caracterizado como realidade documental, suas definições, estruturas ou conjuntos e, por sua vez, o que será definido como documentação. Diante desse panorama, OTLET(1937) observa que a documentação continuamente apresenta duas tendências: uma caracterizada pela especialização, em que há divisão de tarefas; outra baseada na combinação, cujos princípios estão pautados na colaboração. Essas tendências encontram-se em todo o processo das operações desenvolvidas no tratamento com a documentação: produção, distribuição, conservação e utilização.

Antes de avançar nos debates promovidos no século XX, é importante frisar que as definições vindas no decorrer do século XIX também foram consideradas como um processo que vislumbrou uma revolução documental, que preconizava entre seus objetivos a expansão do universal para acompanhar as tendências técnicas e toda a reflexão que tivesse como proposta um olhar crítico em relação aos trabalhos realizados com aquilo que se considerasse como documento. Considerava, também, seus dispositivos de organização e sua relação com a constituição de espaços especializados para o acondicionamento desses materiais, todas as discussões sobre monumento histórico e as possíveis relações com o patrimônio histórico constituído, como afirma CHOAY(2001):

A década de 1820 marca a afirmação de uma mentalidade que rompe com a dos antiquários e com a política da Revolução Francesa. Já na década de 1850, apesar do descompasso de sua industrialização, a maioria dos países europeus consagrou o monumento histórico. Tal consagração poderia ser definida, para todo o período, a partir de dois textos simbólicos e complementares, um oficial e administrativo,

outro contestador e poético: *Rapport* “apresentado ao rei em 21 de outubro de 1830 por Guizot, Ministro do Interior, sugerindo a criação do cargo de inspetor geral dos monumentos históricos da França”; e o panfleto publicado em 1854 por John Ruskin sobre “A abertura do Palácio de Cristal e suas relações com o futuro da arte”.[...]Cumpre observar, porém, que no século XIX a economia dos saberes centrou a função cognitiva do monumento histórico no domínio, recém determinado e ainda em fase de organização, da história da arte. (p.127-28).

Em função desses debates que se prolongaram até a primeira metade do século XX, a distinção entre biblioteca, arquivos e museus ficou caracterizada pela definição, forma e organização que cada lugar dava ao tratamento dos materiais e documentos que adquiriam, considerando suas funções específicas e os objetivos a serem alcançados.

Portanto, lugares que tomaram formas peculiares em práticas simbólicas alimentadas pela presença comum de legitimação do trabalho de organização literária ou de preservação do trabalho histórico, a fim de reabilitar, vincular esses lugares e suas práticas a determinados grupos e consolidar ao local a idéia e o sentido de lugares de memória.

Para ilustrar o que se tem considerado como lugar de memória e lugar de educação durante a realização da pesquisa, as Figuras 1 e 2 demonstram como foi possível articular e pensar historicamente as formas e as práticas existentes nesses espaços considerados lugares de memória, e a tentativa de elucidar necessariamente as relações mantidas desses espaços com os lugares de educação mantidas por essas duas definições.

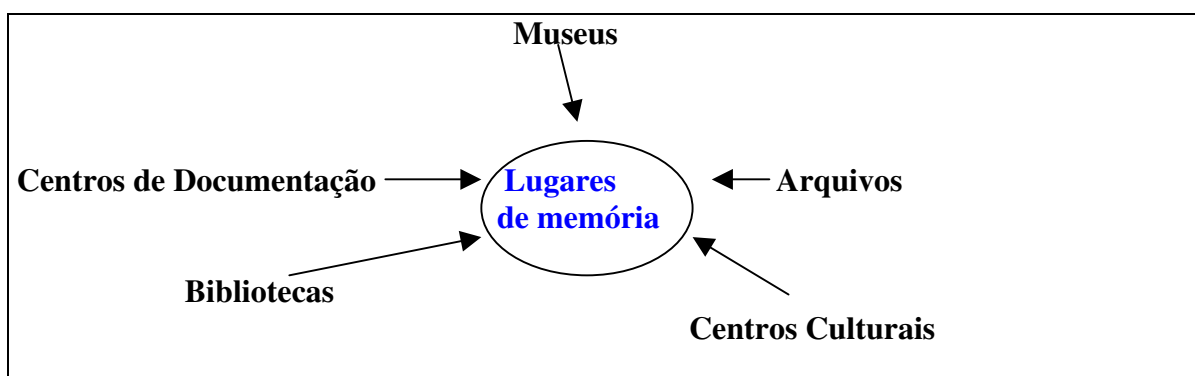


Figura 1 – Lugares de Memória.

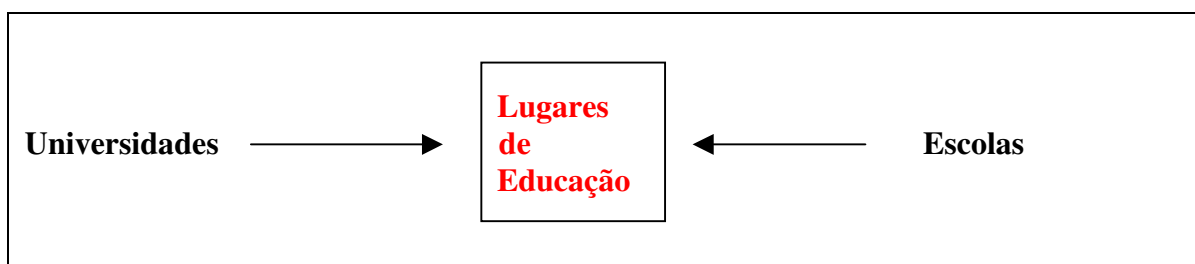


Figura 2 – Lugares de Educação.

Em virtude dessas estruturas, ou formas de compreender o lugar determinado para verificar as possibilidades educacionais, na relação estabelecida pelos espaços de memória e educação, foi possível verificar as relações que modelam as ações educativas existentes nos dois espaços, que definem sua condição pelas próprias características institucionais, formas de organização e o exercício, de seu trabalho em relação às configurações sociais, que tornam possível o equilíbrio das tensões existentes em cada espaço proveniente das políticas que são por elas produzidas.

Percebe-se que o trabalho realizado dentro dos lugares denominados nesta pesquisa, como “lugares de educação” estão cercados de espaços caracterizados como lugares de memória, que se complementam em trabalhos que vão configurar em ações educativas ou aproximar-se da trama das relações educacionais, valendo-se do trabalho histórico, refletindo essa relação com o mundo em que está inserido, o seu passado, com a finalidade de pensar historicamente as formas e as práticas culturais.

Lugares simbólicos, promovidos a símbolos por um processo de memorização consciente e em algum sentido, militante, porque pela vontade de vencer o esquecimento, não mergulha só na vida do indivíduo, mas também nas lutas cotidianas do grupo a que pertence e incorpora-se aos objetivos institucionais. O lugar pretende manter-se como um espaço de continuidade histórica-cultural.

2

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: COMO CONSTITUIU-SE O DA UNESP

O GUARDADOR DE REBANHOS

II

*O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do mundo...*

*Creio no mundo como num malmequer,
Porque o vejo. Mas não penso nele
Porque pensar é não compreender...
O mundo não se fez para pensarmos nele
(Pensar é estar doente dos olhos)
Mas para olharmos para ele e estarmos de acordo...*

*Não tenho filosofia, tenho sentidos...
Se falo na Natureza, não é porque saiba o que ela é,
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe porque ama, nem o que é amar...
Amar é a eterna inocência,
E a única inocência é não pensar...*

Alberto Caeiro, 8/ 3/ 1914(1980)

LUGARES DA MEMÓRIA E AS FONTES DE PESQUISA

Uma característica marcante do século XX esteve relacionada à formação dos profissionais que atuavam nos espaços já marcados pela organização dos materiais “historicamente significativos”. Além das profissões já contempladas pela relação com a memória, história e sociedade, outras profissões adquiriram um corpo para análises e pesquisas conforme o seu desenvolvimento técnico/tecnológico, em face do uso da documentação e da informação a ponto de constituir-se em objeto de estudo de várias ciências, como foi o caso da Ciência da Informação.

Talvez por uma questão mais política do que necessariamente científica, a causa de uma nova consciência historiográfica matizada pela revolução documental, tecnológica e também de informação, insere nos lugares de educação espaços de complementação educacional (centros de pesquisas, centros culturais, de informação e documentação), como perspectivas de aperfeiçoamento e desenvolvimento que permitirão o avanço da ciência. Uma premissa que merece os cuidados porque as configurações de saberes, incluindo-se o saber científico, em última instância, são configurações de práticas sociais.

Por isso, toda e qualquer mudança, inovação, deve ser considerada pela práticas democráticas de recuperar e possibilitar o desenvolvimento de saberes que se complementam, e não pela força e o interesse de determinados segmentos.

O envolvimento da universidade com a indústria na luta pelos acréscimos de produtividade não deve ser enjeitado, mas os serviços a prestar devem ter sempre um conteúdo de investigação forte e os benefícios financeiros que eles proporcionam só em pequena medida devem ser atribuídos aos docentes ou investigadores diretamente envolvidos e, pelo contrário, devem engrossar um fundo comum com que a universidade financia prestações de serviços em áreas ou a grupos sociais sem capacidade de remuneração. Deve evitar-se a todo o custo que os “serviços à comunidade” se reduzam a serviços à indústria. A universidade deverá criar espaços de interação com a comunidade envolvente, onde seja possível identificar eventuais atuações e definir prioridades. Sempre que possível, as atividades de extensão devem incluir estudantes e mesmo funcionários. Devem ser pensadas novas formas de “serviço cívico” em associações, cooperativas e comunidades, etc., etc. A avaliação destas atividades deve dar atenção privilegiada

ao desempenho do Know-how ético, à análise dos impactos e dos efeitos perversos e sobretudo à aprendizagem concreta de outros saberes no processo de “extensão”. (SANTOS, 1999, p.229)

A transformação de determinadas áreas em ciência não é, portanto, a garantia de que haverá a edificação e o reconhecimento profissional. Áreas como documentação, informação e educação, bem como profissões de cunho técnico/acadêmico estarão sempre sob ameaça das pressões do mercado e dos paradigmas informacionais e tecnológicos.

Os últimos anos do século XX são emblemáticos para ilustrar tais paradigmas. As palavras *concorrência* e *competitividade* estão pautadas na guerra, na qual a única regra é a conquista da melhor posição no cenário político, cultural e científico que anuncia a prática do “vale tudo”. Em razão dessa nova “ética” da concorrência e da competitividade que caracteriza o nosso tempo, empreender uma tarefa e obter melhores resultados finais, valendo-se do respeito a certas regras de convivência, preestabelecidas não existem mais. A todo momento são apresentados os vencedores e os derrotados. Essa guerra justifica toda a forma de apelo à força, para realizar grandes concentrações e fusões, seja pelos aspectos da produção, das finanças, ou da informação.

Esse movimento que comanda as formas de ação institucionais, muitas vezes impede o entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e categoricamente justifica o individualismo da vida econômica, pensando os papéis das empresas e a forma como batalham entre si; o individualismo na ordem política, ao pensar como os partidos políticos se tornam essencialmente redutos de determinados grupos privados o que na ordem social, se justifica todo o desrespeito às pessoas, às comunidades e suas histórias.

Assim, convocados por esse pragmatismo, os lugares de memória e educação também estão inclusos nessa guerra da competitividade que caracteriza o nosso tempo. Constituídos e elevados muitas vezes a uma lógica dos instrumentos em lugar da lógica das finalidades, devem considerar que seu papel é a organização de arquivos, bibliotecas, coleções de jornais, fotografias etc. Porém, não podem ficar imersos no imediatismo institucional, precisam desenvolver um trabalho pautado em testemunhar a sociedade com que trabalha, seus compromissos éticos no trato das pessoas e dos fatos conforme suas ações iniciais na organização dos acervos disponíveis, baseados em gerar

e produzir informações com autonomia, assegurar continuidade, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da democracia entre nós.

É difícil aceitar que o trabalho de organização e difusão das atividades nos centros de documentação e memória se desvinculem da relação com a materialidade documental de acordo com os serviços disponíveis previstos nos espaços em que estão alocados. Entre esses serviços está o de lutar para mostrar sua legitimidade.

O centro de documentação não está livre do envolvimento com o mundo do consumo e da competitividade, mas deve sempre lembrar, por intermédio de suas ações, a oposição existente entre a figura do consumidor e do cidadão pesquisador; do mundo da empresa – o mundo privado – e o outro mundo que são as instituições de pesquisa, de educação e ainda os órgãos públicos em geral.

Em virtude da proposta de aproximar o trabalho educacional do fazer do centro de documentação e memória, cabe nesta pesquisa ressaltar a importância das ciências humanas diante das conseqüentes dificuldades que as instituições têm para interpretar o que está justaposto no mundo da educação, do trabalho e da pesquisa, uma vez que a economia e a tecnologia se tornam cada vez mais próximas da área da administração, que implanta novas concepções sobre o valor a atribuir a cada objeto, indivíduo e a cada lugar, propiciando o uso das técnicas em função de mudanças qualitativas e quantitativas nas relações entre cidadãos e a sociedade.

Uma ciência aprofundada pela sua prática, seu saber técnico e estrutural, segundo seus meios de expressão, forma de operação sobre os suportes de trabalho, manipulação dos materiais e suas funções, deve justificar, envolver-se e priorizar as competências dos saberes científicos como processos que enriqueçam os saberes não científicos.

O crescimento e desenvolvimento de sistemas de armazenamento e recuperação da informação, especificamente a informação considerada científica, abriram caminhos para ampliar os estudos sobre o conceito de documentação e aperfeiçoamento das técnicas de organização, utilização e reprodução, por parte dos documentalistas, ante os materiais trabalhados e produzidos, que vieram originar posteriormente os fundamentos do estudo da Ciência da Informação.

O fenômeno conhecido por explosão da informação, conotado como o crescimento exponencial da produção e uso de documentos, em especial nas áreas

científico-técnicas, envolvia uma diversidade considerável de profissionais, em diferentes contextos. (...) De novo se torna perceptível que o fenômeno da documentação não se restringia a contextos e a categorias de profissionais específicos, mas sim a uma vasta área que envolvia todos o que lidavam com a informação, nos mais diversos suportes, marcada, nesta época [Década de 50] pela progressiva associação da tecnologia à sua produção, tratamento e difusão. As mudanças que de agora em diante se vão operar, quer do ponto de vista da prática profissional quer da afirmação disciplinar, são indissociáveis dos progressos tecnológicos, particularmente da informática, que não pode mais deixar de ser vista em simbiose como o fenômeno da informação. (RIBEIRO & SILVA, 2002, p.50).

Possivelmente um dos saberes mais requeridos para o exercício das profissões no século XXI, tendo em vista a forma como a sociedade organiza sua produção técnica, científica, cultural e social, para entender e intervir na realidade, conforme a capacidade reflexiva, histórica e decisória do ser humano.

INFORMAÇÃO, DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO

Com o advento da tecnologia e todos os avanços demonstrados pelas máquinas que viriam substituir alguns trabalhos manuais, além da sua capacidade técnica de armazenar dados, conteúdos e tornar esses dados disponíveis, falar em documentação significava também pensar num trabalho de informação. Naquele momento (Década de 1950), a questão seria definir os objetivos e pressupostos de cada instituição. Como, por exemplo, verificar se um arquivo ou uma biblioteca cumpriria com excelência os princípios de organização documental com base nas definições, até hoje pontuadas, do que é um documento.¹² Nas palavras de OTLET(1937) a documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge na pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor. Ele acrescenta ainda que:

¹² Em toda sua complexidade, segundo Viviane TESSITORE, o documento é definido tecnicamente como o conjunto da informação e seu suporte. Entretanto, para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis. A autora exemplifica como documento, o livro, o artigo de revista, o prontuário médico, a carta, o cartaz de um seminário, o vídeo de uma conferência, a legislação, os objetos utilizados, etc. (2003, p.11).

Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça do arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, atualmente o filme, o disco e toda a parte musical que precede ou sucede a emissão radiofônica.

A documentação é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual.

Ela é ativa ou passiva, receptiva ou dativa; está em toda parte onde se fale (Universidade), onde se leia (Biblioteca), onde se discuta (Sociedade), onde se colecionem (Museu), onde se pesquise (Laboratório), onde se administre (Administração), onde se trabalhe (Oficina). (OTLET,1937)

Percebe-se, assim, que falar de documentação diante das definições historicamente apresentadas significa pensar também em informação, com seus propósitos e fins, ou seja, não é possível hoje, restringir a idéia de documento apenas àqueles materiais fisicamente organizados nos arquivos, museus e bibliotecas.

As peculiaridades contidas num conjunto documental, organizado de acordo com os objetivos propostos por seus organizadores, constitui-se em possibilidades de trabalho integrado em ambientes que se articulam entre si. O que sugere possibilidades de aproximação da finalidade institucional as atividades direcionadas ao perfil de seus consulentes e possíveis usuários. Aglutinar, por exemplo, num mesmo espaço pessoas com interesses diferentes, conforme as práticas de organização desse material, suas técnicas operacionais para o uso e interação dos participantes com o espaço institucionalmente constituído, é uma forma de viabilizar e conjecturar trabalhos educacionais.

Dessa forma, deve-se compreender a criação de espaços considerados, por definição, centralizadores de documentos. Inicialmente seus serviços estão ligados a critérios metodológicos de seleção, gestão e avaliação das fontes documentais. Os aspectos unilaterais de preservação da memória ou das necessidades do testemunho histórico podem gerar uma certa autoridade quanto aos preceitos de organização da memória que se pretende preservar. Por isso, um trabalho de integração multidisciplinar é fundamental para as análises de formação e constituição dos acervos.

Outra causa, não menos importante para o cuidado com o desenvolvimento dos espaços denominados centros de documentação, está no tempo e custo para implementação do trabalho. Os documentos são submetidos a um tratamento mais cuidadoso, relacionados à higienização, classificação, e tornam-se disponíveis para pesquisa no ambiente em que são recuperados. Portanto, um trabalho não integrado entre profissionais, que troquem saberes e conhecimentos, propicia perdas e gastos incomensuráveis durante o tratamento.

Um trabalho que requer escolhas políticas, sociais e culturais; uma aprendizagem permanente que pode ser sublinhada pela seguinte forma: de maneira alguma, pode-se dizer o que bem se entende num processo de organização de um trabalho de preservação histórica e de memória, pois não se trata de uma experiência individual e particular.

Trata-se aqui talvez da experiência de ninguém poder compreender por si, de maneira adequada, tudo que é objetivo em sua plenitude, porque a coisa só se mostra e manifesta numa perspectiva, adequada e inerente à sua posição no mundo. Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é ‘realmente’, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os, unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falam *sobre* ele e trocarem opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. (ARENDT, 2002, p.59-60)

É um exercício que deve ser praticado nos lugares de memória, uma ação contínua de debates políticos, culturais, educacionais, científicos que sugerem decisões coletivas para fins múltiplos e também coletivos. Uma possibilidade de tornar único um trabalho que perdure para conferir à realidade um movimento permanente de aproximação entre os trabalhos técnicos e o sentido prático da educação, nos espaços de preservação histórica e de memória.

Sabe-se que o documento é o resultado de múltiplas operações, combinações e articulações envolvidas pelos objetivos, propostas de organização, desenvolvimento das atividades instituído pelos organismos de documentação e suas ligações com o ambiente externo. A estrutura desses organismos, sobretudo as estruturas internas de suas ações,

seus profissionais e seus documentos, permitirão a edificação de suas características enquanto espaços de pesquisa, informação, entretenimento etc.

Ao caracterizar-se como uma instituição que se aproxima dos arquivos, bibliotecas e museus, pela semelhança dos procedimentos técnicos que empregam para organizar, gerir e descrever seus acervos, os centros de documentação, ainda assim, possuem peculiaridades ou especificidade quanto a sua função e seus objetivos de trabalho, seja pelo uso do documento ou pela ação que realiza.

Não é a condição de documento – manuscrito ou impresso, avulso ou encadernado, papel ou disquete, objeto ou não – que o define como um documento de arquivo, biblioteca, museu ou centro de documentação, mas sim sua origem e função. (...) Talvez por ser uma entidade “mista”, que não conta com uma teoria e metodologia específica para o tratamento do acervo, o centro de documentação seja a instituição de documentação que menos ocupou espaço na bibliografia de diferentes áreas que compõem as Ciências da Informação, embora esteja freqüentemente presente em empresas, órgãos públicos, entidades de trabalhadores, movimentos sociais e universidades (TESSITORE, 2003, p.12-4).

Com isso, a própria diversidade de ação, caracterizada pela complexidade dos trabalhos realizados nos centros de documentação, bem como a função desses organismos abrem, ao mesmo tempo, um espaço para que se possa discutir amplamente a questão do trabalho educacional, verificar as concepções existentes, diagnosticar os problemas gerais e específicos, originar novas práticas profissionais, viabilizar técnicas e também políticas dentro das áreas de atuação.

O TEÓRICO, O TÉCNICO E O CIENTÍFICO NOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Não foi por acaso que em 1969, o Comitê Internacional para Documentação das Ciências Sociais preparou para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO um Guia para estabelecimento de centros nacionais de documentação em Ciências Sociais nos países em vias de desenvolvimento.¹³

¹³ Este Guia teve sua primeira publicação em espanhol no ano de 1973. Editado no México, pela Universidade Nacional Autônoma do México, sob a organização de Jean Meyriat.

A justificativa inicial deste documento baseia-se em critérios intensamente discutidos entre os profissionais que atuavam na área de documentação e informação. Estendia-se aos profissionais ligados à área de preservação, conservação e outros locais relacionados ao resgate histórico dos acontecimentos políticos da época. Uma vez que, os países considerados pelo Comitê, como países em desenvolvimento, passavam por momentos políticos difíceis, de repressão e ditaduras.

La mayoría de los problemas que presentan la creación y el funcionamiento de un centro de documentación especializados en las ciencias sociales, son en general los mismos en todos los países del mundo, con excepción de las dificultades técnicas que se tienen que resolver para asegurar la conservación de los documentos en un clima tropical (por esto se dedicó en esta Guía un anexo sobre problema en particular) ... Pero la situación especial de los países en vías de desarrollo hace que los problemas semejantes se presenten en ellos por varias razones: insuficiencia o falta total de algunos medios materiales; distamamiento de los especialistas, que pueden encontrarse separados por centenas o millares de Kilómetros de sus colegas que comparten las mismas preocupaciones; dificultad para obtener los documentos; escasa densidad de la red de comunicaciones, lo cual estorba la circulación de las informaciones científicas o técnicas. Además, evidentemente resulta más difícil crear una institución en un país en el que no existe ningún precedente, que agregar un nuevo centro a un conjunto de organismos especializados que ya existen en el mismo país.

Por esto há parecido útil presentiar en esta guía las principales aportaciones sobre los problemas de concepción y de organización que deberán ser presentados y resueltos para formar centros nacionales de documentación sobre ciencias sociales en países de África, de América Latina o de Asia. (MEYIRIAT, 1973, p.05-6).

Não havia regras universais para a ação desse Comitê, a não ser de estabelecer parcerias e convênios com instituições dispostas em iniciar a formação ou talvez, preparar profissionais para manter a documentação produzida nessas áreas, denominadas Ciências Sociais.

A proposta de assegurar fontes específicas para o trabalho de pesquisadores e interessados no panorama político/social, nos países em desenvolvimento, era uma forma de estabelecer precisamente um conjunto de atividades que proporcionassem a independência das publicações oficiais ou bibliográficas, mas também colocassem nesse

conjunto outros materiais significativos e que representassem a trajetória não-oficial relacionadas às questões sociais e políticas vividas nesses países.

Entre as publicações estariam acervos documentais de personagens públicas, cidadãos comuns e outros materiais que fossem importantes para os trabalhadores e os cientistas sociais, assim se refere o Guia aos pesquisadores da área.

Ainda há uma segunda preocupação dos organizadores deste Guia, que é levantar discussões para que sejam pensadas possibilidades de existir, pelo menos, um centro de documentação em cada país, a fim de ampliar as discussões referentes às políticas de elaboração desses espaços até sua criação, de forma ampla e irrestrita, sem se pautar única e exclusivamente nas técnicas de organização dos acervos a serem constituídos.

No Brasil, houve um movimento intenso iniciado no interior das universidades públicas e também de alguns organismos ligados a entidades das classes trabalhadoras no final da década de 1960. A preocupação desses grupos, constituídos por professores, políticos, estudantes e trabalhadores estava relacionada à história vivida no período de repressão pós-1964, marcado pela relação de forças entre os diferentes grupos dominantes no país, de um lado um grupo que defendia o capital nacional e a participação popular; do outro, um grupo comprometido com o capital internacional deixando as classes populares distantes das esferas políticas organizadas do poder instituído.

A política educacional, ela mesma expressão da reordenação das formas de controle social e político, usará o sistema educacional reestruturado para assegurar este controle. A educação estará novamente a serviço dos interesses econômicos que fizeram necessária a sua reformulação. Essa afirmação encontra seu fundamento nos pronunciamentos oficiais, nos planos e leis educacionais e na própria atuação do novo governo militar.

As primeiras diretrizes formuladas por este governo, norteadoras da futura política educacional, já foram fixadas no início do Governo Castello Branco. Estão contidas nas declarações feitas pelo Presidente aos Secretários de Educação de todos os Estados, em meados de 1964: o objetivo do seu governo seria restabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes, operários e militares. Excluindo o grupo dos militares podemos dizer que com a nova legislação, promulgada pelo governo militar, visa-se de fato criar um instrumento de controle e de disciplina sobre estudantes e operários.(FREITAG, 1980, p.77-8)

Entretanto, o papel desses grupos opositores ao sistema que, tomava forma e crescia em desacordo diante das necessidades da população, foi de pressionar por meio de uma crescente organização, reivindicação e participação de todos, nos debates políticos e sociais durante esse período, tentando provocar uma reordenação da sociedade, visando melhores condições de vida.

Essa dinâmica de forças opostas pode ser exemplificada em dois momentos: quando os movimentos sociais expressam uma insistente preocupação com a preservação de suas lutas e mediante a recuperação de sua memória histórica, elabora uma consciência de sua situação e constrói um projeto de futuro, tomando por base práticas de mobilização e organização de espaços para preservar suas histórias, em outro, a instauração de uma ditadura militar que pretende ser porta voz dos interesses nacionais determina, por exemplo, o fechamento dos espaços públicos de manifestação artística ou política.

Essas forças, em particular, dentro do campo cultural e educativo em que estiveram envolvidos os mais variados agentes políticos antagônicos, dos diversos segmentos da sociedade, especificamente dentro dos sindicatos, escolas e universidades, legitimaram os conflitos e diferenças de acordo com os espaços de convivência, transformados em lugares de resistência, pela possibilidade de encontros cotidianos na cidade, o que levaria a uma incidência política direta, caracterizada pela possibilidade de formar ideologicamente um público pelo intercâmbio de informações, comentários e histórias.

Essa crise nas relações estabelecidas do poder, e, por consequência, da expansão, e a popularização científica de debates, contestações e críticas políticas, novas dinâmicas de legitimação histórica vão desembocar nas instituições de ensino, de pesquisa e também em outras esferas da sociedade. Para justificar uma ordem estabelecida, foram criadas políticas internas nacionais que trouxeram consigo um novo tipo de ideologia, que legitimava e sustentava as idéias determinadas pelo poder constituído.

Essas relações de forças configuram-se em novas formas de agenciamento social incorporadas em novos espaços, para fazer emergir as experiências silenciadas e interpretadas de outro modo conforme o olhar apresentado pelos seus agentes, que Eder SADER(1988) chama de matrizes discursivas.

No calor de acontecimentos decisivos, que abriram espaços de visibilidade por onde os agentes identificaram suas realidades, emergiram novos significados. Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido. Porque há sempre uma defasagem entre realidade e representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão umas das outras. Ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam.

Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora de seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais. Mas encontramos na sociedade agências que, embora participando da cultura instituída (condição para que haja comunicação social), expressam práticas de resistência e projetos de ruptura.(1988, 142-3).

Tendo em vista que as matrizes discursivas devem ser entendidas como modos de abordagem da realidade e que implicam diretamente atribuições e significados, os centros de documentação e memória surgem em meio ao uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação das situações, temas, atores que apresentam o panorama político e cultural de uma determinada época, com referência a determinados valores e objetivos. Assim, os centros de documentação e memória não são simples idéias, são lugares constituídos de práticas materiais que auxiliam a produção e reprodução da experiência vivida pelos agentes participantes do centro de documentação e pela reelaboração dos significados culturais instituídos. Esses lugares potencializam as matrizes discursivas e estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam de forma diversa a realidade.

Em vista desses aspectos de formação dos centros de documentação e memória, e diante da síntese do quadro global político no Brasil dos anos 1960, o que se viu em seguida foi uma parcialidade quanto à organização da memória política da história

nacional, pautada pela censura, repressão aos meios acadêmicos e de comunicação e, por fim, uma história contada pelos organismos oficiais.

Porém, os grupos e movimentos sociais que estiveram na oposição dessas políticas estabelecidas, também, realizaram a guarda de seus documentos organizando, paralelamente, suas histórias, uma vez que a documentação produzida explicitava desacordos e contestava os fatos contados e apresentados pelos organismos oficiais do Estado.

Muitos militantes, intelectuais, sindicalistas e estudantes, organizaram suas histórias nos porões e sótãos de suas casas. Essas iniciativas foram tomadas para tentar superar uma situação dramática vivida pelo patrimônio da história social no país. Publicações clandestinas, correspondências, fotografias etc., algumas apreendidas e sem um destino arquivístico ou de recuperação, levaram à destruição de materiais importantes referentes à trajetória de diversos movimentos sociais no Brasil. As consequências diretas dessa situação estão marcadas pela dificuldade de encontrar acervos completos desse período.

Algumas medidas paliativas, que foram tomadas nos períodos de ditadura no Brasil, tornaram-se permanentes e foram fontes da história daqueles que estiveram na contramão do regime militar. Aglutinar materiais de militantes e de outros colaboradores para preservar e recuperar suas histórias, também foram medidas tomadas pelos movimentos sociais ao final dos anos de 1980.¹⁴

Evidentemente o poder alcançado quando está atrelado a qualquer tipo de força e represália não se estabelece de forma tranqüila, necessita de mecanismos ideológicos para cumprir seu papel. Entre esses mecanismos ideológicos do Estado, estão as escolas ou as instituições de ensino. Esta afirmação parece arbitrária em relação aos propósitos ideais da educação. Porém, a questão não está deslocada da possível interferência de fatores ideológicos existentes dentro dos centros de documentação verificados nesta pesquisa, que visa compreender em que momento o processo educativo expressa as relações de forças existentes objetivamente numa sociedade, refletindo sempre o poder e a cultura de um grupo ou uma classe, como sistema simbólico de significações, na

¹⁴Na primeira edição da *Revista Memória & História* 1981 n.01, organizada pelo Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, há um texto cujo título é: Para recuperar a memória histórica do movimento operário brasileiro que explicita um pedido de colaboração aos seus militantes para que doem qualquer tipo de documento relacionado ao movimento, com o objetivo de recuperação e conservação dessas fontes.

medida em que a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas ou reduzidas como norma de conduta única e generalizada, mas socialmente definida entre ação e reflexão, teoria e prática educacional.

Sendo a educação formalmente considerada uma área que busca compreender as condutas individuais ou sociais em relação aos valores estabelecidos dentro de uma sociedade, com características culturais próprias, não se poderá abstraí-la da situação histórica e da ordem social onde ela está inserida. Os conceitos de educar como desenvolvimento e processo de formação estão inclinados sempre a deparar-se com o problema dos métodos, uma vez que as sociedades não se organizam necessariamente valendo-se de um sistema educacional, mas da reflexão que se dá sobre as experiências e o conhecimento obtido mediante as vivências do cotidiano.

Levando-se em consideração as mudanças sociais, os processos de adaptação e os fins educacionais em seu contexto social, é papel da educação transmitir de geração a geração técnicas e saberes conhecidos, sem a dissociação completa da teoria e da prática de educar e associar, despertar, manter alerta e tornar o espírito crítico de busca constante entre os profissionais, suas instituições e a sociedade. O desafio será sempre o lema no trabalho com a educação. Ele deve ser o pressuposto permanente no seu relacionamento com a história, a memória, a informação. Relaciona-se com as técnicas sociais e científicas vigentes, pensando sempre as mudanças no processo e nos resultados da ação educativa.

Pode-se dizer que os centros de documentação também estiveram atrelados ao processo de elaboração dos mecanismos ideológicos, porém limitados em suas ações, por causa da especificidade de suas atividades e os locais em que funcionavam.

Com a preocupação de (re)produzir, a fim de ampliar a história da memória nacional, a ação de determinados segmentos da sociedade resultou dialeticamente numa dinâmica marcada pelos conflitos entre os próprios sujeitos inseridos num contexto histórico de opressores e oprimidos, no período da ditadura militar no Brasil.

O papel de profissionais dispostos a catalisar a história tal qual aconteceu e preservar a memória daqueles que se opuseram ao regime ditatorial, durante as décadas de 1960 e 1970, se fez com base em justificativas voltadas ao trabalho científico de pesquisas que procuravam entender a história, dos mais variados aspectos, para que pudessem posteriormente transformar a situação. Mais do que um *slogan* da pesquisa

participante, os trabalhos iniciais nos arquivos, na recuperação e constituição de acervos, para a configuração de centros de documentação e memória, estavam relacionados ao desejo de conhecer a história ao longo dos anos compreendidos entre 1970 e 1980, para construí-la e, quem sabe, transformá-la.

As circunstâncias em que foram criadas e debatidas tais propostas eram uma forma também de promover conscientemente discussões que significavam a formação do pensamento historicamente construído, inteligível e articulado com as possibilidades de participação de todos os segmentos da sociedade. Possivelmente, um processo de formação dos lugares de memória, como espaços educacionais para entender o processo político e histórico, na consciência do lugar que cada um ocupava naquela situação.

O PAPEL DOS LOCAIS DA MEMÓRIA

Pode-se dizer que, por meio de um trabalho contínuo dos colaboradores e investigadores comprometidos com o resgate histórico da memória nacional, há um entendimento mais amplo sobre o papel desses locais da memória. Num esforço mútuo entre pesquisadores e pesquisados e a abertura para os debates sobre memória e seus lugares, em vários ambientes da esfera social, esse consenso de resgate da memória institucional vai para dentro das empresas, indústrias e instituições públicas ou privadas de ensino e pesquisa. Pode-se dizer que, hoje, a memória está para a História, assim como a leitura está para a Educação.

A realidade histórica da documentação trouxe contribuições para o discurso da identidade coletiva nacional. Como forma de aglutinar histórias tornou possível a troca de experiências e deliberações mais amplas no movimento dos estudantes, professores e operários entre 1960 e 1980.

A defesa dos interesses dos trabalhadores, os benefícios assistenciais, insistentemente anunciados e proclamados nas ruas, demonstraram em escala mundial as necessidades de mudanças intensas no mundo trabalho. Reforçava-se e reafirmava-se a sustentação corporativa das associações e dos sindicatos com a finalidade de procurar abrir maiores espaços para negociação com os grandes proprietários industriais.

Esse movimento, aliado ao processo de organização histórico documental, mobilizou ativamente as categorias de trabalhadores para a participação efetiva no

interior das discussões trabalhistas e, por consequência, beneficiarem-se as questões sociais de uma possível conjuntura favorável no mercado de trabalho em expansão nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, de acordo com a reafirmação de políticas públicas salariais que trouxeram valores associados de instrução, cultura e resistência social, com acesso ao lazer e à proteção social como forma de reivindicação. Para CASTEL(1998),

Essa atração também produz efeito sobre o *bloco popular* formado por operários e por empregados que ocupam um lugar subordinado na configuração salarial. É uma aproximação, sem dúvida, colocar no mesmo “bloco” operários e empregados. Entretanto, na década de 60, assiste-se à transformação de uma classe operária extensa e renovada, incorporando cada vez mais empregados. Paralelamente, devido à mecanização do trabalho de escritório, o empregado raramente permaneceu como colaborador direto do patrão. (p. 473).

Ainda que houvesse todos esses avanços com alguns resultados positivos em termos mundiais a favor dos trabalhadores, pode-se dizer que em matéria de consumo, modo de vida e suas necessidades em relação à habitação, à participação na educação, cultura e direitos sociais estiveram muito longe de recuperar atrasos durante esse período. O fato é que o acolhimento de algumas reivindicações nascidas na sociedade civil não poderiam perder-se na história política e social desse segmento. Deveria, ao contrário, potencializar as bases trabalhadoras, denunciar os abusos e lutar em favor dos interesses sociais coletivos, uma mobilização autônoma, efetiva, que posteriormente pudesse perpetuar conquistas e impulsionar novos trabalhos nas bases.

A confirmação de uma realidade de categorias, que tiveram a oportunidade de vivenciar à luz das questões referentes à memória, à história, os elos entre o poder e o conhecimento, aponta as possíveis interconexões entre a teoria, a educação e a política.

Os profissionais dos centros de documentação, em sua maioria documentalistas, historiadores e arquivistas, estiveram e estão nos ditames das controvérsias do processo histórico nacional, pela delicada situação de cuidar da memória política e social do país. Consideradas as questões pontuais da situação política da época em que foram criados os primeiros centros de documentação no Brasil, conviria deixar claro que esses centros de documentação e memória pretendiam resgatar uma história da memória social do Brasil, mas também a história nacional.

Com objetivos iniciais de se estabelecerem centros de documentação como órgãos especializados, de apoio à pesquisa social e científica, bem como de produção de estudos envolvidos por questões educacionais ou interdisciplinares, a criação de centros de documentação e memória no país, também, teve uma conotação política de resistência e de questionamento acerca das relações entre o passado, o presente e o futuro, trazendo à tona discussões referentes ao papel da memória histórica e da resistência dos movimentos sociais.

Essas relações, ainda que julgadas por uma postura de vanguarda e de luta, não foram realizadas de maneira efetiva e aberta. Usaram-se artifícios burocráticos – entenda-se, aqui, a valorização das políticas institucionais públicas – para justificar, talvez em nome do progresso desejado, a realização de trabalhos preocupados em organizar as estruturas administrativas estabelecidas com papel inovador e diferenciado dos padrões existentes. Em outras palavras, era preciso justificar a criação de espaços da memória a partir do discurso histórico da preservação, da conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

UM LOCAL DE MEMÓRIA PARA ANÁLISE

O Centro de Documentação e Memória da UNESP - CEDEM, espaço que serviu para observação e desenvolvimento desta pesquisa, originalmente surge como uma iniciativa de professores da área de humanas com o objetivo de preservar o patrimônio documental da Universidade. Inicialmente organiza-se em cima de uma idéia que pretende colocar em prática um sistema único de arquivos dentro da universidade. Trabalho que exige mudanças estruturais e o enfrentamento dos percalços institucionais. Entretanto, o risco de trabalhar numa superfície ampla que só conseguiria oferecer generalidades, do ponto de vista da pesquisa e da extensão universitária, as prioridades são modificadas e constituem-se dois eixos centrais nas propostas de trabalho do centro: 1) *A memória da universidade*, com objetivos de conservar fontes documentais para preservação da memória institucional; 2) *A memória social*, baseada num centro aglutinador de acervos documentais, de informações, de referências, estudos e pesquisas sobre a história política contemporânea, que privilegiaria os movimentos sociais.

Os idealizadores do CEDEM perceberam as dificuldades encontradas por conta das peculiaridades da UNESP e redirecionaram suas ações, evitando desviar o Centro de sua proposta inicial, da preservação de uma memória universitária complementada ideologicamente por meio de um centro aglutinador de acervos documentais da memória social, conforme o movimento interno e institucional de doações de acervos específicos. Evidências que reafirmam a concepção de memória do Centro.

Um patrimônio resgatado pelo elemento essencial das questões coletivas, individuais e institucionais, constituído das experiências passadas, recordadas, inscritas num tempo e espaço social, envolvidas num diálogo permanente entre seus interlocutores, pode ser chamado de memória. Uma memória organizada pelos testemunhos orais e documentais produzidos na sociedade, por meio de materiais que evocam experiências constitutivas em determinados contextos do passado, que são considerados como elementos importantes para a reconstituição histórica — os registros escritos.

Esses registros, dispersos em arquivos pessoais e de outros gêneros, necessitavam de uma nova estrutura e organização. Além da participação de seus colaboradores, necessitavam também de novas metodologias e de um tratamento comprometido com uma historiografia que viesse preencher as lacunas deixadas pelas forças da repressão.

As prerrogativas de uma reestruturação do patrimônio bibliográfico e arquivístico nacional foram evidentes, porque a preservação não significava única e exclusivamente o trabalho de conservação dos materiais reorganizados, de acordo com as atividades técnicas estabelecidas, mas, presumia-se, que estivessem constituídas e construídas em políticas aprovadas pelos órgãos responsáveis para sua implementação, ou seja, com valor institucional, legitimadas e referendadas como um trabalho oficial de adoção desses materiais, em benefício dos bens patrimoniais, sob as diretrizes de políticas de preservação, com base na reconstituição histórica desses documentos, no reconhecimento e defesa do sentido de preservação da memória nacional ligada às relações existentes entre o passado e o presente da Nação.

De fato, as razões históricas ou de um trabalho histórico, muitas vezes, se justificam pelas informações importantes que apresentam para a sociedade. CERTEAU(2002) é bem incisivo em sua justificativa:

“Fazer história” é uma prática ... Se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção. Falando em geral, cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios. Mas o termo instrumento é equívoco. Não se trata apenas de meios. ... ainda que numa perspectiva diferente, a história é mediatizada pela técnica. Desta maneira se relativiza o privilégio que a história social teve durante todo o século XIX – e, freqüentemente, ainda em nossos dias. Com a relação de uma sociedade consigo mesma, com o “tornar-se outro” do grupo segundo uma dialética humana, se combina, central na atividade científica presente ... [e do futuro].(p.78)

Nesse ponto, CERTEAU está fazendo uma relação da história social com as possíveis articulações entre natureza e cultura, ao afirmar que “o tempo” não é sempre o “material de análise” ou o “objeto específico” do historiador. Ele trabalha de acordo com seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons etc.) que distinguem, no *continuum* do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma “ciência”.

Tendo em vista essa análise, os centros de documentação são determinantes “instrumentos” de articulação para setores interessados na preservação de fatos e acontecimentos que interferiram diretamente nas mudanças políticas e sociais do país, igualmente para instituições de ensino, pesquisa e, também, para os setores de comunicação e informação. Nessa rua de mão dupla, nem sempre a organização das instituições preocupadas com o patrimônio e a memória estão nas listas de prioridades de seus dirigentes, o que significa, notadamente, um trabalho árduo de conscientização e de valorização desses lugares da memória.

Um exemplo marcante desse trabalho de conscientização e luta pela história social tomando-se por base a memória, principalmente, fora dos ambientes acadêmicos, é o trabalho que se realiza há mais de 10 anos no Brasil, sobre a memória da eletricidade.¹⁵ Um trabalho realizado pelo Centro de Memória da Eletricidade no Brasil

¹⁵ O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - MEMÓRIA DA ELETRICIDADE é uma entidade cultural sem fins lucrativos, instituída em 1986 por iniciativa da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, com o objetivo de preservar a história da implantação e do desenvolvimento da indústria da eletricidade no país. Hoje, configura-se como um centro de referência na área de energia do país. www.memoria.eletronbras.com/perfil.asp

apoiado pela Eletrobrás, que reúne um acervo técnico e administrativo produzidos e acumulados por mais de 43 empresas do setor de energia elétrica no país, com o objetivo de preservar a memória desse setor e suas características históricas.

Não obstante o panorama de luta e desafios enfrentados pelas instituições que trabalham na preservação da memória histórica, as relações de poder sempre estiveram pautadas e manifestadas nessas discussões. Sabe-se, também, que as influências de criação desses espaços recorreram a outros níveis de relação com a sociedade ao longo dos anos: o lazer, o entretenimento, a educação e a pesquisa.

Nesse sentido, os centros de documentação e memória estiveram, num primeiro momento, ligados aos dois últimos itens mencionados, relacionados aos trabalhos desenvolvidos no interior das universidades. A universidade, por sua vez, no desempenho de suas funções e atribuições, não pôde ficar à margem das discussões referentes ao patrimônio histórico nacional e da preservação da memória histórica. Por isso, com o passar dos anos, esses debates tomaram-se corpo de estudo, de pesquisas e tiveram destaque em discussões centrais nos Conselhos deliberativos dessas instituições.

Entretanto, hoje, espera-se um envolvimento ainda maior da sociedade, no interior desses espaços destinados aos trabalhos historiográficos, de pesquisa e de memória. A premissa de que os lugares da memória são espaços apenas de pesquisa e de informação, de maneira exclusiva, precisa ser desvelada, ou ampliada, a fim de aproximar seus possíveis usuários, colaboradores e ainda inovar, sem adotar uma postura retrógrada e arbitrária, pautada apenas numa valorização estética de programações turísticas ou de ações nostálgicas, implementadas pelo valor imaculado do passado.

Espaços que, por intermédio da preservação de materiais históricos, se caracterizem pelo trabalho vinculador das definições entre passado e presente, sobretudo, quanto as questões educacionais e ao envolvimento da memória pública nas sociedades contemporâneas.

Ao considerar que o valor do trabalho histórico está pautado por questões amplamente discutidas relativas ao patrimônio, à identidade das cidades, das comunidades, bem como ao desenvolvimento e à organização das sociedades, será necessário estabelecer, entretanto, algumas pontuações sobre a memória e as possibilidades de trabalhos educacionais em centros de documentação. Embora essa

questão seja direcionada pela sua própria especificidade, é preciso considerar que diante dos objetivos de análise deste estudo, não estão descartadas as relações entre a memória, a história e a educação nesses lugares, que, também, vivem suas crises de identidade quanto a suas funções e ações; entre elas, estão os debates relacionados ao trabalho de preservação, de comunicação e de informação que podem ser desenvolvidos nesses espaços.

Como afirma JEDLOWSKI(2003), ao referir-se à institucionalização dos espaços de memória e as relações culturais,

A memória exterioriza-se ulteriormente e conhece progressivamente novas formas de institucionalização, oferecendo-se a uma burocratização que se realiza na coleta cada vez mais sistemática de documentos administrativos, econômicos, diplomáticos, familiares. Posteriormente, a tecnologia oferece instrumentos cada vez mais precisos para fixar os traços do passado; desde as invenções da fotografia e do fonógrafo até os recentes computadores, os meios de preservação e reprodução se tornam cada vez mais sofisticados.(p.227).

Os instrumentos que permitiram as possíveis aproximações entre os lugares de memória e as dinâmicas do trabalho educativo serão complementados pelo trabalho mediador da educação, ante aos avanços técnicos e tecnológicos da sociedade, envolvendo-se numa integração entre espaço, tempo e compreensão manifesta no aproveitamento dos recursos disponíveis para troca de saberes.

Portanto, tais análises se justificam com as palavras de LE GOFF, quando apresenta a memória como um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva.

Assim, os centros de documentação, como espaços de memória, devem em sua relação com os indivíduos e a sociedade proporcionar possibilidades de interação pelas mais variadas formas de sinais e testemunhos, um espaço para conhecimento ou reconhecimento da identidade histórica, política e social de seus interlocutores.

UM OLHAR SOBRE OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DA UNESP

Para tentar experimentar essas possíveis relações, num espaço constituído com o objetivo de intensificar as relações histórico/culturais da memória e as relações histórico/culturais da educação, procurou-se encontrar um centro de documentação que estivesse envolvido, não apenas pela sua forma técnica de organização, mas pelas possibilidades de exploração, manifestas pela história social, cultural do país e envolvidas num ambiente de pesquisa e ensino.

Por atender inicialmente aos preceitos expostos, por motivos de aproximação e envolvimento profissional deste pesquisador com o CEDEM, optou-se por estabelecer no Centro, um trabalho de observação e pesquisa, em face de uma proposta inicial de análise e reflexão sobre quais as possibilidades educacionais, educativas e científicas desenvolvidas neste lugar pudessem favorecer e viabilizar os estudos propostos no projeto de pesquisa apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, uma vez que ele tem uma trajetória histórica de luta perante os debates referentes aos trabalhos de preservação, de conservação do patrimônio biobibliográfico de um determinado segmento da sociedade brasileira – que são, os movimentos de esquerda no Brasil durante o século XX – e também das propostas de uma memória da Universidade, por meio da história de seus colaboradores desde o surgimento desta instituição.

Para que se possa compreender a opção por esse Centro como um local para fundamentação das pesquisas desenvolvidas, é importante considerar em que contexto se idealiza o CEDEM, considerando a trajetória institucional da Universidade Estadual Paulista - UNESP.

Uma universidade é produtora de um saber que se constrói, se cria e se estende em diversas direções, possibilitando um intercâmbio entre pesquisadores e a sociedade. Tomando-se por base esses pressupostos, a universidade deve desempenhar um papel de interlocutora, mediante a produção, a preservação e o estudo da história e da memória na sociedade em que está inserida.¹⁶

¹⁶ Para o professor Álvaro VIEIRA PINTO, em seu livro *A questão da Universidade*, “no Brasil, a universidade é um órgão social recente, só instalado oficialmente quando sua presença se fez necessária. Nada tem de comum com os similares estrangeiros, cuja fundação se conta por séculos ... quando falamos de universidade, temos de levar em conta a peculiaridade de sentido que a palavra tem atualmente para nós. Só possuímos de comum com a “universidade”, enquanto tal, o simples nome, pois o que para nós constitui historicamente o conceito de universidade é coisa tão diferente do que ocorreu na Europa que não nos é lícito pensar em termos gerais, como se as nossas universidades e as européias fossem por essência uma mesma realidade.” Importa-nos pensar concretamente e

A universidade é uma instituição que representa a soma de cultura, conhecimentos e informações, unificados num sistema que exige trocas de experiências e saberes, e que estão pautados nas diferentes percepções, sensações, aptidões de seus participantes, em face da capacidade permanente de aprender e apreender informações que serão qualificadas em conhecimentos científicos.

A razão de ser inicial da universidade permanece atual. Em outros termos, a universidade existe visando manter-se como templo do saber e da competência. Se essa idéia parece óbvia, por outro lado é plena de conseqüências, muitas das quais escapam ao senso comum. Em princípio, a legitimidade da instituição baseia-se na sua contribuição à reprodução do saber, o que corresponde, respectivamente, a ensino e a produção de novos conhecimentos.(VIGEVANI, 2002; 45-6).

São esses novos conhecimentos que fortalecem a vida da universidade numa perspectiva, em longo prazo, que a considere uma instituição comprometida em fazer valer, historicamente, a complementaridade e competência em favor da democracia, contribuindo para estabelecer uma maior articulação entre saberes relativos à identidade sociocultural, produção dos valores coletivos, evitando agregar o valor do utilitarismo para base de legitimação das relações com a vida, perante a sua experiência técnica, empírica e humana.

Conhecer o CEDEM, significa compreender o seu mundo circundante, o terreno da instituição universitária no qual está inserido, sua trajetória histórica, de idealização, entendido como essencial para discutir as possibilidades educacionais e sua base de legitimação institucional.

A UNESP

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP também teve sua participação e relação intensificada aos freqüentes temas relativos à história do Estado de São Paulo, que se estendem até hoje.

considerar o nosso caso particular à luz da nossa formação nacional, onde, em dado momento, começam a surgir as escolas superiores, e onde, em época recentíssima, se configuraram os primeiros organismos com o pomposo nome de universidade.”

Entre as décadas de 1950/1960, por uma necessidade dos moradores das cidades do interior de São Paulo, em face do crescimento agrícola e da expansão dos negócios das regiões mais afastadas da capital, aliando-se ao interesse de que os mesmos incentivos apresentados às escolas públicas na formação primária e secundária da população também, fossem debatidos, apela-se para que esses incentivos se voltem à qualificação de profissionais no ensino superior. Valendo-se dessas circunstâncias, que acabaram chamando a atenção dos políticos locais em vários municípios do interior em conjunto com seus eleitores, o governo estadual atendeu aos apelos, criando as primeiras instituições de ensino superior no interior do Estado.¹⁷

Dessa maneira foram criados os Institutos Isolados, na forma de Faculdades públicas ou de antigos estabelecimentos de ensino superior, mantidos por particulares ou pelo poder municipal e que passaram por um processo de estadualização, como ocorreu com a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara ou com a Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto. As escolas, criadas dessa forma desfrutaram de uma certa autonomia sendo representadas por seus diretores, em geral docentes de reconhecida atuação acadêmica, nomeados pelo governador. Tais professores receberam a incumbência de compor os quadros com pessoal qualificado para as atividades docentes e, para a administração, cercaram-se de pessoal experimentado na administração superior. No cumprimento daquelas determinações, os primeiros diretores encarregados de criar a infraestrutura administrativa e acadêmica tiveram que enfrentar uma série de problemas. Entre as dificuldades iniciais devem ser lembradas aquelas relacionadas com o estabelecimento de uma infra-estrutura de edificações, bibliotecas, laboratórios e equipamentos, nem sempre presentes nos projetos políticos de criação dessas unidades. (CEDEM, 2002, p.11).

¹⁷ Como narra o professor Dióres SANTOS ABREU ao contar a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Presidente Prudente: A reivindicação por curso superior em Presidente Prudente começou aparecer nos jornais locais já no final da década de 40. O crescimento populacional e econômico desenvolveu na sociedade o anseio de completar a rede escolar da cidade com o ensino superior. Apesar da euforia trazida pelo algodão, a manutenção de filhos em São Paulo e Rio de Janeiro ainda era onerosa para a maioria. A população prudentina não estava sozinha nesta reivindicação, pois outras cidades do interior do Estado, pela sua importância socioeconômica, não suportavam mais o isolamento universitário. Extinto o Estado Novo (1945), mas vigendo ainda o populismo, os políticos passaram a depender fundamentalmente de votos que o interior não estava disposto a conceder senão em troca de benefícios tangíveis. Assim, nas décadas de 1950 e 1960 são criadas várias unidades universitárias em diversas cidades paulistas (1997, p.127).

Como a formação universitária só poderia ser realizada nos grandes centros, outra dificuldade dos diretores desses Institutos estava na formação de quadros de docentes universitários no interior do Estado de São Paulo.

Com o crescimento da população estudantil no interior do Estado, apta a ingressar na Universidade, passou-se a exigir uma postura mais efetiva do governo estadual que, por sua vez, precisava providenciar um projeto de formação de docentes de nível superior fora da capital, para suprir as necessidades desse contingente.

Essas unidades, conhecidas como Institutos Isolados, por estarem geograficamente dispersas, formando um conjunto de 14 unidades, trouxeram características bastantes marcantes na sua formação. Sete dessas 14 unidades, chamadas de Faculdades de Filosofia, estavam voltadas para a formação de professores que deveriam compor os quadros do ensino secundário no Estado. Outras unidades já dispunham de uma estrutura mais elaborada e com subsídios para incorporar uma estrutura universitária digna dos grandes centros, como foi o caso da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu; Faculdade de Agronomia de Jaboticabal; Faculdade de Odontologia de São José dos Campos.

Além dos problemas de estrutura e de formação de quadros, os Institutos Isolados tiveram grandes dificuldades de aproximação com os outros centros de pesquisas, prejudicados por fatores externos, como a comunicação, distância e transportes entre as unidades.

Apesar dos constantes problemas operacionais, o crescimento e o reconhecimento de suas ações eram elogiados pela comunidade acadêmica. Como num ciclo, ao mesmo tempo em que se desenvolviam, as dificuldades ficavam mais evidentes nos Institutos Isolados, entre elas, a qualidade administrativa das unidades, o distanciamento das autoridades governamentais quanto a suas necessidades institucionais.

No final da década de 1960, houve alguns indícios de aproximação dessas unidades, muito mais motivadas pelos encontros científicos que levaram as associações, entidades e grupos acadêmicos a debaterem as reais possibilidades de integração desses institutos, mas nada mais do que isso.

A idéia de se criar universidades no interior do Estado de São Paulo vem desde a década de 1940, até que no final dos anos 60 foi criada uma Coordenação da Administração do Ensino Superior - CASES.¹⁸

Valendo-se da criação da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo - CESESP, as discussões propostas nesse órgão possibilitaram um conhecimento recíproco entre os representantes dos Institutos Isolados, sobre as unidades, ampliando dessa forma as primeiras discussões referentes à integração dos Institutos Isolados numa Federação ou numa Universidade.

No ano de 1975, mesmo com dúvidas, os diretores levaram as propostas dessa integração universitária ao conhecimento das respectivas congregações. As dúvidas estavam pautadas em questões referentes a localização das escolas, áreas ocupadas, orçamento, docentes, funcionários envolvidos, número de alunos, situação dos laboratórios, das bibliotecas e de suporte para as produções acadêmicas.

Após um amplo debate sobre o modelo de estrutura universitária apresentada no interior dos Institutos Isolados, foi elaborado o projeto de criação de uma universidade multicampus sem nenhum precedente no país. No dia 7 de outubro de 1975 a proposta da criação da Universidade foi apresentada no Conselho Estadual de Educação. No dia 15 de outubro do mesmo ano teve sua aprovação.

O sistema contava com 1.700 docentes, 78% em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, 50% com titulação de doutor, contando com aproximadamente 11.000 alunos. A universidade deveria ser constituída por uma Administração Superior formada por uma Reitoria e por um Conselho Universitário. Os antigos Institutos Isolados passavam a ser unidades universitárias. À nova universidade deveria ser anexado, na forma de autarquia, o Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza”. O projeto previa ainda um estatuto e um regimento. (...) A proposta de criação da UNESP foi apresentada à Assembléia Legislativa em 24 de outubro mediante mensagem do governador Paulo Egydio Martins. Nas justificativas da criação, o governador explicitou a escolha do nome, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, o governador considera como uma homenagem a “figura de ilustre paulista, cujas atividades, nos mais variados campos sempre foram orientadas pelo seu acendrado

¹⁸ A criação da Coordenação da Administração do Ensino Superior - CASES integrou os Institutos Isolados, que passaram, no entanto, a partir de 1969 para a administração da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo - CESESP.

amor a São Paulo e ao Brasil, sendo indiscutível mesmo a influência que exerceu para a implementação do ensino universitário em nosso Estado”. A Lei de criação da UNESP foi promulgada a 30 de janeiro de 1976 sob o número 952 sendo a Universidade uma autarquia de regime especial. (CEDEM, 2002, p.17)

Faz-se necessário lembrar que o país vivia sob a administração do governo militar. Em São Paulo, o regime ainda demonstrava força e controle, o que significa dizer que a UNESP foi criada com base numa administração superior, centralizadora e autoritária, resultando em conflitos marcados pela extinção de cursos da área de Ciências Humanas. Os protestos foram engrossados pelas autoridades locais e a imprensa, que promoveu fóruns referentes às discussões e às dificuldades apresentadas pela nova Universidade.

No final dos anos 70, as políticas nacionais, direcionadas para uma nova ordem política, mais democrática, permitiu outras discussões, também importantes, no interior das universidades, como foi o caso da Lei de Anistia em agosto de 1979, possibilitando a reintegração de professores cassados durante o regime militar.

Tendo em vista este panorama, surgem discussões iniciais sobre o resgate da memória da Universidade, por meio da organização dos arquivos e da documentação produzida nas unidades universitárias. Diante desse contexto e os conflitos existentes quanto às questões políticas no interior da UNESP, era preciso pensar um projeto amplo que recuperasse a memória da Universidade e ainda trouxesse consigo uma proposta objetiva para a sua organização administrativa.

Pelas próprias características da Universidade, organizar por exemplo, os arquivos da UNESP com a possibilidade de obtenção das informações integradas por todas unidades, era uma proposta ambiciosa e inovadora, e que ainda não dispunha de materiais e tecnologias suficiente para criação de um sistema integrado de arquivos.

Outras características que impossibilitam, ainda hoje, a articulação maciça das diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da UNESP, considerando o trabalho conjunto entre os docentes, discentes e funcionários quanto ao debate público, é a localidade das unidades universitárias da UNESP, que acabam por desenvolver suas atividades isoladamente, apesar do esforço das associações, comissões, diretórios técnicos, administrativos, acadêmicos e os avanços tecnológicos. Essa dificuldade, muitas vezes, impossibilita a unificação das ações institucionais para que proporcionem

cada vez mais a qualidade que a produção do saber, sua aquisição e transmissão exercem. Tendo em vista a realidade no ensino superior do país e a ampliação de parcerias interdisciplinares dentro da universidade, mediante a realização de trabalhos conduzidos em redes de atuação, garantir acesso a um aprendizado contínuo, hoje, é uma obrigação para toda e qualquer instituição de ensino.

A realidade dessa situação dentro da UNESP pode ser exemplificada pela quantidade de centros de pesquisa que agregam em suas unidades uma documentação própria, referente às suas pesquisas, de acordo com o interesse e as necessidades da unidade em que está alocado, pautados em objetivos políticos, sociais, culturais de cada região.

A tarefa do CEDEM, diante desse panorama, compreendendo que o papel da universidade é criar locais adequados para a concentração, a reflexão, a reprodução e a produção de saberes, é apoiar logisticamente o trabalho realizado nas unidades, quanto à organização e elaboração de lugares de memória, a fim de ampliar essas discussões e aprender com as experiências obtidas nas unidades. Uma vez que, alguns trabalhos de organização documental e patrimonial dentro das unidades universitárias da UNESP antecederam os trabalhos do CEDEM, por estarem vinculados inicialmente aos núcleos de estudos e pesquisas dentro das faculdades espalhadas pelo estado de São Paulo, entende-se que verificar as possibilidades educacionais nesses espaços requer uma compreensão das experiências de organização desses lugares de pesquisa e memória nas unidades, de acordo com a dinâmica das comunidades em que foram instalados esses espaços, visto que o trabalho do CEDEM não é único dentro do contexto de pesquisa e atuação institucional.

Alguns centros que hoje realizam um trabalho de organização documental, conforme sua área de atuação e pesquisa, foram anteriormente núcleos de estudos e de trabalho docente, integrados em determinados grupos que, ao se envolverem diretamente com o público permitindo a socialização e o acesso à informação de seus materiais, levaram à formação de centros de pesquisa, informação, e como consequência do trabalho, em organização histórica e documental. Um trabalho que perpassa as diferentes áreas do conhecimento considerado nesse caso, portanto, um trabalho multidisciplinar.

Em Franca, por exemplo, o Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social – CPEUSS – foi idealizado em 1982, para atender às necessidades de melhor capacitação teórica/metodológica de estagiários e alunos do curso de Serviço Social da UNESP/Franca, no âmbito do desenvolvimento de valores sociais e democráticos e de direitos de cidadania da comunidade, colaborando para a construção de relações sociais no contexto do município. Hoje, a equipe técnica realiza estudos sociais com base em pesquisas qualitativas, estudos históricos nos bairros cogitados para a elaboração de projetos comunitários. A pesquisa do Centro está pautada em ações já realizadas pelo grupo ao longo dos anos, de acordo com as visitas a instituições sociais e elaboração dos perfis dos bairros já estudados.

Outro centro em Franca, que também tem sua trajetória histórica iniciada a partir de grupos de estudos dentro da faculdade é o Centro de Estudos Latino Americanos - CELA. Hoje, é uma estrutura de pesquisa ligada à Reitoria da UNESP. A idéia do CELA é ser um centro de referência que pretende aglutinar estudos sobre os mais variados aspectos da realidade latino-americana. Seu campo epistêmico não se limita às Ciências Sociais, mas também à História e as Ciências Naturais, o que sugere uma multiplicidade teórica e metodológica, ideológico-política dos pesquisadores. É possível perceber com esses dois exemplos que a Universidade assimila o seu desenvolvimento científico, porém, parece *a priori* não reconhecer as dificuldades conceituais ao firmar em todo e qualquer espaço o trabalho de centralidade, nas ações desenvolvidas dentro de suas faculdades, uma característica que se estende a outras universidades espalhadas pelo país.

Um exemplo significativo nessa questão referente à centralidade é o Centro de Estudos de Insetos Sociais - CEIS. Uma Unidade Auxiliar pertencente ao Instituto de Biociências de Rio Claro - UNESP que desenvolve estudos em insetos sociais. O centro de pesquisa possibilita a integração de projetos e o direcionamento de linhas de pesquisa, visando a soluções de problemas importantes na área social e econômica.

A criação do Centro possibilitou a continuidade dos projetos em andamento, contribuiu para o incremento da produção científica com ênfase em intercâmbio com os principais centros de pesquisas nacionais, internacionais e de empresas. O CEIS tem um trabalho desenvolvido na área de documentação, formação de recursos humanos e extensão de serviços à comunidade. Desse modo, é possível afirmar que os atuais

centros de documentação da UNESP, valendo-se dos trabalhos dedicados ao ensino e à pesquisa, tendo como ponto de partida os grupos de estudos organizados nas Unidades procuraram vincular seus debates aos interesses da sociedade, em variados níveis e atuação, considerando suas ações parâmetros para tornarem-se centros de estudos, de documentação e/ou memória que fossem apresentados à sociedade, com o objetivo de mostrar os benefícios que proporcionavam. Evidentemente, espera-se que sejam benefícios não imediatos, mas históricos e de longo prazo. Contínuos e apoiados no ensino, na pesquisa e na sua capacidade de formação e integração permanente com gerações jovens, profissionais liberais, e na consolidação de uma legitimidade constituída pelo diálogo com a sociedade no fortalecimento dos valores éticos de reconhecer o seu papel de centralidade sem centralismo e auto-satisfação.

Três outros centros de documentação na UNESP estão próximos dos trabalhos realizados no CEDEM, por apresentarem uma certa proximidade em seus objetivos, linhas de acervo, e apresentarem um perfil parecido em suas ações institucionais.

1) O Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" – CEMOSI, criado em 1997, propõe-se atividades de caráter cultural e científico por intermédio de seu acervo documental sobre a temática sindical e operária, no Brasil. O objetivo do CEMOSI é chamar a atenção da comunidade sobre temas referentes à questão do trabalho, despertar a atenção dos interessados para o desenvolvimento de pesquisas e aprofundar reflexões sobre a temática sindical e operária no Brasil.

O CEMOSI tem também o objetivo de estimular e desenvolver projetos de pesquisa, envolvendo estudantes de Geografia, tendo à frente ações específicas e definidas como objeto de análise a Geografia do Trabalho e toda a produção de conhecimento referente ao assunto, tomando-se por base as pesquisas desenvolvidas no Centro de Estudos de Geografia do Trabalho CEGeT, vinculado à Faculdade de Ciência e Tecnologia FCT, de Presidente Prudente.

O CEDEM apóia este centro com a finalidade de promover uma maior interlocução entre os pesquisadores das áreas vinculadas aos centros e abre um canal para parcerias de organização documental, pois, traz em sua linha de organização de acervos temas correlatos.

2) Em Assis, no fim dos anos 1970, no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras – FCL, iniciou-se um trabalho voltado a delinear o perfil de um centro de documentação que servisse de suporte às linhas de pesquisa do campus e do Programa de Pós-Graduação daquela faculdade que, segundo SILVA(1999), estava subsidiada pelas diversas fontes de documentação local.

A escolha pela documentação local teve, portanto, esse duplo interesse, que, por sua vez, se insere em perspectivas mais amplas que valorizam a dimensão micro da história – configurada no viés local ou regional – que se sedimenta nos anos 80 e que atribui a tal recorte (local ou regional) um novo significado, distinto daquele que vigorou na Europa do século XIX. Ou seja, uma história bem fundamentada e praticada por profissionais, diferente daquela elaborada por “pesquisadores diletantes” de pequenas aldeias, províncias e cidades de pequeno e médio portes, que, embora desvalorizada por muito tempo, tivera o papel de conservar essa documentação local e colocar em evidência para pesquisas futuras muitos dos temas até então desconhecidos. (p. 85)

O Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa - CEDAP como hoje é conhecido, tem consolidado seu trabalho quando firma em 1991 uma parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

As várias iniciativas visando reunir no Centro de Documentação (até mesmo) a documentação local ano após ano foram ganhando corpo. Mas esse trabalho torna-se visível somente a partir do convênio firmado entre a UNESP e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 1991, para a guarda do Arquivo do Fórum da Comarca de Assis, cujo porte e importância do conjunto documental que compõe o referido acervo marcou significativamente a viabilidade do próprio centro.

Mesmo que sua feição já configurasse o perfil do Centro que reúne documentação local ou da região, outras iniciativas – doações e novas aquisições – resultaram em ampliação do seu acervo para além daqueles interesses. Perfil anterior recentemente ganhou novo fôlego com a incorporação do Acervo da Câmara Municipal de Assis a esse centro.(SILVA, 1999; 86)

Hoje o CEDAP em Assis estabelece suas múltiplas conexões entre memória, história, educação e literatura, uma vez que abriga em seu acervo variados documentos que servem, também, para pesquisas literárias realizadas pelos pesquisadores da área de Letras da faculdade. Os debates iniciais para criação do Centro tiveram início no âmbito

do Programa de Pós-graduação iniciativa tomada pela professora Anna Maria Martinez Corrêa, atual coordenadora do CEDEM.

3) O terceiro centro destacado, que também estabelece uma relação direta com o CEDEM, e por isso traz em sua constituição aspectos viáveis para análise das discussões referentes à educação que permeiam este trabalho, é o Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília – CEDHUM. Criado em 1999, órgão da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Campus de Marília, vincula-se administrativamente ao Departamento de Ciência da Informação, técnica e cientificamente aos Grupos de Pesquisa "Formação e Atuação Profissional na Área de Informação" e "Análise Documentária", tendo por finalidade apoiar a formação dos pesquisadores da faculdade quanto aos conhecimentos específicos relacionados a organização e informação documental.

Outros objetivos que caracterizam as propostas do CEDHUM são: desenvolver conhecimentos, metodologias, produtos e serviços informativos, bem como motivar as atividades formais de pesquisa (grupos de pesquisa, iniciação científica etc); atender às demandas institucionais de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, de pesquisadores e da comunidade em geral; oferecer acesso às informações relativas à história administrativa de Marília e à história acadêmico-administrativa da FFC - UNESP; promover eventos de divulgação de resultados de pesquisas relativas a seu acervo, bem como de discussão e aperfeiçoamento de questões relativas à área de Documentação.

Esses objetivos aproximam-se de algumas das iniciativas do CEDEM e, por isso, é possível perceber um método de organização de saberes nesses espaços, o que torna cada vez mais visível as possibilidades de materializar práticas educacionais nesses lugares, que investigam as práticas da memória conforme os quadros de sentido e referência das respectivas áreas em que estão situados. E que perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e suas atitudes, ligadas ao próprio conceito de cultura, entendido e incorporado em símbolos que funcionam como princípios geradores relacionados ao trabalho de percepção, apreciação e ação que, apesar do seu caráter transformativo, científico e tecnológico, permite a recriação e recordação do passado.

Os centros de documentação existentes nas unidades da UNESP apresentam, portanto, investigações que caminham em direção a uma recorrência de signos, símbolos e representações de diversas épocas e lugares, com características da própria

vida social das comunidades em que estão instalados. Esse movimento principia as experiências iniciadas por grupos de estudos, na interação com a sociedade, sendo mais um indicativo para observação dos trabalhos entre memória, história e educação. Baseadas na aplicação de técnicas científicas, tais pesquisas estão estruturadas para o ensino, a linguagem, e manifestas em ações coletivas articuladas pelas experiências historicamente constituídas.

Os indicativos são gerados com base nas peculiaridades e particularidades de cada centro, tomadas pelas práticas institucionais, interesses políticos, administrativos e científicos que dirigem o conhecimento que se quer obter. Os processos de escolhas integrados aos estudos desenvolvidos nos centros indicam uma lógica educacional que privilegia e favorece o avanço da pesquisa, o que não é nenhum demérito, porém, desfavorece a lógica da educação que procura compreender significados e significantes.

Indicar os acontecimentos e as necessidades práticas dos centros de documentação, em virtude dos sistemas de comunicação, informação, devem ser ações trabalhadas paralelamente às inquietações de seus participantes e das possíveis descobertas associadas entre passado, presente e as identidades sociais manifestas pela contextualização dos diversos modos de recordar com seus interlocutores. As concepções teóricas e práticas dentro de um ambiente que pretende articular educação, memória e história não pode esquecer em nenhum momento que sua organização e o exercício de “recordar” ajuda a entender determinados contextos, entretanto, não substitui a compreensão ou reelaboração da experiência passada sem a permanente mobilização consciente de criar, recriar sua sociedade e assimilar seu contexto cultural e político.

As medidas que determinam as condições para institucionalização do saber e garantia de legitimidade epistemológica dos centros de documentação e memória são conseqüências do exercício contínuo institucional de recordar e compreender.

UM OLHAR SOBRE O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP - CEDEM

As propostas de organização de um centro de documentação com as proporções a que chegou o CEDEM hoje, nas palavras da atual coordenadora do CEDEM, foram

possíveis porque havia uma questão a ser resolvida e compreendida em relação às circunstâncias em que a UNESP havia sido criada, o que determinaria de fato, a sua identidade.

O CEDEM, tal como existe hoje, não resultou de um modelo previamente pensado e posto em execução, mas foi produto de um processo vivido no interior da universidade. Desde 1984, em razão do novo contexto político, havia começado, para a UNESP, uma fase que solicitava de seus integrantes uma participação mais intensa do que a que havia ocorrido até então. Essa nova ordem das coisas propunha uma definição mais precisa a respeito da identidade da universidade. Nesse momento, o governo do Estado de São Paulo havia proposto a implantação do Sistema de Arquivos para as várias unidades integrantes do Poder Executivo. Os objetivos eram, em nome de princípios democráticos, garantir o livre acesso à informação, em cumprimento ao preceito constitucional de defesa do patrimônio cultural, proteger a documentação acumulada pelo poder estadual e ao mesmo tempo, proceder à racionalização dos procedimentos de guarda de documentos (...) Ao mesmo tempo, os cursos de pós-graduação em História, criados no início da década de 1980, começavam a dar seus primeiros frutos, contribuindo para um incentivo à pesquisa e obrigando, necessariamente, a se perguntar a respeito da produção científica e cultural da universidade e dos destinos dessa produção.(CORREA, 1999, 79-80).

A organização de um sistema de arquivos que veio a ser implantado definitivamente em 1990, com apoio de uma equipe técnica da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, permitiu ao grupo de docentes um conhecimento mais amplo da universidade, da produção de documentos e de um acompanhamento dos procedimentos administrativos dentro da instituição, mas a iniciativa não foi desenvolvida completamente. A necessidade de se criar um espaço para os trabalhos desenvolvidos tanto na área de documentação como nos trabalhos de memória da universidade deu início à formação de um centro de referência que, posteriormente, tornou-se um centro de documentação. A pesquisa sobre a memória da universidade tornou-se a primeira linha de trabalho do CEDEM.¹⁹

¹⁹ Em 1984 o governo do Estado de São Paulo, em razão do decreto 22.789 instituiu o Sistema de Arquivos. Havia um interesse dos governantes quanto a participação das Universidades nesse processo. Uma prática que viria se consolidar nos anos 90. A UNICAMP foi precursora nesse trabalho de integração de centros de documentação às universidades. Na Unesp, foi instituído por meio da Portaria 17/1987 um Grupo de Trabalho que elaborou uma proposta de criação do Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM. (*CEDEM – Proposta de*

O CEDEM, inicialmente, ficaria encarregado de desenvolver três projetos, entretanto, apenas o primeiro dos três projetos está hoje em pleno desenvolvimento, em razão das prioridades delimitadas por seus organizadores:

- 1) Memória da Universidade, um projeto cujo objetivo era a preservação do patrimônio documental da universidade, hoje amplia suas ações desenvolvendo um significativo trabalho de história oral.

Os outros dois estiveram alterados em suas premissas, e configuraram-se em novas ações, por exemplo, pelo trabalho de parcerias e consultorias técnicas dentro e fora do CEDEM pela amplitude de suas propostas:

- 2) Memória Regional, fundamentada na mediação da universidade na proteção da documentação municipal, hoje, algumas unidades apóiam diretamente este trabalho nas regiões;
- 3) Memória Paulista, com a proposta de levantamento da produção historiográfica sobre São Paulo, mais afastado do seu ideal, hoje essa proposta tem outros rumos, como por exemplo, de auxiliar outros órgãos, mais especializados, na pesquisa de fontes historiográficas sobre a história de São Paulo.

A proposta inicial de criar um Sistema de Arquivos da UNESP, o SAUNESP, não obteve a autorização da Universidade para sua realização. O projeto foi iniciado no ano de 1989 com apoio e assessoria técnica de profissionais da FUNDAP, mas em 1992 foi vetado. Hoje há possibilidades de que este projeto retome suas atividades, levando em consideração as novas diretrizes de trabalho no CEDEM.²⁰

O longo trabalho de elaboração do projeto de um Sistema de Arquivos da Universidade permitiu que a equipe obtivesse uma percepção significativa da estrutura da Unesp e de sua organização, como uma universidade multicampus. Essa percepção, do ponto de vista institucional, permite ao Centro encaminhar suas discussões, tendo em vista um trabalho de organização documental e de informação envolvida pelo debate de idéias em torno dos conhecimentos específicos existentes, para apoiar a pesquisa e o

Institucionalização do Centro de Documentação e Memória da Unesp – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. 2000)

²⁰ A Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP foi criada 1976, e hoje, está Vinculada à Casa Civil do Estado de São Paulo, suas principais unidades são: Conselho de Curadores, Diretorias Técnicas, Escola de Governo e Administração Pública – EGAP e Centro de Documentação.

ensino dentro da universidade. Dessa forma, pode-se afirmar que o CEDEM inicia, mesmo involuntariamente, o seu movimento de legitimação educacional e científica.

A formação de equipes técnicas levou o CEDEM a desenvolver metodologias de trabalhos originais, o que representou um avanço em estudos relacionados ao tratamento de documentos e elaboração de técnicas especiais para o tratamento e preservação de documentos nas unidades da UNESP.

Um avanço significativo nas experiências constitutivas dos aspectos direcionados à multidisciplinaridade profissional e científica, que substancialmente se espera de instituições ativas numa sociedade democrática, isso não é somente um objetivo a ser seguido pelas escolas e universidades, mas instituições como os centros de documentação, que em suas peculiaridades estão rodeados de uma diversidade cultural e uma pluralidade de indivíduos, singulares e múltiplos em suas personalidades, racionalidades e afetividades. O desenvolvimento do conhecimento científico dentro desses espaços de memória devem prezar por uma educação para convivência. Ou seja, que manifeste e fundamente as bases para ações menos deterministas e mais próximas da curiosidade, da experimentação, constitutivas da memória, da identidade e não só dos grupos a que pertencem.

Com base nesses estudos, o projeto de memória da universidade teve como meta principal, a produção de fontes documentais nas unidades universitárias, os antigos Institutos Isolados. Desses estudos surgiu o projeto Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – Memória e História 1923 – 1976.

O levantamento documental nas unidades universitárias permitiu análises que serviram de apoio ao projeto de História Oral da Universidade, por meio de depoimentos de professores, alunos, funcionários, políticos e membros das comunidades desses Institutos e suas regiões.²¹

O projeto da memória universitária trouxe como proposta a coleta informações que testemunhassem a história de cada unidade da UNESP, proporcionando um tratamento adequado com a finalidade de constituir, por meio dos materiais coletados, a

²¹ O Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM é coordenado pela professora Anna Maria Martinez Corrêa, que orienta e supervisiona os trabalhos desenvolvidos pela equipe do CEDEM. Trabalha diretamente na pesquisa sobre a “memória da universidade” um estudo a respeito dos Institutos Isolados, com base num programa de História Oral organizado com a participação de vários pesquisadores. Dessa forma estabelece os objetivos de conhecer a história e a memória da UNESP pela história dos seus agentes. Como objetivo primeiro, conhecer a história das Faculdades que precederam a UNESP e que contribuíram para a sua formação...(CORREA, 1998, p.13)

memória e a trajetória da Universidade. Esse projeto pressupunha um trabalho de identificação, localização e organização de forma sistêmica das informações encontradas nos arquivos particulares de professores, funcionários e alunos.

A característica inicial do projeto estava baseada numa estrutura de Centro de Memória dividida em dois setores, o Arquivo Permanente e o Centro de Documentação. O Arquivo Permanente seria responsável pela documentação produzida pelos docentes, discentes e o corpo administrativo da unidade, que dependeria de um sistema de arquivos integrados para sua organização.

O Centro de Documentação por sua vez, seria constituído,

(...) pela documentação produzida fora da Universidade mas que lhe fosse pertinente, podendo ser copiada ou excepcionalmente original (documentos emanados do poder público, textos publicados em jornal, fotografias, filmes, etc.)

Arquivo de História Oral que deverá ser formado pela Documentação já existente na unidade (conferências, entrevistas, atos solenes, debates, etc.);

Documentos resultantes de pesquisas de docentes e de alunos. Para cada setor serão organizados projetos específicos. (OFÍCIO – 01, 1989).²²

Cada unidade deveria elaborar o seu próprio projeto, constatando os materiais existentes e verificando a possibilidade de deslocar esse material para Centros de Memória locais. Havia nas unidades profissionais docentes e discentes comprometidos com uma memória local, mas que estavam vinculados a estudos, decorrentes e relativos, às suas outras pesquisas, que posteriormente vieram a se tornar centros reconhecidos de documentação. Para esse tipo de atividade era preciso espaços, locais disponíveis e autorizados pela universidade para auxiliar nesse trabalho.

Dessa forma, a própria equipe do CEDEM, em parceria com os pesquisadores da UNESP e de outras instituições, passou a elaborar estratégias de trabalho para aprimorar as metodologias da História Oral, o que proporcionou ações efetivas junto aos cursos de História, Ciências Sociais e outras áreas, para a realização de estágios supervisionados nas unidades e posteriormente no próprio CEDEM. Dessa forma, uma das dimensões de potencial educacional do CEDEM é o de modificar a cultura da formação universitária, em alguns dos cursos de graduação, vinculados à cultura da informação e da preservação patrimonial.

²² Segundo o ofício enviado pelo CEDEM à Reitoria no ano de 1989, apresentavam-se documentos que justificavam a implementação do projeto Memória Universitária com base em estudos realizados desde 1987.

No caso do projeto de memória da Universidade, o CEDEM tem gerado fontes para o estudo e pesquisa do ensino superior no Estado de São Paulo, proposta que foi dividida em duas frentes de ação:

- 1) A memória dos Institutos Isolados de ensino superior no Estado de São Paulo;
- 2) A história de criação da UNESP.

Com essa proposta de trabalho o CEDEM apresenta os contrastes do ensino superior no Estado por meio das manifestações da memória dos seus participantes. Nesse caminho permite as diversas formas de recordar tomando-se por base as fontes orais, escritas e a contextualização dos objetos criados e recriados para rememorar essa história

No início dos anos 90, o CEDEM passou por uma nova reestruturação, pela proximidade com a utilização dos recursos de informática e o avanço das novas tecnologias de informação. Em parceria com a Assessoria de Informática e o Centro de Processamento de Dados da Reitoria, foram oferecidos cursos aos técnicos do CEDEM, e com isso, propostas de informatização para o tratamento da documentação da Universidade puderam ser realizadas e aprimoradas.

Um ambiente promovido por debates acadêmicos e técnicos incentivou a equipe do CEDEM, a buscar um reconhecimento formal dentro da Universidade. Em 1993, uma Comissão Executiva foi designada pela Reitoria para elaborar um projeto especial de institucionalização do CEDEM. O projeto apresentado foi aprovado em janeiro de 1994 como um Projeto Especial ligado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP- PROPP sem um vínculo institucional.

Ao mesmo tempo em que os trâmites burocráticos se desenvolviam, o CEDEM reafirmava seus conceitos de Centro de Documentação e apoiava, com base nos estudos e princípios arquivísticos e de documentação, a possibilidade de toda documentação permanecer no local onde fora produzida. Por ser caracterizado como um centro de referência, e não de recolhimento de documentos, o CEDEM, desenvolvia trabalho de aprofundamento e análises de materiais no campo da documentação histórica.

Em virtude desse desenvolvimento, aumentaram-se as possibilidades de recolhimento de fundos documentais, relacionados ao interesse da pesquisa histórica. A universidade e a comunidade científica entendiam a necessidade de se criar um espaço

de preservação da memória social e via no CEDEM a responsabilidade de lugar da memória, ou inicialmente um local adequado para orientar o exercício da proteção documental.

Diante desse contexto, pesquisadores e docentes recorreram à Universidade para recolhimento de documentação.

Alguns pesquisadores, no contato com essas fontes em vias de deterioração, recorreram à Universidade a fim de propor o recolhimento da documentação. Foi o que ocorreu em Bauru, com o recolhimento da documentação da Rede Ferroviária Federal. O processo acelerado de sucateamento das ferrovias estava pondo em risco um patrimônio documental altamente expressivo para a História do Brasil. Acresce-se a isso que a privatização da companhia vinha aumentar aquele risco. A fim de preservar essa fonte, a Unesp consentiu no recolhimento do material que se encontrava em barracões daquela ferrovia. Essa documentação, embora permanecendo em Bauru, no Centro de Memória Regional da Unesp, recebe orientação técnica do CEDEM.(UNESP, 200, p.8)

Valendo-se dessas iniciativas e de outras apresentadas pelos técnicos do CEDEM em parcerias com instituições públicas e privadas ligadas ao trabalho de preservação e memória, e outras entidades, ao reconhecer o trabalho realizado pelo Centro, procuraram a UNESP e o CEDEM, para propor custódia de acervos importantes para história social do Brasil.

Dessa maneira foi possível se fazer o recolhimento dos arquivos e coleções do CEMAP (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa) e do Asmob (*Archivo Storico del Movimento Operaio Brasiliano*), que se encontrava em Milão, na Fundação Feltrinelli. Este último, formado basicamente de documentação produzida por grupos de esquerda que atuaram desde o início do século. Grande parte dessa documentação fora enviada clandestinamente para a Europa, finalizando por ser acolhida naquela fundação. Esse núcleo inicial de documentos foi acrescido de outros títulos durante o período que se convencionou chamar de Exílio dos Anos 60 e 70. (UNESP, 2000, p.9)

Faz-se necessário observar que, ao reunir fontes de pesquisa para o conhecimento da história contemporânea do Brasil, o CEDEM passou a se responsabilizar tecnicamente pela integridade desses documentos. Em razão dessas responsabilidades, do compromisso institucional e do valor documental desse material, o CEDEM também teve que se preocupar com a manutenção, guarda e difusão desses materiais, o que

implicaria uma primeira discussão quanto às possibilidades de atividades educacionais desenvolvidas no CEDEM, que passariam inicialmente pelo processo de organização da massa documental, tratamento e tarefa de torná-las disponíveis ao público.

Hoje, as atividades educacionais do CEDEM estão projetadas para atender os diferentes níveis do ensino, com programas especiais para cada um deles, além de ações abertas à comunidade. Esse trabalho está em fase de estudos, mas demonstra que uma instituição preocupada com sua relação indissociável com a educação não pode perder de vista seu compromisso efetivo de possibilitar um movimento de aproximação entre o caráter científico e de pesquisa que caracteriza um centro de documentação e as necessidades e anseios latentes na comunidade acadêmica, nos estudantes do ensino técnico, médio e fundamental e em toda a comunidade. Elucidar essas histórias, falar em memórias constituídas e contadas nos documentos, nas imagens, nos depoimentos é, sobretudo, uma grande oportunidade para reconstituir novas hipóteses dos processos históricos apresentados à sociedade pelas instituições oficiais.

As relações estabelecidas com as instituições parceiras no desenvolvimento das atividades do CEDEM foram mediadas em forma de convênios, firmados entre a universidade e as instituições proprietárias dos documentos. Algumas exigências estiveram pautadas no compromisso de que a documentação ficaria em São Paulo.²³

Em virtude desses convênios, acrescido do trabalho desenvolvido pela equipe do Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM, outras propostas foram realizadas nesse campo; como, por exemplo, o acervo do Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo – CEDESP, do Partido Comunista Brasileiro – PCB e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

O CEDEM abre portas para um novo diálogo, sobre as possibilidades de um trabalho efetivamente educacional, agora envolvido pela marca delineada de seu acervo e perfil de trabalho, de uma memória ampla, que leve em consideração a complementaridade de formação de profissionais da área técnica, docentes e pesquisadores.

Dessa forma, além de organização dos acervos, o trabalho resultante de suas atividades necessita propor formas mais direcionadas, e com clareza de objetivos,

²³ Hoje o CEDEM localiza-se na Praça da Sé, 108. São Paulo/ SP CEP. 01001-900. Ocupando três andares (sobreloja, 1º e 2º andares) do antigo prédio da - Reitoria. www.cedem.unesp.br

quanto à guarda e a difusão de seu acervo, o que o torna um centro de referência em questões sobre as políticas dos movimentos sociais, a política universitária e demais questões regionais.

Nesse contexto, o CEDEM apresentou, em 1995, um Projeto de Criação de um Centro de Memória e Estudos Políticos, pelas características delineadas na composição de seus acervos, sejam eles pela memória da universidade, ou pela memória político/social da esquerda no Brasil. Novamente houve uma recusa do CEDEM como uma instituição independente para realizar com mais propriedade seus trabalhos regidos por um estatuto e desvinculado de um Projeto Especial da Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP.

Durante os anos seguintes, o CEDEM recorreu aos suportes de trabalhos realizados com o auxílio externo, com base nos projetos realizados pela equipe técnica do Centro em garantir o espaço e o aperfeiçoamento no tratamento dos acervos organizados. Foi preciso um trabalho de infra-estrutura, espaço e contratação de outros profissionais para ampliar a equipe técnica do CEDEM. A Fundação para o Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP foi a principal colaboradora para o desenvolvimento das atividades do CEDEM.

Diante desse panorama, o CEDEM passou por um processo de integração e reconhecimento dentro dos meios acadêmicos internos e externos à UNESP, o que levou a uma nova aproximação do Centro ao projeto de institucionalização. O ano de 1996 foi primordial para os andamentos desse processo, quando o CEDEM tornou disponível o seu acervo para consulta pública. Uma ação que mostrava mais uma vez a importância da Universidade e o desenvolvimento de sua política com a preservação da memória. Outra porta para o debate educacional se abre nesse momento, e a Universidade, por meio de um Centro de Documentação e Memória, abre caminho para um trabalho de extensão, quando estabelece uma relação de proximidade com o público.

Em 1997 com mais um pedido de institucionalização, o Conselho Universitário orienta que o centro de Documentação e Memória deveria aguardar os resultados de uma pesquisa referente ao estudo que viesse caracterizar as Unidades Complementares da UNESP,

(...) o Conselho Universitário iria proceder a estudos com a finalidade de “regulamentar a criação, implantação, funcionamento e subordinação hierárquica das Unidades Complementares da Unesp. (...) Foi então criada uma Comissão que

realizou os estudos solicitados pelo Conselho Universitário, tendo visitado as Unidades Complementares então em vigor para a necessária avaliação. O CEDEM não foi incluído no rol das Unidades Complementares da UNESP, talvez pelo fato de não estar ainda institucionalizado, ou mesmo porque a Comissão considerasse seu perfil diferenciado diante das demais. (UNESP, 2000, p.12).

O CEDEM acompanhou os trabalhos realizados pela Comissão até fevereiro de 2000, quando sob designação dessa Comissão surgiu a Resolução UNESP 22, de 14 de março de 2000, tendo em vista todo o trabalho realizado até ali pelo CEDEM e sua contribuição para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Houve dessa forma, a possibilidade de retomar a questão da institucionalização do CEDEM pela adequação ao modelo de unidade complementar proposto pela referida Resolução.

Durante os anos de 2001 e metade de 2002, a equipe do CEDEM trabalhou para justificar, com base na Resolução 22, quais os motivos que legitimassem os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM, como uma unidade complementar, procurando defender os interesses de realização profissional e acadêmica que contribuíssem para a formação de profissionais em todos os níveis, produzindo também inovações científicas e tecnológicas para a sociedade brasileira.

No bojo dessas discussões, abre-se mais uma vez o espaço para certificar que dentro de um ambiente que luta pela sua identidade institucional pela qual se desenvolve um trabalho de preservação da memória localizada da Universidade, bem como da memória social do país, o Centro de Documentação se fortalece pelo debate que desenvolve, apresentando possibilidades de trabalhos educacionais, pelo viés das atividades científicas/acadêmicas específicas, mas também pelos interesses comuns de uma população que reconhece sua história, na medida em que conhece e identifica suas partes e o seu lugar na história.

Dessa forma, uma ação concentrada especialmente na educação continuada e nos programas institucionais que mobilizam esforços na área da educação profissional e na capacitação de equipes técnicas é um fator determinante para implementação de políticas institucionais e profissionais do trabalho desenvolvido no CEDEM, configurando outra das potencialidades educacionais do Centro.

As áreas de especialização onde o CEDEM pode prestar sua colaboração são as seguintes: Política e Ensino da História Política; Memória Social; Patrimônio

Histórico/Cultural/Ambiental; Gerenciamento de Informação e Memória Técnica Institucional; Gestão Universitária e Administração de Ciência e Tecnologia.

Ao consolidar os argumentos com base nas análises referentes à Resolução 22, proposta pela Reitoria da UNESP, inicia-se um trabalho efetivo para enquadrar o CEDEM como um Centro de Pesquisa, Referência e Preservação do Patrimônio Histórico. De acordo com a reunião no Conselho de Administração e Desenvolvimento - CADE, em sessão do dia 20 de agosto de 2003, foi baixada Resolução que define o CEDEM, finalmente como Centro institucionalizado e incluído na estrutura administrativa da Reitoria.²⁴

Conforme a minuta de organização do regimento das atividades do CEDEM apresentadas no (Anexo 2), pode-se verificar que os trabalhos desenvolvidos no CEDEM estão focados na memória, formação e desenvolvimento de movimentos, organizações, ações, articulações, manifestações, produção intelectual, pensamento e cultura política das chamadas esquerdas, no Brasil, especificamente durante o século XX.

O foco dos trabalhos atinge um escopo que envolve a redefinição do conceito de esquerda e, em consequência, da revisão das reflexões sobre as relações e articulações estabelecidas pelo Centro quanto a seus objetivos.

Este conceito estende-se para as inúmeras ações organizadas (governamentais ou não) e para os movimentos que, incorporando propostas originadas ou identificadas inicialmente com esses grupos políticos, concentram suas ações na reorganização ou na formulação de novas formas de organização social, envolvendo a esfera documental para sua formulação e concretização.

Nutre-se do contato sistemático entre as Ciências Sociais, a História, a Economia, as humanidades em geral, as especializações em documentação, informação e tecnologia da informação, recebendo influências constantes dos avanços ocorridos nesses campos de trabalho.

A pesquisa que fundamenta os trabalhos subsequentes de reunião, análise, geração, processamento, disponibilidade, disseminação de informações e referências deve estar aliada às ações educacionais e de transferência de conhecimento. O que exige configurações interdisciplinares de trabalho, o que sem essas propostas tornam-se

²⁴ Resolução Unesp – 96, de 10-09-2003. Altera o artigo 2º da Resolução 4, de 1º de fevereiro de 1993, e Institucionaliza o Centro de Documentação e Memória da Unesp – Cedem, na estrutura administrativa de Reitoria. Resolução publicada no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 11 de setembro de 2003.

desprovidas dos fundamentos e da instrumentação para quaisquer atividades necessárias para o desenvolvimento educacional da instituição.

A partir dessa data, inicia-se um novo ciclo de perspectivas no CEDEM, agora, vinculado diretamente à Vice-Reitoria da Universidade. Uma deliberação que se justifica por motivos que são referendados pela Reitoria, desde a sua implementação, como um pólo aglutinador, articulador de projetos e atividades que solidificam a memória da Universidade e consolida o trabalho voltado à produção de informação diante das atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Proporcionando, dessa forma, um trabalho permanente e constante para subsidiar as unidades espalhadas no interior do Estado de São Paulo, quanto à sua capacidade de desenvolver um ensino com qualidade, pesquisa com eficiência e realizar um trabalho de extensão com coerência e peculiaridade, como é o caso do CEDEM.

Nesse caso, a proposta de verificar o que há de educacional num ambiente envolvido pela busca de uma identidade institucional pelo trabalho que desenvolve dentro da Universidade, se complementa quando este Centro organiza e guarda por intermédio de seus materiais a memória de determinados grupos, dentro de um contexto social marcado pelas transformações políticas institucionais. Esse é o panorama sociocultural da pesquisa frente aos impulsos de analisar que possibilidades educacionais podem surgir de um espaço rodeado de memória e histórias.

Nessa perspectiva de realidade institucional, que essa pesquisa verifica e ressalta, a idéia de que a memória pode proporcionar relações mais amplas e significativas pela sua relação não apenas com os registros orais, escritos ou com os monumentos, mas como um instrumento de constantes avaliações sociais que indiquem possibilidades e aproximações com o universo da história e da educação.

Essas possibilidades de trabalhos educacionais só serão efetivamente realizadas, quando houver um trabalho de aproximação da Educação e da História nesses lugares da memória, não pela fixação da memória que legitima, mantém tradições e paralisa os fatos, mas da memória que faz empreender a construção de um aprendizado, pela informação, preservação e suas relações com o mundo.

3

O EDUCACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS

ARTE POÉTICA

*Mirar o rio, que é o tempo e água,
E recordar que o tempo é outro rio,
Saber que nos perdemos como o rio
E que passam os rostos como a água.*

*E sentir que a vigília é outro sonho
Que sonha não sonhar, sentir que a morte,
Que a nossa carne teme, é essa morte
De cada noite, que se chama sonho.*

*E ver no ano um símbolo
Desses dias do homem, de seus anos,
E converter o ultraje desses anos
Em uma musica, um rumor e um símbolo.*

*E ver na morte o sonho, e ver no ocaso
Um triste ouro, e assim é a poesia,
Que imortal e pobre. A poesia
Retorna como a aurora e o ocaso.*

*Às vezes, pelas tardes, uma face
Nos observa do fundo de um espelho;
A arte deve ser como esse espelho
Que nos revela nossa própria face.*

*Contam que Ulisses, farto de prodígios,
Chorou de amor ao avistar sua Ítaca
Humilde e verde. A arte é essa Ítaca
De um eterno verdor, não de prodígios*

*Também é como o rio interminável
Que passa e fica e que é cristal de um mesmo
Heráclito inconstante que é o mesmo
E é ouro, como o rio interminável*

Jorge Luis Borges (1987)

O EDUCATIVO E O EDUCACIONAL EM CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Construir referenciais que representem ações efetivas e um aprofundamento nas discussões envolvidas pela memória, história e educação em centros de documentação, requer uma reflexão em torno de assuntos que não fiquem apenas apontados no discurso, mas que indiquem novas diretrizes, a fim de complementar a teoria e a prática existente nesses espaços.

Embora pareçam distantes, as relações existentes entre os espaços da memória – os arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação – e a educação, para a formação e socialização de indivíduos, verificar uma aproximação potencial entre áreas do conhecimento pela valorização desses espaços, como locais de educação, é um compromisso permanente desta pesquisa cujo objetivo, também, é reconhecer as possíveis relações metodológicas existentes entre lugares que se complementam.

Ainda que inicial, a discussão sobre os referenciais educacionais ou educativos dos centros de documentação independente das dificuldades apontadas na trajetória histórica desses lugares e suas relações com outros ambientes que procuram conservar a memória de suas comunidades, é preciso continuar buscando e revendo alguns conceitos que se fixaram em torno desses locais.

Em virtude de trabalhos que envolvem a área da Educação e suas práticas no interior de instituições que se aproximam do fazer educacional, inicialmente procurou-se verificar quais os instrumentos elaborados nos centros de documentação são referências nas relações de produção cultural e qual sua posição no espaço social do centro. Nesse caso, mesmo que elementar, faz-se necessário alguns esclarecimentos, sobre o uso da linguagem, e o que foi considerado educativo e educacional nesta pesquisa, em relação aos trabalhos desenvolvidos nos centros de documentação e memória.

Os termos educativo e educacional dentro do vocabulário de educação podem apresentar ações que se diferenciam e, por isso, cause posições equivocadas ou enganadoras pela tensão do fazer institucional diante dos aspectos metodológicos e profissionais trabalhados nas organizações. Entre o emprego pertinente de cada palavra, o ato de educar está vinculado simbolicamente a uma acepção normativa, institucional ou promocional, de acordo com as propostas e características culturais das instituições,

podendo-se valer de variadas formas de interpretação e experiências de transição conceitual.

A educação vai passar de um estágio de arte empírica para o científico, ao valer-se da observação, da experimentação controlada, da reflexão, formando um conjunto sistemático de conhecimentos menos práticos e teóricos que guiam a ação.

O termo educação pode ser entendido de várias maneiras, com vários significados, conforme seus objetivos e funções. Esses significados podem ter o sentido mais amplo até o mais restrito que vão identificá-la com instrução, adaptação ou formação de hábitos. (WERNECK, 1982, p.63)

Evidentemente, considerar apenas a terminologia e a semântica das palavras, não poderá ser o único indicativo de análise e avaliação das ações desenvolvidas no interior de cada instituição, entretanto, é preciso saber o que se fala quando os projetos e atividades relacionam o fazer institucional com a área da Educação. Por exemplo, no debate referente à sociedade inclusiva, fala-se muito na integração dos portadores de deficiência e suas necessidades, que se definem em alguns momentos como educativas e em outros momentos educacionais, causando assim posições contrárias entre especialistas.

A propósito, é incorreto o termo “necessidades educativas especiais”. As necessidades especiais podem ser educacionais, ou seja, concernentes à educação, pertinentes ao campo da educação. O adjetivo “educativo” (e suas flexões) significa: “que educa; instrutivo; que serve para educar”, como em “métodos educativos”, “campanha educativa”, “filme educativo”. Portanto, “necessidades educativas especiais” é um termo que não traduz o que os educadores realmente querem dizer – necessidades educacionais especiais. (SASSAKI; 1998, p.9)

Trazendo essa discussão para o campo da história e da memória, observa-se que a teoria e a prática da educação relacionadas às atividades desenvolvidas em instituições, que estabelecem relações entre o passado e o futuro, transitam num espaço instituído por um pensamento dialético e ideológico. As relações entre educação, história e memória estão permeadas por métodos empíricos que procuram conhecer o homem em todos seus aspectos. Seja pela elucidação das questões referentes à sociedade e à história, ou pela reflexão sobre a transmissão cultural da educação, compreendida como

suporte da memória, patrimônio intelectual e como objeto de um mecanismo individual e coletivo de organização da sociedade com sua história.

Isso significa que a educação inserida neste contexto conserva os elementos de legitimação do passado para construir um conjunto de processos e procedimentos que permitam analisar um problema relacionado à memória; pensar, por exemplo, quais saberes são articulados nesses lugares de memória e incorporam as responsabilidades de transmitir e perpetuar a experiência humana também pelas proposições educativas.

Outro aspecto que não pode ser abandonado nesse contexto é o de considerar que a educação, em tais espaços de memória, tenha uma função social. Portanto, em que momento podemos atingir esse fim, garantindo o pensamento educacional e as ações educativas existentes no local? Pergunta que vem seguida de outro questionamento não menos importante, quando se pensa a educação não para objetivos imediatos, mas para assegurar as diversidades e homogeneidade que a vida oferece. Esse aspecto, como a educação pode ter eficácia, uma vez que os centros de documentação estabelecem um movimento caracterizado pelas escolhas individuais e coletivas que se agrupam de diferentes formas; crenças religiosas, práticas políticas, tradições culturais etc.?

Na medida em que a educação não se limita a desenvolver única e exclusivamente uma organização, mas se envolve integralmente sob o símbolo do fazer e refletir, abre espaço para a possibilidade de fundamentar a idéia de excelência educativa socialmente compreendida, demonstrada ou compreendida em suas diferenças, temporais, de lugar, de necessidade e conveniência.

O educativo e o educacional de um centro de documentação será reflexo da forma e estrutura em que fundamentam seus métodos de organização, ou define suas formas de “recreação educacional”, e notadamente, o esforço de transformar cada ação numa extensão de idéias e reflexões que ampliem o significado de olhar as pessoas em seus contextos educativos e sociais. Ou seja, compreender suas diferenças políticas, de cultura, de etnias, de religiões, de conhecimentos e de experiências.

A diversidade da educação estabelece nos lugares de memória um vínculo com a análise da realidade social atual, considerando essa diversidade uma proposta sócio-educativa e cultural, em um contexto determinado, no qual figure o envolvimento e a autonomia de seus participantes, questionando o quê, por quê e como se realizam essa participação e autonomia, atentos às mudanças e às transformações próprias da

educação. Seja pela possibilidade de elaborar critérios próprios de ação, ou pelo intercâmbio de idéias, experiências, projetos, propostas, materiais, o Centros de Documentação e Memória devem pautar-se visando, definitivamente, à sua abertura à comunidade.

Os Centros de Documentação justificam a relação dialética entre a educação e a ideologia do lugar, que sugerem alguns outros questionamentos:

- 1) Como poderá ser compreendida a educação num ambiente em que os aspectos descritivos das ações internas nesses espaços têm um caráter normativo e que regula práticas em direção a sistematização de conhecimentos (Educação X Técnica)?
- 2) Como ampliar suas definições de maneira que possam justificar suas ações educativas e não apenas continuar sendo definidas exclusivamente como técnicas sociais que aperfeiçoam o homem em suas necessidades coletivas e individuais (Educação X Conceitos)?
- 3) Então, o que significa falar de educação em um Centro de Documentação e memória, quando se fala da função da educação como transmissora ou mediadora cultural, de informação/conhecimento tendo o centro de documentação como um local que valida aquilo que é compartilhado ideológica e historicamente como “verdade” de um grupo (Educação X Função)?

Para responder a estes questionamentos, este trabalho traz como elemento complementar das discussões e análises a serem realizadas, como local para proposta de verificação de estudo, alguns elementos do CEDEM. Um espaço que contribuiu para observação dos aspectos práticos e discussões teóricas levantadas durante o estudo.

Uma instituição que permitiu, pela curiosidade deste pesquisador, o exercício de pensar o tempo, a técnica e o “para quê” das coisas, pensando nas exigências fundamentais de uma educação que se constrói com a responsabilidade de quem não vai apenas complementar algo novo em um mundo velho, como afirma ARENDT(2002).

A verdadeira dificuldade na educação moderna está no fato de que, a despeito de toda conversa da moda acerca de um novo conservadorismo, até mesmo aquele mínimo de conservação e de atitude conservadora sem a qual a educação simplesmente não é possível se torna, em nossos dias, extraordinariamente difícil de atingir. Há sólidas razões para isso. A crise da autoridade na educação guarda a

mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude ao âmbito do passado. É sobremodo difícil para o educador arcar com esse aspecto da crise moderna, pois é de seu ofício como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado. (p.244-45)

Ao considerar esses aspectos pontuais sobre educação, cabe ponderar também que o processo de aprendizagem que se constrói nos centros de documentação está ligado diretamente ao espaço de preservação histórica e de memória pelos preceitos educacionais cujo papel, são práticas educativas voltadas para o aprendizado do passado, sem que se configure exclusivamente num empreendedorismo educativo ou que se justifique apenas pela responsabilidade de transmitir as experiências vividas, como formação.²⁵

A capacidade educativa de um centro de documentação amplia-se, se este estiver atento às representações, espaços e instituições culturais, como condições necessárias à implementação e à criação de novas possibilidades democráticas, capazes de assegurar identidades, servir como mediadora na relação entre a legitimidade das práticas sociais dentro das relações simbólicas e materiais, conforme os contextos históricos em que estão situados. Esse contexto e o conteúdo para essa negociação mediadora de conhecimentos situam-se onde menos se os reconhece – nos *conceitos* e possibilidades *auto-reflexivas* de estender sua *prática política cultural*, tomando-se por base a característica pública da educação como forma de política cultural. E a cultura como uma luta pelo significado e identidade para a formação de uma memória pública.

Isto significa dizer que a educação não transmite jamais a cultura, considerada como um patrimônio simbólico e imperiosamente coerente. Nem sequer diremos que ela transmite fielmente cultura ou culturas (no sentido dos etnólogos e dos sociólogos): ela transmite algo da cultura, elementos das culturas, entre os quais não há forçosamente homogeneidade, que podem provir de fontes diversas, ser de épocas diferentes, obedecer a princípios de produção e lógicas de

²⁵ Nesta pesquisa não foram estudadas as relações de ensino e aprendizagem nos centros de documentação. Possivelmente os saberes para o exercício de tal análise estivessem pautados em fazer um estudo de caso com variados grupos que participassem das ações desenvolvidas no centro de documentação. Esta pesquisa precede tal análise, porque pretende verificar se de fato, há possibilidades de estudos educacionais dentro desses espaços e quais atividades podem ser elaboradas para sua realização. Portanto, analisar e verificar as probabilidades de um trabalho de formação dos participantes dentro dos centros de documentação, não é o caso.

desenvolvimento heterogêneos e não recorrer aos mesmos procedimentos de legitimação. (FORQUIN, 1993, p.15)

Não será apenas em relação ao passado ou ainda aos valores, hábitos, práticas, idéias e força das relações simbólicas de determinados grupos que se organizam nos centros de documentação, que se constituirá toda a experiência coletiva dos sujeitos no interior de uma sociedade; entretanto, o papel do centro de documentação será de complementar, mediante suas ações, os fundamentos de uma educação, capaz de tornar possível a consolidação, a construção de técnicas que legitimam o passado, com a temporalidade do homem, do mundo, na medida em que a idéia do público seja um aspecto central no trabalho dos profissionais envolvidos nesses espaços.

Uma preocupação deve transformar os investimentos políticos e culturais em possibilidades para o incentivo de novas reflexões sobre uma educação que ultrapasse as fronteiras das ações pautadas nas competências e atribuições técnicas. Os espaços educativos devem contribuir para demonstrar como o conhecimento está relacionado com a transformação social no interior das instituições; como os assuntos sociais são urgentes na formação de cidadãos mais críticos dispostos a discutir o objetivo da autocrítica; e, finalmente, como a aplicação de uma crítica social estabelecida, com prioridades éticas, leva a transformar em desafio educacional, o trabalho realizado pelas instituições preocupadas com a memória.

Uma memória mais pública, considerada em seus aspectos mais públicos: na importância das necessidades da pessoa, na colaboração das relações educativas, nos lugares de apoio à memória, que são, por exemplo, os lugares de comemoração, como afirma POLLAK (1992).

Nesse caso, a ação educativa não é uma prática autônoma; ela se reflete em certa medida pela aplicação de teorias ou mediante pressupostos institucionais previstos em sua ação direta com a sociedade, tendo em nos eventos culturais o enfoque educacional.

O processo educacional se desenvolve dentro de uma estrutura social, em que várias partes interagem continuamente, a fim de que se perceba pelas representações das ações humanas, a coesão e a possibilidade de aproximações entre o pensamento abstrato e o concreto da realidade, que HEGEL(1991) chama de a coesão da ordem civil e moral, pelas condições sociais e o interesse das atividades individuais dentro das instituições de ensino:

Yo quiero aludir, todavía, brevemente a esta relación entre los estudios gimnasiales y la ciencia profesional. En el estudio de los Antiguos, el objeto primordial de los estudios gimnasiales, se hallan los comienzos y las representaciones fundamentales de las ciencias o de lo digno de ser sabido en general y por ello son tan apropiados com vistas a la preparación para las ciencias profesionales; y en lo referente a las bellas artes, ellos constituyen su consumación. En general poseen la peculiaridad de que en ellos las reflexiones abstractas se muestran todavía en la proximidad de lo concreto, de quel el concepto se forma a partir del ejemplo; las (las representaciones de las) cosas humanas segun su realidad constituyen el fundamento que se expone junto com el resultado general ... Así como la forma posee esta plenitud de lo concreto, así también la posee el contenido, y ciertamente él concierne a la vida humana en general y sobre todo a la vida pública. Lo que segun la índole de los tiempos recientes se ha sustraído a nuestra intuición y a nuestra participación, las pasiones, los hechos y los esfuerzos de los pueblos, las grandes relaciones que constituyen la cohesión del orden civil y moral sobre la que reposa la vida de los Estados, la condición social (el interés) y la actividad de los individuos, se nos presenta ante los ojos de una forma viva.(p.119-20)

Entre muitas concepções sobre a educação e suas variáveis de pesquisa, aproximar o trabalho educacional dos centros de documentação, não significa transferência de aprendizagem entre os lugares de ensino e os lugares de memória. A analogia entre os instrumentos utilizados para definir o fazer dos sujeitos que utilizam esses lugares está expressa em ações que se aproximam nos dois ambientes: a ação de recordar, comunicar e registrar, porque os trabalhos envolvidos em cada instituição têm o seu propósito e sua função.

No caso do centro de documentação, a “função mediadora” nesse espaço configura-se pela atuação dos profissionais sobre os materiais (objetos), que pressupõem uma orientação para os seus interlocutores (sujeitos). Os instrumentos que servem para o desenvolvimento desse trabalho estão manifestos em ações socioculturais que, num processo dialógico, compõem a memória coletiva relacionada com a memória social apresentadas pelo exercício permanente e interativo com a comunidade, como

num movimento que vai determinar uma aproximação entre a instituição e seus consulentes. Para HALBWACHS(1990),

(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, ... este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ela ocupa, e ... este lugar muda segundo as relações que mantém com outros meios. (p. 51)

Relações de interação entre o participante do centro de documentação no processo de construção do conhecimento, valendo-se da sua realidade em face das diferenças e vivências experimentadas pela prática de organização da memória existente na instituição, conforme sua relação com outros ambientes. Dessa forma, é possível afirmar que o fazer e o dizer nesses espaços são apreendidos pelos sujeitos envolvidos no centro, à medida que são apreendidas as analogias com os acontecimentos do passado sem aprisionar-se na óptica dos documentos, mas articular suas diferenças e interpretações para a multidisciplinaridade.

Para caracterizar as relações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos referentes no trabalho de aproximação educacional num centro de documentação e memória, é preciso definir quais os elementos serão capazes de complementar essas relações com a prática do lugar, com o modo de quem se fala, e por último, verificar quais ações podem ser expressas de acordo com sua estrutura organizacional.

Ao observar as propostas e objetivos do CEDEM em relação aos objetos materiais organizados e os sujeitos envolvidos no processo de formação do centro, verifica-se uma primeira aproximação educacional possível dentro da instituição: os temas de interesse de constituição do acervo, por meio dos materiais a serem organizados e preservados.

O CEDEM, há dez anos firmou compromissos que resultaram inicialmente na custódia de dois acervos documentais, que têm colaborado até hoje nos estudos referentes à realidade contemporânea brasileira: documentos coletados pelo Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB e pelo Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa - CEMAP.

Esses dois acervos foram custodiados pela Fundação Feltrinelli (Itália) e pela Universidade de São Paulo - USP, e passaram à guarda da UNESP sob a responsabilidade técnica do CEDEM em 1994. Outro acervo que, também, ficou sob a responsabilidade

técnica do CEDEM foi a documentação do Partido Comunista Brasileiro - PCB, que esteve sob a guarda do Instituto Astrojildo Pereira - IAP.

No ano de 1995, o CEDEM recebeu os documentos acumulados pelo Centro de Documentação da Cidade de São Paulo – CEDESP, que reúne registros e informações sobre a gestão da ex-prefeita Luiza Erundina de Souza, 1989 – 1992. Ora, se a história não se separa completamente da sua função social de recordar a vida dos povos em decorrência das evidências do presente, os centros de documentação, ao se firmarem em espaços que configuram historicamente os sujeitos, permitem juntar-se aos preceitos educacionais pelo trabalho de dimensionar tempos, lugares e sujeitos, por meio de experimentos técnicos, operacionais e novas interpretações, valendo-se do trabalho de sistematização contínua da organização de seus materiais.

Em 1999 por exemplo, o CEDEM realizou dois novos convênios, mas na forma de intercâmbio e parceria com outras instituições, sem a custódia de documentos. Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP.

Os resultados tanto da composição dos acervos custodiados no CEDEM, quanto dos convênios realizados em parcerias com outras instituições geraram a captação de fundos em agências de fomento para a realização do trabalho contínuo de organização, preservação do patrimônio documental. Um exemplo, bastante significativo, desse trabalho foi a aprovação dos projetos pela Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP, conhecido como Programa de Infra-Estrutura, em que o CEDEM teve a oportunidade de fazer aquisições de acervos e reorganização estrutural do espaço de trabalho realizado no Centro. Atualmente, o último projeto aprovado foi concedido pelo Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que vai subsidiar as atividades de organização dos acervos periódicos do CEDEM.

Os convênios com outras instituições também trazem resultados satisfatórios, o que aumenta a responsabilidade institucional do CEDEM em sua atuação quanto à capacitação, à transferência de conhecimentos especializados e à sua articulação com outras instituições, com consultorias técnica e de apoio ao desenvolvimento de pesquisas em relação à produção da informação científica e cultural, por meio da coleta, organização e contribuição na elaboração de projetos de pesquisa e de preservação da memória social. Dois exemplos podem ser destacados, tomando-se por base a

preocupação do CEDEM em se equipar para constituir-se como um centro de informações, de referências, estudos, pesquisas e, sobretudo, num espaço para ampliação do debate referente ao direito à informação, à memória e à educação. A orientação de técnicos e pesquisadores constitui uma das principais atividades educacionais do Centro.

O primeiro destaque ao trabalho de apoio apresentado pela equipe do CEDEM refere-se ao auxílio dado a dezessete instituições, entre elas, o Museu da Imagem e do Som (MIS), o Museu Lasar Segal e o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, para a garantia de preservação histórica documental, acesso à produção científica dessas instituições no que tange ao planejamento e à elaboração de projetos para a captação de recursos em agências financiadoras de pesquisa na área, como, por exemplo, o FAPESP. Um trabalho em parceria com os profissionais dessas instituições que gerou a aprovação desses projetos.

O segundo exemplo é o Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, que instituiu seu centro de documentação e teve a colaboração do CEDEM em todos os momentos, até a sua implementação e funcionamento. Um trabalho de orientação, auxílio e indicação de profissionais para a realização e desenvolvimento das ações naquele espaço.

Para facilitar o trabalho de consulta da documentação no CEDEM, os acervos foram descritos de acordo com a Instituição Originária responsável pela guarda e preservação dos documentos. Os fundos de cada grupo de arquivos ou coleções foram caracterizados pelo seu conteúdo de formação (individual, coletiva ou temática), conforme os Quadros 1, 2 e 3 que apresentam uma composição das coleções do CEDEM, suas linhas de acervos, tipos de materiais organizados e acondicionados no centro.

Dessa forma, o pesquisador pode compreender os conjuntos documentais e informativos existentes nesse espaço. Para o Centro, significa trazer uma concepção de sua linha de atuação, políticas de implementação e desenvolvimento de acervo para a criação de novos projetos que complementem a atual organização documental do Centro. O perfil do acervo organizado, as ações para a realização do trabalho técnico e de cooperação entre instituições são fundamentais para a estrutura organizacional, de serviços e intercâmbios de pesquisas no interior desses espaços.

No Centro de Documentação essas informações são opções metodológicas que solidificam o pensamento científico nesses espaços, pela organização das fontes para a pesquisa e a realização de pesquisas para essas fontes. Uma pesquisa instrumental que objetiva observar uma cultura, considerando seus sujeitos como construtores dessa cultura e, portanto, um instrumento que transforma experiências e competências em trabalhos com significados educacionais. No Quadro 1 é possível verificar como estão configurados os acervos do CEDEM em suas áreas iniciais de organização do trabalho documental.

Quadro 1 - Configuração do acervo do CEDEM

Nome do Acervo	Materiais
Memória da Universidade	150 depoimentos (Fitas/Transcrições) Fitas de áudio – 251 Fotografias – Cerca de 300
ASMOB – Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro Fundos – Astrojildo Pereira; Roberto Morena Nestor Veras; Memória do Exílio	12 metros lineares de documentos pessoais de Astrojildo Pereira e de Roberto Morena. 1.400 títulos de periódicos(12.000 exemplares) 1.870 volumes de livros; 2.000 fotografias 179 rolos de microfilmes.
CEMAP – Centro de Estudos Mário Pedrosa	5.000 volumes de livros; 3.000 títulos de periódicos; 50 metros lineares de documentos Fotografias - em processo de avaliação.
PCB – Partido Comunista Brasileiro	7,5 metros lineares de documentos 800 fotografias; 51 fitas de vídeo 9 fitas de áudio; 6 caixas de documentos da <i>Voz da Unidade</i> ; 40 cartazes; 1.200 volumes de livros; 200 títulos de periódicos.
CEDESP – Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo	Em processo de avaliação
TOTAL	Documentação – 69,5 metros lineares Livros – 8.070 volumes; Títulos de periódicos – 4.600; Fotografias – 3.100; Fitas de vídeo – 51; Fitas de áudio – 260/ Rolos de microfilmes - 179

Os valores totais apresentados são parciais e estão melhor apresentados no Quadro 3. É importante considerar que um Centro de Documentação é um organismo em pleno movimento e portanto as características numéricas são sempre estimativas de análise. O Quadro 2 mostra como estão organizados as coleções e seus acervos, considerando o fundo em que estão acondicionados, os respectivos grupos e a tipologia material existente.

Quadro 2 - Quadro de composição das coleções do CEDEM

Coleção	Fundo	Grupo	Composição
Memória da Universidade	História Oral Sistema de Arquivos		Fitas cassete (gravação e transcrição). Fitas de vídeo.
Partido Comunista Brasileiro - PCB	PCB	Grupo I - Atuação do PCB nos movimentos organizados da sociedade civil; Grupo II - Atuação do PCB na Política Nacional; Grupo III - Estrutura e funcionamento do PCB; Grupo IV - Editora Novos Rumos.	Documentos textual, iconografia, audiovisual, livros, periódicos e jornais.
Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro - ASMOB	Fundo Exílio Fundo Partido Comunista Brasileiro no Exílio – Estrutura e Funcionamento Fundo Astrojildo Pereira(1890 – 1965); Fundo Roberto Morena(1902 – 1978);	Grupo - Igreja Grupo - Movimento Sindical Grupo - Seção Feminina Grupo - Organizações de Base Grupo - Política e Organização	Documentação textual, iconografia, sonora audiovisual e periódicos Documentação textual Fotografias, recortes de jornais, fotos periódicos e livros.
Centro de Doc. e Estudos da Cidade de São Paulo - CEDESP	Fundo da Administração Municipal Popular – Luiza Erundina	–	Documentação textual, fotografias, vídeos e publicações
Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa / CEMAP	Fundo Mário Pedrosa(1900-1981) Fundo Livio Xavier (1900 - 1988) Fundo Fulvio Abramo (1909/1993)	–	Documentação textual, recortes de jornais, fotografia e livros
Hemeroteca	Jornais e periódicos de todos os fundos custodiados no Cedem	–	Jornais e periódicos

NOTA: O Quadro 3 mostra em estimativas mais atualizadas a quantificação do acervo do CEDEM.

Quadro 3 - Acervo estimado em 2004*

Documentação	Quantidade/ Espécie	Observações
Textual	2.365/Caixas	-
Iconográfica	4.200/Imagens	entre positivos e negativos.
Cartazes	1.200	-
Periódicos	9.489/títulos	-
Recortes de Jornais sobre a UNESP 1975 à 2001;	16.000/Recortes	6.100 recortes digitalizados.
Documentação Audiovisual	- 1.136 Fitas cassetes; - 331 Fitas de vídeo; - 92 Fitas de rolo.	-
Bobinas de microfilmes	340/Bobinas	-

* Dados obtidos nos relatórios anuais de atividades elaborados pela Equipe técnica do Cedem no ano de 2004

Os conjuntos documentais sob responsabilidade do CEDEM nos últimos seis anos passaram por um tratamento particularizado em relação ao trabalho de preservação dado a cada material incorporado ao Centro. Os processos de identificação, higienização, acondicionamento e descrição são elaborados de acordo com as necessidades de cada conjunto documental.

Entre os anos de 1995 até 2002, o quadro de organização documental esteve apresentado de acordo com o Quadro 1. Com algumas variações entre materiais inseridos e catalogados ou não na base de dados Alexandria.

Diante do interesse temático que prioriza a organização do acervo, pode-se dizer que o Centro de Documentação determina seu contexto educacional, em vista dos aspectos políticos e sociais a serem discutidos.

No caso do CEDEM, como se pode perceber pelo Quadro 2, os temas do acervo referem-se fundamentalmente aos movimentos sociais e aos conflitos políticos que os documentos explicitam. O acesso ao acervo traz ao usuário do Centro a manifestação política explícita em que ele foi gerado, ou seja, o momento de sua criação historiográfica, e concebe e compreende a valorização dos movimentos sociais e dos sujeitos atuantes nestes movimentos, de acordo com a organização do acervo custodiado.

O fazer institucional dos centros de documentação é percebido pelas atividades desenvolvidas em seu interior, pela gestão e pelas formas de viabilizar o exercício de pensar o tempo, pensar a técnica num contexto de inclusão política e social. A

possibilidade educacional é entendida como uma forma estratégica de analisar as influências da ação de investigar nos documentos para constatar na realidade seus efeitos em relação a transformação ou renovação cultural no processo de conhecimento dos participantes, de acordo com o estudo histórico e de memória promovido nesses lugares.

O funcionamento dos centros de documentação também aponta seus objetivos ideológicos e, por isso, podem admitir que as desigualdades resultam das questões estruturais, sociais e das possibilidades de administrar conflitos em suas ações efetivas, seja pela história que se quer preservar; seja pelas relações entre as propostas de trabalhos coletivos e individuais no centro; seja, também, pela forma de organização e das técnicas aplicadas aos materiais, cujos fatos pretendem resgatar.²⁶

Diante desse quadro amplo de responsabilidades e cuidados exigidos pelo trabalho de aproximação educacional em centros de documentação, pode-se dizer que, ao tentar ampliar a diversidade do trabalho desenvolvido nesse espaço, apresenta-se à sociedade mais uma possibilidade de articulação da educação, com base numa estrutura diversificada de saberes, não só orientada para melhoria e qualidade do trabalho específico desses espaços, mas que defenda a democratização dos bens históricos, patrimoniais e sociais em favor de uma coletividade e que compreenda o papel da educação como um instrumento de apoio, reflexão e mobilização social.

EDUCAÇÃO E COMPROMISSO POLÍTICO

O centro de documentação será, em algumas instâncias, um instrumento de orientação para pesquisa individual ou coletiva. Porém, a direção desses centros não deverá deixar de preocupar-se com as necessidades educacionais de sua comunidade, dos aspectos ligados à instituição em que está vinculada, seja a escola, os centros de pesquisa, as universidades etc. É preciso considerar os lugares de guarda de documentação e apoio aos pesquisadores, como lugares compromissados com a

²⁶O CEDEM, tem características peculiares que estão voltadas ao trabalho de organização de um acervo especializado. Como é o caso da organização de uma memória dos movimentos políticos de esquerda no Brasil. Porém, sua proposta institucional vem ao encontro de interesses direcionados dentro da Universidade Estadual Paulista - Unesp, que é a organização da Memória da Universidade pela história de seus personagens desde sua criação. Dessa forma, as ações do Centro de Documentação caminham paralelamente discutindo questões amplas que envolvem outros setores da sociedade e que se cruzam em determinados momentos, para alavancar debates de interesse comum, como, por exemplo, o trabalho educacional no interior da instituição.

organização do patrimônio cultural, e também no trabalho educacional uma via de acesso ao conhecimento pelo comprometimento que assume perante a sociedade.

O pensamento “educacional” só nasce numa sociedade atravessada de conflitos. Quando uma sociedade coloca o problema da educação, é porque se interroga sobre si mesma, sobre seu passado e sobre seu futuro. Os problemas de democracia ateniense geram Sócrates e Platão (o que não quer dizer, evidentemente, que sejam suficientes para explicar todos os aspectos de seu pensamento!); as guerras religiosas do século XVI dão nascimento à pedagogia dos jesuítas; Rousseau pensa profundamente na ascensão social da burguesia; a escola laica da Terceira República é fortemente marcada pela derrota de 1870 e pela escalada da pequena e média burguesia radical; o pensamento pedagógico de Makarenko sem dúvida não existiria sem a Revolução Russa. Poder-se-iam, assim multiplicar os exemplos. De modo geral, a pedagogia é filha das crises sociais e políticas. Quando, numa sociedade, as tensões crescem e os conflitos se exacerbam, a própria educação deixa de aparecer como um processo essencialmente cultural e individual, e se revela explicitamente como o campo das lutas sociais, o que ela é sempre implicitamente.(CHARLOT, 1983, p.22-3)

Na educação os elementos que perpassam os processos educativos estão voltados à pesquisa, a descoberta de novos conhecimentos como forma de manifestar em suas práticas o que há de filosófico, ético, religioso, político, cultural e técnico no fazer educacional. No caso dos centros de documentação, o registro, a organização documental não livram esses espaços das ações puramente técnicas, porém, podem propiciar a autonomia profissional, o fazer investigativo do trabalho realizado, à proporção que possibilite a criação e instrumentalização de novos conhecimentos e saberes.

Tornar um centro de documentação e memória distante das propostas educacionais significa afastar do trabalho organizacional a possibilidade de expandir campos de articulação entre propostas metodológicas inovadoras e os saberes constituídos nesses espaços. Conduzindo seus profissionais simplesmente à execução e aplicação de técnicas.

Dentre as múltiplas atividades que um centro de documentação pode exercer, de acordo com as políticas implementadas pelas instituições a que estão atrelados, para

investigação de propostas educativas nesses espaços, dois pontos precisam ser destacados como análise contínua de pesquisa:

- 1) Possibilitar a criação de novos instrumentos que viabilizem as relações existentes entre a organização do trabalho técnico do centro de documentação e as possibilidades de conduzir a investigação temática proposta, para perceber o processo histórico e seus diferentes caminhos;
- 2) Elaborar instrumentos que viabilizem o acesso aos trabalhos de organização material do centro, abrindo espaço para sugestões e aplicação de novas propostas, considerando que nenhuma metodologia estará pronta e acabada, ao considerar o processo histórico como fonte das análises e atividades a serem desenvolvidas.

Um exemplo de trabalho em desenvolvimento hoje no CEDEM é a digitalização dos documentos do acervo. Esse processo que está em fase experimental tem sido realizado em parceria com os técnicos da área de informática, o que mostra ainda mais a importância de um trabalho que deve estar pautado na dinâmica da multidisciplinaridade de conhecimentos, especialmente quando a proposta é a fusão de conhecimentos históricos com os conhecimentos tecnológicos. Os documentos do acervo, especificamente os periódicos do século XIX e início do XX, são fotografados ou “scaneados” e, após um processo de reorganização técnica de verificação para leitura e análise desses materiais na tela do computador, são colocados em arquivos organizados em rede que podem ser utilizados sem que haja a necessidade de manusear constantemente os originais. Com essa técnica é possível o envio de reproduções documentais com boa qualidade via Internet ou mesmo em formato magnético (CDs, disquetes, etc.). Um trabalho que vem ao encontro das necessidades dos pesquisadores externos, principalmente das pesquisas desenvolvidas numa universidade multicampi como é a UNESP. Com esse serviço é possível verificar a diminuição de gastos com papel, toner, postagem do material enviado e desgaste do documento.

Há possibilidade de verificar um aumento de pesquisadores e instituições nacionais e internacionais que utilizam a documentação do acervo, tanto para suas publicações como para pesquisa. Seguem algumas publicações nos anos de 2002 a 2004 que utilizaram documentos pesquisados no acervo do CEDEM.

- Cunha, P. R. da. *Um olhar à esquerda*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

- Almeida, F. I. de(org.) *O ultimo secretario: a luta de Salomão Malina*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002.
- Marques Neto, J. C.(org.) *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, Paz e Terra, 2002.
- Mazzeo, A. C. e Lagoa, M. I.(org.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- Pomar, W. *Pedro Pomar uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.
- Karepovs, D. *A luta subterrânea: o PCB em 1937-38*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 2003.
- Cunha, P. R. da(org.). O camponês e a história: a construção da ULTAB e a Fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.(Memória & História, 4)
- Delfini, L.; Petta, N. L. de. Para entender o anarquismo. São Paulo: Moderna, 2004.

Pode-se perceber que no CEDEM os parâmetros para propostas educativas estão dimensionados também nas ações que articulam o conhecimento técnico de organização de acervos documentais, bibliográficos e de outros materiais aos preceitos tecnológicos, como a inserção em base de dados e os dispositivos de pesquisa via Internet e outras redes.

É importante considerar que um projeto inovador de educação parte da valorização e acumulação dos saberes que, constituídos das experiências institucionais e profissionais, são desenvolvidos e realizados no interior das organizações. A educação será encarregada de projetar, no sentido de propiciar experiências práticas, em face da subjetividade pessoal e na percepção da objetividade coletiva manifestas nas idealizações e realizações culturais, que incidem na estruturação das relações sociais. Num centro de documentação, o passado cultural é uma fonte para o refazer presente e serve como material para o futuro. Desse modo, a educação diante do contexto apresentado aproxima o pensado e o sentido pela possibilidade de negar a tradição e de reivindicar esquecimentos.

Entretanto, é preciso criar instrumentos que viabilizem e apresentem o trabalho desenvolvido de organização do acervo do CEDEM, que não seja apenas seus catálogos,

relatórios oficiais e eventos. É certo e necessário que as instituições criadas em instâncias próximas do mundo da educação optem por processos e conteúdos de socialização, tendo em vista suas ferramentas, que sirvam para reinventar e revitalizar o impulso criador da cultura e da sociedade e, dessa forma, possam incidir no curso dos acontecimentos. Uma composição da prática educativa pela via do intercâmbio com outras instituições é um caminho viável, a fim de que os canais de comunicação voltados para angariar sugestões, críticas e parcerias sejam realizados pelas equipes de profissionais e colaboradores do Centro, como pressupostos de um projeto de educação, em virtude de um processo de transformação social e cultural nas instituições.²⁷

Efetivamente, os profissionais terão de estabelecer conexões orgânicas com outras instituições, com a população, a cidade, a fim de se envolverem ativamente nas esferas educacionais. Esta ação implica pesquisa, formação continuada dos profissionais e ampliação do envolvimento institucional com as questões e problemas das comunidades.

Mais uma vez, o debate em torno da linguagem e da memória em relação ao trabalho mediado por atividades educativas diversas junto à comunidade, seja pelo reconhecimento da história local, ou pela reconstituição coletiva, estará sempre envolvido em experiências revistas e indicadas por caminhos voltados às questões sociais, manifestas no imaginário coletivo das relações de identificação com o passado e a prática do presente, em ações políticas, contestatórias ou de curiosidade dos participantes. Nesse caso, a palavra “neutralidade” merece alguns comentários.

O centro de documentação, ao envolver-se com temas e debates de interesse público, como, por exemplo, o resgate da memória de uma localidade ou de um grupo, que pretendem constituir sua história com seus símbolos e significados, deve ser compreendido como um lugar que promove um conjunto de atividades, que poderá atribuir a seu fazer, novos usos e novos significados. Ele não estará isento da percepção dos conflitos, das lutas de classe como processo de reconhecimento do seu fazer

²⁷ Um problema marcante entre as instituições preocupadas na organização da memória de determinados grupos dentro das variadas instituições no país, sejam elas públicas ou privadas, é a quantidade de ações isoladas que realizam e que acabam não promovendo um debate mais amplo e que propicie novas ações conjuntas para o aprimoramento do fazer organizacional. A criação, por exemplo, de publicações que tratem dos variados trabalhos de organização de acervos e suas metodologias já seria um grande dispositivo para debates educacionais mais abrangentes.

histórico, como símbolos de identidade cultural e social dentro de um contexto de pesquisa educacional.

No CEDEM não há possibilidade de negar os conflitos existentes, por exemplo, entre a história de organização do acervo e a construção histórica da formação da Universidade em seu contexto político interno de organização e as políticas nacionais no período de estruturação (1970 – 1980) da UNESP como ela é hoje, conforme os debates sobre a formação da UNESP e a criação do CEDEM apresentado no capítulo 2.

O Centro de Documentação ao buscar instrumentos que fundamentem a organização histórica de determinados acervos, se posiciona politicamente e portanto não está neutro nessas discussões; com o compromisso, ainda, de realizar uma tarefa crítica de desenvolver um trabalho histórico, permite que as informações nele disponíveis respeitem os discursos ideológicos e os temas abordados contidos nos materiais organizados. Assim, não é possível, pois, a configuração de uma neutralidade institucional.

Nessa abordagem, os centros de documentação terão de lidar com questões concretas da realidade. O centro de documentação, ao constituir um meio educativo dentro de suas propostas políticas e metodológicas, será estruturado pela rede de relações que estabelece entre seus colaboradores e participantes.

EDUCAÇÃO ARTICULADA, SUJEITOS HISTORICAMENTE LOCALIZADOS

O meio educativo de formação e integração dos participantes de um centro de documentação está relacionado aos estágios e à colaboração dos profissionais e pesquisadores vinculados à instituição, seja para os trabalhos de organização do acervo e aplicação do conhecimento histórico na formação de estagiários de diversas áreas, seja pelo interesse no desenvolvimento de suas pesquisas individuais e institucionais.

A comunicação entre todos envolvidos e as ações do centro de documentação são atividades que valorizam cada prática educativa elaborada no lugar. Nesse sentido, aborda-se a educação para a formação dos profissionais ligados à informação e aos usuários dos centros de documentação e arquivos.

Esta comunicação é estabelecida na medida em que o centro de documentação descobre que a forma de organização de seus objetos se relacionam à densidade de conflitos e descontinuidades, quando se voltam para o diálogo com a sociedade e sua realidade. Trata-se, portanto, de considerar que há uma responsabilidade real da instituição com o meio social no qual se insere, e que o Centro de Documentação deve se permitir transformar os objetos de suas atividades e pesquisa em elementos de relevância para a sociedade, ou pelo menos adequar-se às necessidades educacionais vivenciadas nas instituições de ensino, tornando-se um órgão colaborador desse trabalho.

Tal discussão refere-se à função social dos centros de documentação e às formas como estes centros comunicam-se com o meio social, considerando que são espaços a serviço do público, para a “coisa” pública, como tem sido abordado ao longo desta pesquisa.

A comunicação torna-se fundamental na realização das atividades do centro de documentação e sua aproximação com outros espaços de ação e desenvolvimento operacional, pela mídia escrita e falada.²⁸

Evidentemente num contexto de informação, falar em educação ou processos educativos em lugares privilegiados pelas habilidades técnicas e tecnológicas de seus participantes, inclui o desafio de compreender a relação educativa mediante os avanços tecnológicos existentes nas instituições e as desigualdades sociais dentro e fora desses lugares. A legitimação educacional dentro dos centros de documentação depende da construção e criação de instrumentos para o trabalho de complementaridade entre a história, a memória, a educação e a forma como essas ferramentas são utilizadas pelos indivíduos, ao inserirem-se nesses locais. Dimensionar ações interativas para novas práticas sociais, permitindo a busca de novos conhecimentos é o papel que esses centros devem realizar ao propor um trabalho de reflexão educacional em suas atividades diárias.

Hoje, a televisão, a Internet e a comunicação eletrônica são ferramentas que exercem influência sobre os homens, idéias, comportamentos, coisas, relações e lugares.

²⁸Acervo Comunista chega ao Brasil – Chegaram a Santos 2 toneladas do melhor acervo sobre a atuação de anarquistas e comunistas no Brasil... Com documentos originais, fotos, livros e fitas de vídeo, o tesouro estava escondido, por razões de segurança, em Milão, sob a guarda da Fundação Feltrinelli, ligada à esquerda italiana. Com arquivos pessoais de dois comunistas históricos, Astrojildo Pereira e Roberto Morena, a documentação ficará no Centro de Documentação Operária da UNESP, em São Paulo. (VEJA, 20/07/1994)

São vetores que, deixados sozinhos levam ao condicionamento de uma ética pautada nada no imediatismo e no pragmatismo utilitário. Portanto, o centro de documentação ao pensar a educação em suas ações deve utilizar-se dessas habilidades comunicativas para desenvolver uma nova cultura democrática educativa para os novos desafios do século XXI com afirma FLECHA & TORTAJADA (2000).

A educação na sociedade da informação deve basear-se na utilização de habilidades comunicativas, de tal modo que nos permita participar mais ativamente e de forma mais crítica e reflexiva na sociedade. Se pretendemos superar a desigualdade que gera o reconhecimento de determinadas habilidades e a exclusão daquelas pessoas que não têm acesso ao processamento da informação, devemos pensar sobre que tipo de habilidades estão sendo potencializadas nos contextos formativos e se com isso é facilitada a interpretação da realidade a partir de uma perspectiva transformadora. (p.31).

Os centros de documentação, também, são objetos de contínuas reformas, na medida em que tentam seguir um ritmo socioeconômico e cultural da sociedade da informação. Diante dessa situação, a educação nesses espaços deve ser considerada um instrumento útil para a igualdade de oportunidades. Porém, esse posicionamento deve respeitar os diferentes ritmos de aprendizagens, reconhecer a diversidade cultural e as diferentes formas de conhecimento, em defesa da possibilidade de articular práticas educativas em meio aos múltiplos saberes profissionais incorporados às transformações tecnológicas e das comunicações.

Considerar que a questão do saber está diretamente ligada a tudo que uma sociedade manifesta, produz e retira das relações estabelecidas entre si, significa dizer que um trabalho de aproximação educacional entre um centro de documentação e a sociedade se justifica pela seguinte premissa: o emprego de diferentes atividades educativas, atrelado aos objetivos educacionais e institucionais, torna-se um instrumento de trabalho no processo de transformação do saber que qualifica e transforma as relações entre a instituição e a sociedade.

O sujeito que realiza e participa de tais atividades, amplia seu olhar sobre o trabalho de preservação da memória e cria condições que permitem novas formas de atuação em razão da sua participação política e cultural na sociedade. Condições criadas pela sua experiência educacional no centro.

No caso do trabalho histórico e de preservação da memória, essa experiência provém dos aspectos que relacionam a orientação e a investigação realizada pelos espaços de memória e a suscetibilidade de que tudo pode transformar-se em documento, ou de se encontrar um sentido para investigação histórica, seja pelo discurso ou pela relações estabelecidas entre a história e a retórica das instituições e o envolvimento entre os sujeitos participantes. RICOEUR(1999), por exemplo, considera que as relações do discurso e a investigação documental estão representadas em três etapas da operação histórica, como hipótese do seu trabalho:

La investigación documental, explicación y escritura ... Hoy en día asistimos a un creciente divorcio entre las teorías históricas centradas en la noción de prueba y aquellas que prestan mayor atención a los efectos de estilo por medio de los cuales el relato histórico busca una representación del pasado que produzca la ilusión de una presencia real ... La recolección de “fuentes” demuestra suficientemente que la operación histórica, implica, ya desde la investigación documental, una dimensión retórica comparable a la inventio ... la recolección de fuentes tiene un aspecto crítico en el que ya perfila el carácter argumentativo de la historia. La fuente adquiere así un valor documental, y la verificación de un hecho histórico por medio de la convergencia de fuentes puede aspirar a la calidad de evidencia documental.(p.13)

É claro que nos centros de documentação as fontes adquirem um valor documental pela verificação do feito histórico, que validará a qualidade desses materiais como um fio condutor do conhecimento histórico. Entretanto, o argumento de que representar o passado exige estratégias que passam pelas discussões efetivas entre história e ficção; os critérios literários e científicos das pesquisas históricas vêm, mais uma vez, efetivar o seguinte pensamento: para configurar o que “realmente” sucedeu no passado ou suas evidências, é preciso que os profissionais envolvidos nessas discussões organizem um conjunto de acontecimentos, relatados nos documentos e elaborem itinerários possíveis, do ponto de vista histórico, potencializados em objetos desse conhecimento como prova usada para a argumentação investigativa. A correspondência é um exemplo de material que contribui para essas análises.

Meu caro Mário
 Assunção, 18/1/1967

Vai esta para apresentar-te o portador, Juan Carlos da Costa, jovem e muito talentosa figura da jovem inteligência paraguiana. Pertence ao número dos jovens verdadeiramente sérios daqui, foi ativo militante estudantil, antifascista, com muitos sonhos e ambições. Dos bons. Tem participado muito do meu trabalho aqui na Missão e tenho-o em grande apreço, além de ser muito amigo dele.

Como V. pode imaginar, o teu nome aparece todas as vezes em que conversamos de política, arte e outras militâncias e daí advém que o da Costa não se conhece pelo que te v. eu contei, como te aprecia muito pela paixão que conquistastes na cultura brasileira, assim como pela identidade de ideais.

Muito te agradecerá se o atenderes no que ele deseja: fazer uma série de apontamentos gerais sobre a situação das artes no Brasil e ninguém melhor do que V. para isso. O da Costa entrou na V. o que vai acontecer por aqui, o que estamos a o que pretendemos fazer. Estou certo de que V. gostará dele.

Sii que já saiu o teu livro, em dois tomos, segundo me disseram. Infelizmente não chegou até aqui porque os livrinhos brasileiros emitem o grande erro de pensar que

agora no Paraguai - como aliás no resto da América Espanhola - a gente não lê livros em português. Enão que os impede de vender aqui muitos e muitos livros ingleses, franceses e outros línguas das quais se existem traduções em português.

- O Juan C. da Costa entrará na V. as coisas artísticas daqui, especialmente o "caso" da situação dos artistas paraguaios na 4ª Bienal de Situação, feita, não através de um júri, mas sim por... sorteio...

Enão. Como vão passando Mary e Vera?

Eu, extremamente preocupado com Lúcia, dá-la tudo para ver a curad.

Até por princípio de fevereiro desejo viajar para o Brasil, ou de férias ou definitivamente. Espero ir ao Rio e encontrar-me contigo.

Enão, Maria, te agradeço desde já pelo que prometes fazer pelo rapoz na tarefa que o leva ao Rio.

Aqui as coisas na Missão. A propósito: teu nome é tal, não é Hamamati? Desejava saber-te para qualquer oportunidade que apareça aqui para conferências, etc.

Muitas lembranças à Mary e Vera e a V. e um grande abraço muito amigo e saudoso do

Lívio

Figura 3 - Carta de Lívio Abramo para Mário Pedrosa, Asunción (Paraguai), 18 de janeiro de 1967 – Arquivo Mário Pedrosa.

A correspondência apresentada na Figura 3 e as imagens destacadas dos jornais, apresentadas a seguir pelas Figuras 4 e 5, indicam inicialmente itinerários narrativos e histórias que caminham *a priori* em direções diferentes. Entretanto, quando o trabalho educacional dentro da instituição apresenta um tema: “Repressão e arte” como aspectos a serem debatidos no centro de documentação, os documentos aproximam-se de tais discussões pelo viés da complementaridade. As observações, individuais, de cada material, tomam um outro sentido diante da proposta de debate. Um sentido que potencializa os objetos e valoriza a investigação histórica.



Figura 4 – Jornal Notícias de Hoje. São Paulo de 02 de fevereiro de 1955. Os “milagres” de Cosme e Damião: A Polícia Militar, chamada de “Cosme e Damião” pela imprensa do Rio, vem invadindo os morros e favelas cariocas, armadas de “casco-tete”, metralhadoras e bombas, praticando toda a sorte de violências. (Dos jornais). (Transcrição da legenda).



Figura 5 – Jornal Lo Spaghetto, São Paulo, 19 de abril de 1931. Com ilustração de Lívio Abramo sobre a Marcha de Uriburu na Argentina.

Toda a lógica da argumentação que pressupõe ordenar os níveis de concepção das obras históricas e de memória está vinculada a um processo essencialmente investigativo, que relaciona história e ficção por meio de estruturas narrativas, surgidas como modelos capazes de representar o passado. A literatura e o jornalismo, como formas de identificar relações entre o objeto do conhecimento histórico e a consciência subjetiva dos sujeitos envolvidos num passado fixado, são exemplos dessa capacidade de representação histórica, especificamente nos lugares de memória.

O centro de documentação, por sua vez, parece indicar, por meio de sua organização, de preservação da memória e da história, um espaço para representar um passado real, através das atividades realizadas dentro e fora desse lugar, de acordo com a idéia de um passado efetivo, que possui um movimento próprio e que o Centro é capaz de ordenar com singular autonomia.

Nas palavras de CERTEAU(2002) seria necessário responder a seguinte questão: 'O que é uma "obra de valor" em história?'

Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos "objetos" e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma "realidade" passada. É o produto de um lugar. (p.72-3).

Este lugar como figuração do campo histórico, legitima a história, valida o documento e constitui definitivamente os sujeitos do discurso por configurar-se numa entidade "original", determinada a conceber e a comparar modelos de fontes documentais, a fim de conferir valor histórico a uma obra ou resquício material, o que significa um trabalho metódico de reconstituição do passado, pautado numa idéia de fidelidade a essa representação, como um ato explicativo, científico, legitimado academicamente, ou que construa pela mesma força poética, os paradigmas de um imaginário histórico.

Uma história que se inscreve na classe das narrativas, identificando e unindo diferentes narrativas, históricas ou fictícias, podendo substituir uma temporalidade construída pelos procedimentos explicativos da história: o modelo de compreensão das decisões e ações dos indivíduos; as propriedades sociais que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes constituintes do mundo social.

Entre a poesia e a ciência, a história ou o trabalho histórico, configura-se um sistema de composições e aproximações históricas no qual se elabora, se produz uma relação da linguagem com os limites do saber historiográfico, deixando escapar, de forma consciente ou inconsciente, as particularidades e peculiaridades de um lugar que se fala, seja do objeto, das relações de produção, do discurso constituinte da lógica institucional.

Nesse caso, aproximar a educação com o lugar em que se envolve e partilham memórias, não será necessariamente explicar a história do lugar, mas ampliar as possibilidades de analisar a sociedade ou criar condições para que alguma coisa, ainda que limitada, possa ser dita sobre o fazer e o interagir dos lugares da memória como mais um pólo de articulação do saber constituído com a história local de uma determinada comunidade, por exemplo. O resultado desse trabalho pode validar a construção de um imaginário histórico ou a criação poética/literária de uma história que, muitas vezes, é proibida de ser chamada como tal.

As palavras de BENJAMIN (2000), sobre a trajetória histórica da escrita, da leitura, da imprensa e as perspectivas do desenvolvimento tecnológico perante as possíveis mudanças do mundo contemporâneo, em relação às formas de comunicação entre os leitores, são alegorias que se permite utilizar, exemplificando:

Nosso tempo assim como está em contraposto com o Renascimento pura e simplesmente, está particularmente em oposição à situação em que foi inventada a arte da imprensa. Com efeito, quer seja um acaso ou não, seu aparecimento na Alemanha cai no tempo em que o livro, no sentido eminente da palavra, o Livro dos Livros, tornou-se através da tradução da Bíblia por Lutero, um bem popular. Agora tudo indica que o livro, nessa forma tradicional, vai ao encontro de seu fim. Mallarmé, como viu em meio à cristalina construção de sua escritura, certamente tradicionalista, a imagem verdadeira do que vinha, empregou pela primeira vez no *coup de dés*, as tensões gráficas do reclame na configuração escrita ... através disso é possível reconhecer a atualidade daquilo que, monadicamente, em seu gabinete

mais recluso, Mallarmé descobriu, em harmonia preestabelecida com todo o acontecer decisivo desses dias, na economia, na técnica, na vida pública. A escrita que no livro impresso havia encontrado um asilo onde levava sua existência autônoma, é inexoravelmente arrastada para as ruas pelos reclames e submetida às brutais heteronômias do caos econômico. Essa é a rigorosa escola de sua nova forma. Se há séculos ela havia gradualmente começado a deitar-se, da inscrição ereta tornou-se manuscrito repousando oblíquo sobre escrivatinhas, para afinal acamar-se na impressão, ela começa agora, com a mesma lentidão, a erguer-se novamente do chão. Já o jornal é lido mais a prumo que na horizontal, filme e reclames forçam a escrita a submeter-se de todo à ditatorial verticalidade. E antes que um contemporâneo chegue a abrir um livro, caiu sobre seus olhos um tão denso turbilhão de letras cambiantes, coloridas, conflitantes, que as chances de sua penetração na arcaica quietude do livro se tornaram mínimas. Nuvens de gafanhotos de escritura, que hoje já obscurecem o céu do pretense espírito para os habitantes das grandes cidades, se tornarão mais densas a cada ano seguinte. Outras exigências da vida dos negócios levam mais além. (p.27-8)

Uma realidade que Benjamin nos permiti vislumbrar em pleno século XXI, dado os avanços tecnológicos e a pluralidade dos meios de comunicação

O texto a seguir mostra os múltiplos aspectos de uma correspondência.

15 - ABRIL - 1961.

Meu querido

Ando morta de saudades... Recebi uma carta de Luci pedindo que te enviasse o artigo para ser revisto, e aí vai ele. A família vai bem. A bichinha está uma graça sei pelos casos que a Verinha me conta a respeito. Ando ocupadíssima, pois o Fachada me faltou completamente e eu, juntamente com o Jean, trabalhamos noite e dia nos bichos, que, ainda não estão prontos. Fiquei contentíssima com as notícias do sucesso dos ditos cujos e você é o maior pois o Bonino me escreveu uma carta de N.Y, dizendo que a única coisa que conseguiu arranjar para mim, foi a tal exposição na União Pan Americana em Washington.... Que merda seu Lacerda. Queres ser meu marchand? O Barreto está embaixado e deve estar proza toda vida. Continuo legionando diariamente no Instituto dos surdos-mudos. Estou adorando... As vezes acho que as pessoas falam de mais e lá é o oposto.... Outro dia fiz umas experiências para eles com arames e pensei, diante do interesse despertado no momento, que sairiam coisas geniais da parte deles e qual não foi minha surpresa, quando todos eles, sem exceção, fizeram olucos e atualmente eles usam como uma pessoa adulta. Poe, limpam o espaço de dentro como se tivesse vidro e recolocam nos olhos para trabalhar. Ante ontem dei-lhes massa para modelar e todos fizeram uns penis gigantesco: e começou uma pornografia desregrada... era um tal de engulir ou bater com eles na cabeça uns dos outros... culminando a coisa mais surrealista já-mais vista por mim em toda minha vida: entrou na sala uma menininha de um aninho e meio, linda, de cachinhos na cabeça, deram um penis para ela segura, e ela saía, inocência e feminilidade personificada, segurando-o com uma delicadeza como se fosse uma flor saindo no meio dos meninos, que, numa algazarra infernal aos gritos (porque eles gritam e como...) fazendo gestos in-críveis parecendo selvagens de outro planeta... Adoraram Van Gogh, Rosseau, Matisse. Detestaram Picasso e gostaram um pouco de Braque. Mari manda te dizer que te escreveu para Paris mas mandou a carta para o

Na sua multiplicidade literária, mesmo que incompleta e inacabada, um texto como este nos permite compreender as possíveis relações entre a história e a linguagem. Por analogia, o centro de documentação, em reflexões e avaliações contínuas de seus materiais e documentos, a busca de seu reconhecimento epistemológico, como materiais possíveis de investigação histórica, com seus múltiplos aspectos, narrativos, temporais e de relação com as atividades humanas, justificam como “verdadeiras” as narrativas e os relatos considerados representações sobre o passado. A conclusão da carta mostra isso.

FUNDO CEMAP
MP

Consulado. Sergio Bernardes adorou a casa e vai detalha-la. Um tal de Luiz Carlos Peixoto que industrializa-la. Diz ele que faz uma casa para a Bienal numa semana. Hoje, por causa de um artigo do Reinaldo Jardim sobre a casa, chegou na minha casa vindo diretamente para me ver e a casa também, um poeta do movimento 'poegoespaço'. Me disse textualmente que ~~que~~ está mais próxima das experiências deles do grupo néo, sou eu

O Joãosinho está radiante com a possibilidade de expor os painéis na Bienal. Acha que vai ficar milionário... Tudo aqui vai bem. O Carlinhos em plena aventura cheiro século passado, amorosa evidente, neste século.

O Bustamante Sa te adora e fala que você é o tal. Que ninguém pode falar mal de você mais na vista dele que ele te defende pois "que homem direito, honesto e íntegro" ~~você~~... Vou mandar uma maquete para o russo que foi ao espaço dizendo: enquanto você conquista o espaço exterior nós artistas procuramos conquistar o nosso espaço interior..."

Rubem Braga, Cicero Dias todos embaixadores. Como vai o Murilo?

E o doidinho, você o viu? Depois que eu o aconselhei de parar com as depressões lendo Sherl Scot nunca mais teve notícias dele.

Agora está todo o mundo de pijamio (uniforme estipulado pela Janio para todos os funcionários públicos). Fritz vai bem. Quando ele dá algum enguiço Mari morre de alegria, pois assim não pode sair por aí dirigindo.

Você quando voltar e for secretário geral do "conselho nacional de cultura" vai também andar de pijamio?

Te bijamio mil vezes no rosto.

Tua, sempre tua, Lygia "Craque."

Esta reflexão ocorre na carta da artista LIGIA CLARK(1961) ao seu amigo MÁRIO PEDROSA sobre sua inusitada experiência de trabalho realizado num centro para deficientes auditivos e outras questões referentes à política da época.

Na correspondência a artista descreve ambientes, sem deixar de aprofundar-se nas formas e imagens de seus personagens, dando imaginação à cena, pela prosa humorada e imersa numa fantasia literária, comprometida politicamente, que percorre o tempo, a história, a língua e a escrita. Com um valor autêntico, de fazer reter na memória um lugar que permanece e reencontra novos caminhos e itinerários, como forma de rompimento com o passado, permitindo uma integração com o presente e seus agentes.

Percebe-se nesse exemplo a possibilidade de ampliar espaços para discussões, interpretativas dos sujeitos das histórias registradas nos documentos e agora vivenciadas pelos profissionais e participantes nas instituições. Dessa forma, se pode viabilizar também trabalhos educacionais, valendo-se da inserção de mecanismos que permitam além do trabalho de conservação e preservação de materiais no centro de documentação, a sua articulação educativa e interativa despertada pelos aspectos literários existentes em determinados materiais.

Este trabalho se torna, também, mais um elemento educacional que pode ser interpretado dentro do âmbito da organização do trabalho histórico, que referencia o passado, suas evidências históricas encontradas na documentação disponível, um passo para suscitar interesses múltiplos dos indivíduos e seus grupos sociais, e de interação com esses documentos pelas experiências na tentativa de elucidar as suas próprias razões de agir.

Para tecer, por meio de uma ação educativa, as tramas que desvelam o real, é condição buscar na história, seja da localidade, dos interesses comuns dos seus interlocutores, uma possibilidade de reelaboração simbólica, tendo em vista a transformação deste real ou o reconhecimento do processo de análise da realidade, para que seja possível, pelos interesses ligados à preservação e à memória, aguçar o interesse das pessoas pela sua própria realidade e despertar a curiosidade para sua própria história.

Evidentemente, o incentivo e a possibilidade de uma aproximação educacional dentro de um espaço de investigação sobre a memória social e localizada de

determinados grupos, propicia um trabalho interdisciplinar pela diversidade de ações profissionais que um espaço como esse oferece. Tudo se concentra nas práticas aplicadas e nos objetivos previamente estabelecidos pela instituição. Explicitar para seus participantes, por exemplo, como seus caminhos metodológicos, de reconstrução histórica e memorial, são realizados, é uma forma de possibilidade educacional. A busca e o interesse por questões referentes à tradição, à memória e à história de determinados grupos e a aproximação da sociedade e seus participantes com o trabalho de constituir novos espaços de pesquisa e compreensão no fazer educativo, sobretudo considerando os aspectos históricos, culturais, sociais e políticos de cada época, também, são elementos integrantes do trabalho de conhecer e envolver a comunidade no processo de desenvolvimento educativo institucional.

Um exemplo emblemático nos últimos anos foi a aproximação de determinados grupos, movimentos e pessoas interessadas em incorporar ao CEDEM seus acervos particulares. Talvez pela identificação com a formação do acervo e alguns dos trabalhos realizados pela instituição. A exemplo desta afirmação, atualmente está sob custódia do CEDEM, parte do acervo iconográfico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Um acervo importante dentro do contexto político e social das últimas décadas pela própria trajetória do Movimento e suas implicações no processo de construção do conhecimento compartilhado entre pesquisadores, professores, alunos e a comunidade, em face da diversidade, do desenvolvimento e das múltiplas possibilidades de reflexões que o Movimento trouxe para compreender melhor as transformações das práticas sociais e educativas existentes no país.

Pode-se perceber que a aproximação do MST com o CEDEM é de identificação, tanto dos sujeitos do movimento, como dos organizadores do CEDEM. O MST é um movimento político que merece registro efetivo, reconhecimento cultural, legitimidade social. O caráter educativo do Centro e a possibilidade de se ter no acervo um conjunto de documentos do MST estão exatamente no fato de se verificar, tanto no MST quanto no CEDEM, a marca da construção da memória, como ato contínuo e contíguo ao desenvolvimento social da luta desses trabalhadores, numa perceptível referência direta ao fato de que o MST se utiliza de formas disponíveis na comunicação para ter visibilidade, estar presente no cotidiano das pessoas, ser um movimento que constrói sua identidade, e utilizando-se de recursos próprios de diferentes culturas de classe, o

que inclui a constituição de um arquivo histórico simultaneamente à configuração de suas ações políticas e sociais.

Seguem-se alguns cartazes (Figuras 6 e 7) disponíveis no acervo do MST que, por questões temporais, causam em alguns a lembrança do movimento; em outros a estranheza e talvez uma rejeição pelo caráter ideológico que contém; em outros, ainda, a surpresa sobre o período que é tão atual, mas paradoxalmente, já é também passado.

Evidentemente que os cartazes não trazem isoladamente contribuições diretas para o fazer educacional ou educativo do Centro, visto que, eles continuam sendo documentos de uma história recente. Entretanto, ao serem identificados e contextualizados sob outros aspectos, por exemplo, da democracia, da participação dos grupos para o favorecimento dos princípios democráticos, é possível compreender mediante um conjunto de significados manifestos na gestão educacional do material iconográfico, disponível do Centro, as contribuições da diversidade social para o trabalho educativo, por isso uma rua de mão dupla.



Figura 6 – Conflitos sociais e os direitos humanos. Acervo de cartazes do CEDEM Fundo MST.



Figura 7 - Liberdade aos presos políticos. Acervo de cartazes do CEDEM

A aquisição desse acervo é um trabalho realizado pela formação de parcerias entre docentes colaboradores da UNESP, integrantes do Movimento e profissionais do próprio CEDEM, que verificaram possibilidades de formar mais um espaço para novos

debates, aproximações entre o fazer profissional, as perspectivas de trabalhos informativos, educacionais dentro do Centro, e equipar-se para desenvolver e garantir o enriquecimento nos debates políticos e sociais do país, garantindo seu papel mediador e colaborador nas relações educativas.

Um trabalho de reflexão sobre as relações entre o “eu” e o “outro”, seja um movimento social ou membros de determinadas comunidades, configura-se em proposta de experimento para a vivência ativa e participativa dentro do Centro, vinculado às práticas diárias e expressas no fazer técnico/profissional do CEDEM, manifestos nas diferentes linguagens e modalidades de investigação e do trabalho realizado.

Para perceber o papel do Centro de Documentação e como os profissionais/pesquisadores organizam-se, é preciso compreender esses profissionais, também como educadores, que podem ser engajados aos projetos que façam valer a afirmação de que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens de hoje, as experiências do passado. (BOSI, 1983, p.17). Entretanto, essa possibilidade educacional deve ser analisada de acordo com a capacidade institucional que um centro de documentação tem de reconstituir um passado, incorporando em seus procedimentos concepções mediadoras do trabalho educativo para permitir vislumbrar novas alternativas para a educação no futuro.

O TEMPO PRESENTE NAS ORGANIZAÇÕES DOS ACERVOS

A ação de preservar possibilita um relembrar. Este relembrar também passa por um processo de releitura dos fatos, dos acontecimentos do passado organizados em determinados espaços, como os centros de documentação. Torna novas idéias em novas reflexões que justifiquem a compreensão das interações subjetivas e objetivas de rever a história, não exclusivamente pela organização, e reprodução da realidade material acondicionada nesses centros, porém, que sublinhem a importância da educação nos processos de conhecer o passado e suas relações com o futuro.

Mediada pela necessidade de dar sentido ao presente em suas relações com o passado, os centros de documentação ao determinarem seus grupos, acontecimentos e materiais a serem preservados, delimitam e caracterizam suas fronteiras por meio de uma história baseada em fontes que revelam ao seu interlocutor uma porta de entrada

para ambientes mais profundos de investigação social, cultural e histórica. Assim, o centro de documentação pode oferecer um campo de investigação que não privilegie apenas a pesquisa histórica e social, mas amplie suas ações para campos que contribuam para o seu desenvolvimento e intercâmbio com outras áreas.

Essa necessidade de dar sentido ao mundo pelas relações estabelecidas entre o passado e o presente, AUGÉ (1994) chama em seus estudos antropológicos de “supermodernidade”.

Essa necessidade de dar um sentido ao presente, senão ao passado, é o resgate da superabundância factual que corresponde a uma situação que poderíamos dizer de “supermodernidade” para dar conta de sua modalidade essencial: o excesso.

Cada um de nós tem, ou pensa ter, o emprego desse tempo sobrecarregado de acontecimentos que atravancam tanto o presente quanto o passado próximo. O que, observamos, só pode tornar-nos ainda mais solicitantes de sentido. Prolongamento da esperança da vida, passagem para a coexistência habitual de quatro e não mais de três gerações provocam progressivamente mudanças práticas na ordem da vida social. Porém, paralelamente, eles estendem a memória coletiva, genealógica e histórica, e multiplicam para cada indivíduo as ocasiões em que pode ter a sensação de que sua história cruza a História e que esta se refere àquela. Suas exigências e decepções estão ligadas ao reforço dessa sensação. (p.32)

Essa sensação de compreender o presente que decorre de alguns elementos que dão sentido ao passado, é reforçado num centro de documentação por uma proposta que é evidenciada com base no caráter permanente de uma educação inacabada dentro desses espaços, que sugerem um saber relativo e pontual em função de seus objetivos: o contexto estudado e a forma como se relaciona com o outro e com o mundo.

A mesma lógica que leva o homem a se tornar um ser atuante, na medida em que percebe e analisa as relações de poder existentes entre as instituições. A percepção e reinterpretação, desse sujeito, torna-se possível porque aproximações são realizadas entre o mundo do trabalho e o mundo da ação política.

O Centro de Documentação e Memória da UNESP se posiciona no panorama da história política ao constituir a organização do acervo a ser tratado, sobretudo, quando aparece num contexto político institucional em nível nacional. Uma dupla tarefa de assegurar por meio de suas necessidades técnicas e organizacionais, políticas

abrangentes que legitimem seu fazer e sua existência, uma vez que anuncia pelo seu trabalho experiências histórico-sociais.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DOCUMENTAL: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Ao considerar que o homem torna a sua realidade objeto de seus conhecimentos pelo viés educacional e suas práticas que perpassam os espaços geográficos e históricos, os centros de documentação tornam-se também espaços de continuidade que legitimam os estudos sobre o patrimônio. Para CHOAY(2001),

A conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares ... Contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significa, no entanto, querer conservar as primeiras. A história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde, de modo algum, com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua proteção. As duas aventuras são todavia solidárias. Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante. Ela é o resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa entre três figuras(ou abordagens) sucessivas da cidade antiga. (p.179-80).

Essas três figuras são chamadas de memorial, histórica e historial.

A figura memorial atribui à arquitetura doméstica, constitutiva da malha urbana como elemento de valor que possui. São as continuidades que perfilam habitações modestas, canais, ruas, palácios e colégios que formam um conjunto que poderá ser considerado como monumento histórico.²⁹

²⁹ A figura memorial aparece na Inglaterra, saída da pena de Ruskin. Já no começo da década de 1860, exatamente na época em que tem início as “grandes obras de Paris”, o poeta de *Pedras de Veneza* insurge-se e alerta a opinião pública contra as intervenções que lesam a estrutura das cidades antigas, isto é, sua malha. Para ele, essa textura é a essência da cidade, de que ela faz um objeto patrimonial intangível, que deve ser protegido incondicionalmente (CHOAY, 2001, p.180) .

A figura histórica está vinculada a questões referentes à tomada de consciência das dimensões técnicas, econômicas e sociais da transformação da sociedade industrial e da necessária transformação espacial que ela implica.³⁰ A relação estabelecida entre a estética e técnica do progresso que modela o mundo.

A figura historial caracteriza-se como precursora de um novo modo de observar a conservação dos conjuntos antigos, tanto para a história, quanto para a arte e para a vida presente.³¹ Adquire o valor e sentido de urbanização, o primeiro momento em que as intervenções e estudos relacionados às cidades são considerados e denominados como estudos do patrimônio urbano.

Considerando as questões educativas, no caso do trabalho de aproximação do centro de documentação com o trabalho educacional, o patrimônio urbano nesse caso não poderá ser desconsiderado. Pelo contrário, deverá romper com as relações científicas e acadêmicas, na medida em que a curiosidade de seus participantes torna-se uma inquietação e indaga o fazer institucional. Para obter novas relações e conhecimentos que justifiquem o trabalho histórico como manifestação das experiências socialmente construídas e reconstruídas, nos centros de documentação o trabalho educacional permite outras aproximações, surgidas do fazer histórico por meio das discussões referentes à arquitetura, ao patrimônio e à cidade. Estas relações educativas não se dão apenas com os outros, mas no mundo, com o mundo e pelo mundo (FREIRE, 1981, p.30).

Em razão desta análise, o que justifica um lugar de memória e sua aproximação educacional é a relação estabelecida com este mundo histórico-social, produto da *práxis* humana, que se volta sobre o homem, manifestada por um mundo de fatos, acontecimentos, valores, idéias e instituições, e suas linguagens, significados, sinais e símbolos.

³⁰ A segunda figura encontra uma expressão privilegiada na obra do arquiteto e historiador vienense Camilo Sitte (1843-1903). A cidade pré-industrial aparece então como um objeto pertencente ao passado, e a historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea é assumida em toda sua extensão e positividade. Essa visão é, pois, absolutamente contrária à de Ruskin ... a cidade antiga, tornada obsoleta pelo devir da sociedade industrial, nem por isso deixa de ser reconhecida e constituída de uma figura histórica original, que requer reflexão. (2001, p.182)

³¹ A figura historial pode ser definida como a síntese e a superação das duas precedentes. Ela constitui o alicerce de toda indagação atual, não apenas sobre o destino das antigas malhas urbanas, mas também sobre a própria natureza das formações que ainda hoje chamamos cidades. Essa figura apareceu, sob uma forma ao mesmo tempo acabada e precursora, na obra teórica e na prática do italiano G. Giovannoni (1873 – 1943), que atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território. (p.194).

O CEDEM apresenta uma aproximação entre os estudos referentes à cidade, ao patrimônio e à arquitetura por agregar, de acordo com o ponto de vista social e geográfico, alguns aspectos que privilegiam ainda mais estudos educacionais de outros profissionais e outras áreas, como aqueles historiadores especialistas em arte e arquitetura.

Hoje situado na Praça da Sé, o CEDEM tem o privilégio de poder articular ações possíveis por meio de atividades que podem ser criadas em torno de sua localização. Um exemplo prático dessas ações está na possibilidade de privilegiar toda a praça e alguns monumentos de suas janelas, como o “marco zero” da cidade.³²

Não é o mais belo, mas apresenta-se como o mais funcional dos monumentos paulistanos e peculiarmente da Praça da Sé. Ali foi mais implantado do que erigido no dia 18 de setembro de 1934 ... É um prisma hexagonal, de mármore, implantado numa plataforma de dois degraus de granito. O marco está orientado de forma que o ângulo marca a direção da rodovia tronco que dá acesso ao Estado demandado, simbolicamente representada. Paraná, uma araucária. Santos, um navio. Rio de Janeiro, o Pão de Açúcar. Minas, material de mineração, entre eles uma lanterna. Goiás, uma bateia. Mato Grosso, atributos das bandeiras.

A exemplo de São Paulo, outros Estados passaram a adotar em suas capitais o “Marco Zero”. (FERREIRA, 1971, p.128-29).

Quanto ao patrimônio, a Praça da Sé e algumas de suas imediações estão cercadas de construções do final do século XIX em bom estado de conservação, mas que, infelizmente, não são tombados por não se constituírem em um conjunto arquitetônico, condição expressiva para que seja tombado, segundo atuais critérios de uma política patrimonial.³³

O prédio onde está localizado o CEDEM, é uma construção já do início do século XX, onde funcionou o Palacete São Paulo, um prédio comercial até a década de 1960. Ali foi também a sede da reitoria da UNESP e hoje funciona a Editora da UNESP, o CEDEM e outras repartições vinculadas à Universidade. Portanto, os múltiplos significados pelas

³² Em São Paulo, o bairro da Sé foi a semente de tudo que brotou depois. Até onde chegava o dobrar dos sinos gente erguia moradias. Continuou sendo o exemplo para todas as soluções generalizadas. A começar pelo crescimento para o alto. Aparentemente os recenseamentos marcaram diminuição constante da população da Sé. De 25 mil almas há um século passou a 12 mil em 1920, tinha 8.682 pelo recenseamento de 1960. Por estimativa, 8.707 em dezembro de 1964. Hoje deve ter menos residentes. Porque as moradias cederam lugares aos prédios de escritórios, oficinas, cartórios, consultórios, lojas de toda sorte. FERREIRA (1971)

³³ Há apenas uma única rua no centro de São Paulo que todos os seus imóveis são tombados: a rua do Comércio. Esta rua localiza-se também no centro antigo da cidade.

histórias em torno do Centro, e da sua própria estrutura física sugerem outras aproximações educacionais que podem auxiliar no recontar a história do lugar.



Figura 8 – Praça da Sé – Palacete São Paulo ao fundo

A partir da década de 1920, os acontecimentos políticos, como por exemplo as revoluções de (1924 a 1930), a constitucionalista de 1932 e o reflexo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) não interromperam em sua totalidade o crescimento da cidade.

A área urbana aumentava cada vez mais, bem como, as perspectivas inovadoras de uma cidade que crescia e posicionava-se como uma capital econômica e cultural do Estado e do país. A Praça da Sé dava demonstração dessas mudanças.



Figura 9 – Praça da Sé em 1952

A Praça da Sé foi um espaço movido pelo crescimento populacional e econômico da cidade de São Paulo. No começo do século XX, com o cenário do ciclo do café. A concentração dos empreendimentos nas grandes cidades, com o objetivo de incentivar a imigração, trouxe para São Paulo a formação de um mercado potencial de consumo.

A indústria que nasce com o desenvolvimento da cidade faz surgir mudanças significativas nas cidades e a praça da Sé passa a ser e ter seu desenvolvimento como uma cidade cosmopolita deixando de ser área exclusivamente residencial.

Até metade do século XX as grandes dimensões da cidade retratam o papel de eixos de implantação industrial no interior da cidade. Um movimento que posteriormente gerou problemas urbanos com proporções e dimensões incontestáveis. A Praça da Sé também acaba sofrendo junto com a cidade que cresce em seu contingente e interesses, que marcam cada época.



Figura 10 - Atual prédio onde está localizado o CEDEM-2004 .Antigo Palacete São Paulo

As Figuras 8, 9 e 10 apresentam Praça da Sé respectivamente, em 1924, 1952 e 2004 tendo ao fundo o Palacete São Paulo. Prédio onde está localizado hoje o Centro de Documentação e Memória da UNESP - CEDEM.

As várias mudanças que ocorreram na Praça da Sé, ao longo dos anos, mostram que ocorreram disputas entre diferentes segmentos da sociedade, para uso e apropriação deste espaço urbano. Uma luta travada pelos interesses econômicos e políticos de determinados segmentos da sociedade paulistana, que concentraram em suas mãos o direito à propriedade, favorecendo seu domínio social e político, relegando aos trabalhadores, que sempre estiveram à margem deste lugar, um espaço para o trabalho e o comércio. Esse operariado que no contexto social e industrial ficou na periferia do crescimento urbano.

Na cidade, o centro, tornou-se um espaço de passagem, de trabalho, de comércio. Porém, ganhou conotação de lugar com um ideário de concentração de movimentos sociais e políticos durante o século XX.

Por intermédio dessa análise, da verificação dos confrontos existentes, dos fatos acontecidos, se aprende a conhecer as consequências sociais indiretas e mais remotas dos contextos urbanos da cidade, a sua interferência nas ações do presente, seus sujeitos e instituições.

No caso da Praça da Sé, mesmo que tenha em sua história as marcas das contradições estruturais do ponto de vista econômico e social, não viu diminuir o seu espaço como lugar de integração de pessoas e do processo de crescimento urbano.

Um centro de documentação que está localizado na Praça da Sé tem em seus acervos a história de vida de grupos que sempre estiveram à margem dos acontecimentos e das dinâmicas da cidade ou no subterrâneo da memória do lugar, e agora, simbolicamente se posiciona e se instala num local de acesso, de história e envolvido pela movimentação urbana, com o compromisso de aproximar-se e envolver-se com a constituição e evolução de seus espaços.

A DURAÇÃO

Neste universo, técnico e historicamente construído, que tende à cristalização, criado e definido pelos aspectos temporais de organização e linguagem, os centros de

documentação, na medida que interagem com o mundo, como uma instituição social que se renova em suas estruturas e ações, refletidas pelas mudanças técnicas, políticas, culturais e também educacionais, tendem a aplicar e efetivar uma idéia já caracterizada pelos lugares de memória – a duração.

O conceito de duração é o resultado da ação e do trabalho que pretende resgatar, na dinâmica social, elementos que constituam sua estrutura e caracterizem a compreensão do contexto histórico e sua relação com o tempo vivido pelos homens na formação da realidade.

Para BERGSON (1979), a duração é uma forma de pensar as coisas remetidas aos seus conceitos, organizados entre si, com o objetivo de chegar a uma idéia das idéias, pela qual se imagina que tudo se explica.

Na verdade, ela não explica muita coisa, primeiramente porque aceita a subdivisão e a repartição do real em conceitos que a sociedade consignou na linguagem, o que foi feito na maior parte das vezes visando simplesmente à comodidade; em segundo lugar porque a síntese que esta idéia das idéias opera de seus conceitos é vazia de matéria e puramente verbal. Pergunta-se como este ponto essencial escapou a filósofos profundos, e como puderam eles crer que caracterizavam, fosse o que fosse, o princípio erigido por eles em explicação do mundo, embora se limitassem a representá-lo convencionalmente por um signo(p.126).

Perceber o CEDEM em sua simbologia significa, neste trabalho, refletir sobre sua potencialidade em educar pela memória.

Se o CEDEM se define como um espaço para constituição da memória, cada um de seus trabalhos e cada ação ali desenvolvida são a ocorrência da educação pela memória, na medida em que promove debates, exposições, arcabouço técnico para a demonstração de seus propósitos educacionais. Os profissionais do próprio centro e seus usuários misturam-se nestas ações educacionais e é essencial perceber tudo isto no contato com a cidade, rua e prédio em que o CEDEM está localizado. Não interagir com a população que circunda e passa naquela região significa o fechamento para sua relação com a cidade, ou seja, retira e esvazia em partes seu caráter educacional, o CEDEM com o seu meio.

O processo de aprendizado neste espaço é caracterizado pela lógica que acumula saberes, mas, ao mesmo tempo, precisa romper com regras, porque a relação

tempo/história não permite um único caminho para as reflexões em relação às fontes de pesquisa, com as quais algum diálogo e interpretações são mantidos e elaborados constantemente.

É necessário articular as informações contidas nas fontes disponíveis, considerando as possibilidades variadas de observação, procura e uso dos documentos e ainda um trabalho longo de observação e escuta.

Quando oferecidos aos sujeitos, esses recursos de aproximação educacional evidenciam uma movimentação percebida pelo trabalho organizacional dos materiais que se tornam instrumentos de produção na mão de um grupo social.

Para tornar concreta essa idéia de relação entre sujeitos, objetos e lugares da memória, pode-se recorrer a proposta de trabalho trilhada por outros estudos que estabelecem relações entre os lugares e seus aspectos mais concretos de reconstituição do fazer do outro e suas interações entre o passado, presente, o futuro e a educação como instrumento de análise. Como, por exemplo, o papel das cidades como espaços educativos.

Parece bastante patente que en las dos primeras etapas iban a aparecer unas nuevas formas de organización de la vida social y política, que trancedían a las ciudades, sin que los terapeutas politicoeducadores fueran demasiado conscientes de la situación.³⁴ Com el helenismo sobrevendrían los imperios y con el Renacimiento los estados nacionales fuertes. Ni la polis griega, ni la civitas romana ni la città, ciudad renacentista, parecían contener com sus ya constreñidos trajes la complejidad social cuantitativa y cualitativa, que progresivamente iba emergiendo. Las ciudades persistieron, pero debieron transformarse y abrirse a dimensiones más amplias, no se sabe si para bien o para mal: la realidad histórica no tiene moralidad ni debe ser interpretable ideológicamente sin caer en nun historicismo interesado. Qué nos deparará el futuro en relación a la ciudad y com ésta como educadora? La historiografía no da para futurologías, pero en cualquier caso nuestro pasado reciente y el presente vienen aportando algunas realidades, tendencias e indicaciones que pueden alertar y prevenir de que han de cambiar y transformarse internamente muchas cosas en nuestras ciudades para hacerlas habitables y que la educación, tanto social, informal, comunitaria,

³⁴ Ao referir-se às idéias e a realidade das cidades como educadoras em épocas históricas de crise e transformação exemplifica, por um lado, o final da Grécia Clássica e o começo do helenismo (século IV a II a.C. aprox.); o Renascimento europeu, boa parte do século XIX e toda segunda metade do século XX, como momentos decisivos e de mudanças nas cidades (ORTEGA ESTEBAN, 1990, p.93).

permanente y ambiental como formal y institucional deben adquirir un notable protagonismo en la organización de la convivencia en la ciudades.(ORTEGA ESTEBAN, 1990, p.93)

Percebe-se com essas afirmações e questionamentos que se caminha para análises mais amplas que perpassam o universo das instituições e todas as possibilidades de existir entre a educação e a vida nas cidades, um universo educador. Neste caso, a cidade é um elemento importante na relação educacional com as técnicas de trabalho realizados no Centro de Documentação.

La ciudad es por lo tanto también una herramienta para hacer frente a los retos evolutivos que provoca: la ciudad máquina de crear información y de educar a sus miembros. La ciudad contribuye de dos modos al tratamiento de los conflictos que há creado: produciendo nueva información – nuevos modos de comportamiento cívico-social – o transmitiendo esa información a todos los ciudadanos indiscriminadamente – educando a todos los sujetos que viven en las condiciones que ella crea. (PUIG ROVIRA, 1989, p.190-1)

Tal relação será percebida quando analisadas as ações sistemáticas e efetivas das instituições e suas relações com a cidade em que realizam seus trabalhos. Outras evidências empíricas também são importantes para constatar a forma de trabalho educativo que as instituições realizam. Analisar, por exemplo o contexto histórico geral do lugar, suas características, as tradições e redes de comunicação existentes entre o fazer institucional e a vida da cidade, são questões que podem ser formuladas neste contexto.³⁵

O CEDEM localiza-se num espaço central da cidade, que envolve grandes comércios, monumentos históricos da cidade de São Paulo, espaço de grandes e constantes manifestações políticas. Divide com outras instituições, espaços de cultura e entretenimento artístico e literário. Hoje, o centro da cidade, em torno da Praça da Sé abriga também universidades, faculdades e instituições públicas, além de ser também um espaço de interligação dos transportes urbanos, o que implica uma quantidade grande de passantes pelo local. Com essas características e quantidade de possibilidades

³⁵ Não é possível pensar que o Centro de Documentação e Memória da Unesp – Cedem, esteja fora dos debates que envolvem questões pontuais sobre as discussões públicas de urbanização do centro da cidade de São Paulo. Como, por exemplo, verificar as possibilidades de estar inserido nas visitas e roteiros históricos da região.

de envolvimento que a cidade oferece, o CEDEM tem um compromisso com este movimento.

Um compromisso que merece interatividade, que desenvolva novas parcerias, que envolva instituições e transeuntes. Uma forma de legitimação e integração da história que se preserva naquele lugar e um intenso florescimento de resgatar histórias que estiveram sempre à margem daquele lugar, uma forma de representar uma variante popular também.

Num centro de documentação, organizar os materiais históricos, de memória e lembranças colhidas ao longo dos anos é um trabalho que merece alguns destaques quanto às atividades desenvolvidas por seus profissionais. Cada trabalhador envolvido no processo de organização material de um centro de documentação é também um elemento dinamizador do processo sociocultural dentro da instituição. Ao sistematizar cada item de forma que se criem núcleos de informações materiais disponíveis para o uso e consulta, esses profissionais concebem um primeiro passo para o dinamismo que supõe a estrutura conceitual e científica do centro de documentação: a organização e a disponibilidade de materiais históricos para pesquisa, como um campo profissional que abre novas possibilidades para o trabalho voltado à ciência, à educação e à cidadania.

Quanto aos assuntos referentes à ciência, insere-se no desenvolvimento de pesquisas de cunho histórico, que justifique a organização material e as informações que ficam disponíveis aos participantes do Centro. Em relação à educação, pode-se dizer que o trabalho de organização e uso dos materiais organizados e disponíveis na instituição requer um aprendizado, uma orientação e, por isso, não pode deixar de envolver-se com os preceitos educacionais, que não ficam apenas apontados nessas questões, ampliadas conforme inserção dos programas educativos e o envolvimento com a sociedade. A cidadania finalmente é o complemento para o trabalho das aproximações educacionais desenvolvidas no Centro de Documentação, uma vez que pode oferecer concretamente uma análise entre os espaços do saber legitimados de formação, como as escolas e as universidades, dando subsídios para os debates referentes aos problemas sociais e urbanos, atendendo aos interesses dos cidadãos perante a complexidade da vida social.

Um exemplo emblemático desta aproximação do CEDEM com as questões referentes ao espaço que ocupa, está na sua relação com movimentos urbanos e

organizações que realizam um trabalho de reconstrução do centro da cidade de São Paulo. Em conjunto com outras entidades, incluindo-se órgãos públicos tentam resolver problemas e questões sociais que se ampliam em torno do centro da cidade.³⁶

Para constituir de fato, essa aproximação potencial entre o centro e as ações educativas e de cidadania, são prerrogativas importantes a formação de profissionais qualificados para o desenvolvimento das atividades propostas pelo centro de documentação, que justifique um trabalho que aproxime o saber profissional do saber educacional. No CEDEM há possibilidades de ações multidisciplinares pela formação variada de seus profissionais e colaboradores.

AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, INSTITUCIONAIS E O TRABALHO EDUCACIONAL NO CEDEM

O trabalho realizado no CEDEM é uma combinação de ações que se justificam nos projetos realizados pela equipe, na forma individual de pesquisa ou nos trabalhos coletivos, em parceria e com apoio de professores da UNESP e de outras instituições.

O conjunto dos profissionais que compõem a equipe CEDEM possui a seguinte formação: historiadores, sociólogos, tecnólogos, especialistas nas áreas de Arquivologia, Informática e Administração. Conta com mestrandos na área de Educação e doutorandos na área de História e Sociologia. Os estagiários também compõem um núcleo que propicia aos trabalhos uma textura multidisciplinar. São estudantes das áreas de História, Educação Artística, Teatro e Música, a maioria vem do Instituto de Artes da UNESP, o único campus na capital.

Os projetos são importantes no desenvolvimento das atividades e divulgação do Centro dentro e fora da Universidade. Seus organizadores são docentes da UNESP ou colaboradores de fora da Universidade. Seguem alguns temas e seus colaboradores:

- *Dicionário de Reforma Agrária no Brasil* – FCT/ UNESP – Campus de Presidente Prudente – Colaborador: Professor Bernardo Mançano Fernandes.

³⁶ A Associação Viva o Centro, é uma organização que é reconhecida como entidade de utilidade federal, estadual e municipal, que em decisão com a comunidade e seus representantes trabalha para mobilizar o poder público e a sociedade pela recuperação da área com o objetivo de torná-la cada vez mais importante para a cidade de São Paulo em todos seus aspectos (www.vivaocentro.org.br).

- *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a construção da história diplomática* – FHDSS/ UNESP – Campus de Franca – Colaboradora Teresa Maria Malatian.
- *Globalização e sustentabilidade: aspectos políticos, sociais e econômicos.* – FFC/ UNESP – Campus de Marília. Colaborador: Professor Tullo Vigevani.

As assessorias técnicas são outras atividades oportunas para aprimorar o trabalho realizado pelo CEDEM e uma forma de apreender novos conceitos sobre o trabalho de organização do patrimônio e da memória biobibliográfica, documental e institucional existente fora da UNESP, em outros setores e outros campos do conhecimento.

A exemplo desses trabalhos destacam-se:

- Assessoria ao Instituto de Estudos Brasileiros/USP para construção de sistema de catalogação do arquivo permanente do Fundo IEB;
- Desenvolvimento do Projeto “Informatização do acervo do Arquivo Histórico Municipal”. Um trabalho de cooperação técnica entre Cedem e a divisão do Arquivo Histórico Municipal/Departamento de Patrimônio Histórico e Secretaria de Cultura do Município de São Paulo.³⁷

A ação de cada profissional, a participação de cada consulente, usuário dos diversos segmentos da sociedade, envolvidos no processo de organização desse material, é capaz de intervir nas relações que o Centro estabelece com a comunidade, ao tornar os documentos disponíveis pela escolha e contribuição de todos no trabalho. Essa cooperação significa a resistência que mantém vivo o significado histórico e cultural do trabalho de preservar memórias para as novas gerações em suas inquietações futuras, amplia as ações do Centro tendo em vista a possibilidade do trabalho multidisciplinar e ainda promove o fazer político e social de cada Centro, no presente.

Nesse sentido, ao verificar as possibilidades de estudos educacionais nos centros de documentação, percebe-se em que medida a educação distancia-se dos objetivos principais dos centros, por ser reduzida ao treinamento em favor das experiências técnicas ou dos saberes científicos. Uma prática que desautoriza toda e qualquer possibilidade de mudança estrutural por ações deterministas e institucionais.

³⁷ Texto do convênio em tramitação na Secretaria de Cultura e na Assessoria de Relações Externas da UNESP.

O que não impede os educadores de tentar aproximar ações, que inicialmente parecem impossíveis, dos desafios que instigam cada problema a ser resolvido entre o saber institucional e os interesses humanos que legitimam cada pesquisa histórica e educacional, ou educacional e historicamente possível.

Só é possível, inclusive, falar em ética se a escolha advém da capacidade de comparar, se há responsabilidade assumida. É por estas mesmas razões que nego a desproblematização do futuro a que sempre faço referência e que implica sua inexorabilidade. A desproblematização do futuro, numa compreensão mecanicista da história, de direita ou de esquerda, leva necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança. É que, na inteligência mecanicista, portanto determinista da história o futuro é já sabido. A luta por um futuro já conhecido *a priori*, prescinde de esperança. A desproblematização do futuro, não importa em nome de que, é uma ruptura com a natureza humana social e historicamente constituindo-se. (FREIRE, 2000, p.56)

De modo que o rompimento com a natureza humana social é a negação dos conceitos historicamente construídos. Como afirma SAVATER (1998), todo conhecimento é transmissão de uma tradição intelectual. Contudo, não há inteligência sem memória, e não se pode desenvolver a primeira sem a segunda. O exercício de recordar ajuda a entender melhor, embora não possa substituir a compreensão quando ela está totalmente ausente(p.148).

A educação preconiza a recordação como elemento para compreensão. Pois, recordar significa questionar-se, posicionar-se com autonomia e intervir diretamente no mundo reconhecendo-se enquanto sujeitos da história. Entretanto, a educação também tem seus limites e sozinha não transforma a sociedade, já que está inserida nos costumes sociais, mas não depende deles, para saber que mudar é possível. ROUSSEAU (1978) não considera educação apenas as propriedades humanas do intelecto, mas este composto de emoções, sentimentos e instintos e isso reflete diretamente nas contradições experimentadas do conhecimento humano. Como, por exemplo, afirma, ao referir-se às artes e às ciências:

Que faríamos das artes sem o luxo que as nutre? Sem as injustiças dos homens, de que serviria a jurisprudência? Que seria da história, se não houvesse nem tiranos, nem guerras ou conspiradores? Numa palavra, quem desejaria passar a vida em contemplações estéreis, se cada um, não consultando senão os deveres do

homem e as necessidades da natureza, só desse seu tempo à pátria, aos infelizes e a seus amigos? Somente esta reflexão deveria dissuadir todo o homem que procurasse seriamente instruir-se pelo estudo da filosofia.(p.343)

Seguindo essa lógica, o que seria da educação sem as relações humanas? O pensamento educacional resulta das relações individuais e coletivas que se estabelecem e formam a sociedade. Cabe afirmar que: mesmo a educação baseada nas relações mais desprendidas das convenções sociais estabelecidas, como por exemplo no aprendizado pela oralidade indígena, provem de relação humana, baseada em convenções que se estabelecem de acordo com os grupos e cultura a que pertencem. Portanto, relacionar premissas quanto a memória e história no mundo do trabalho ao mundo da educação, aproximando-as, tornando-se fonte de novos debates e discussões significa reconhecer um permanente movimento que se constitui social e historicamente em relação a nossa inerente capacidade de intervir no mundo, em virtude do suporte permitido pelo trabalho científico.

Essas combinações podem resultar em outros debates, entretanto, sempre fornecerão elementos para exemplificar historicamente o trabalho educativo. O caráter empírico da educação por exemplo, na relação entre a escrita e a história em seus aspectos interpretativos como fundamentos de uma experiência educativa ou de um pensamento educacional refletem diretamente a possibilidade de desvelar a atividade cultural humana.³⁸

Por isso, não depende exclusivamente do centro de documentação estabelecer as relações de aproximação educacional, mas fazê-las reaparecer pela tentativa das práticas existentes, não necessariamente pelas determinações oficiais e finalidades institucionais. A ação educativa como prática experimental nesses lugares de memória, precisa contribuir, mesmo que inicialmente, com indicativos que reforcem o trabalho de organização, preservação e conservação da memória, mesmo que seja iniciada pelo trabalho de compreender a escrita e suas representações e contextos em face dos aspectos históricos e sociais propostos.

³⁸ VIGOTSKI, em seu livro, *A formação social da mente*, quando se refere ao conhecimento educacional e às relações observadas em determinados grupos, afirma que: o brinquedo de faz-de-conta, o desenho e a escrita devem ser vistos como momentos diferentes de um processo essencialmente unificado de desenvolvimento da linguagem escrita. O que pode parecer de certa forma exagerado. As descontinuidades e os saltos de um tipo de atividade para outro são muito grandes para que as relações se tornem, de imediato, evidentes ... por mais complexo que o processo de linguagem escrita possa parecer, ou ainda, por mais que seja aparentemente errático, desconexo e confuso, existe, de fato, uma linha histórica que conduz às formas superiores da linguagem escrita (1998, p.153-54).

Sedimentar os trabalhos que aproximem a educação e suas ações dos centros de documentação só terá efeito e significado quando compreendidos como instrumentos sociais, que através de um movimento institucional, torne possível o trabalho de identificação material e o trabalho histórico e educacional em um sistema de pensamento articulado com as diversas áreas do conhecimento e com os variados segmentos da sociedade.

Para que o velho e o novo estabeleçam relações de memória, é necessário que o passado seja lembrado e relacionado ao presente. Nessa perspectiva, fazer emergir o imaginário como um aparelho registrador da nossa consciência individual e coletiva, que BURKE (1995) ilustra tendo como exemplo o problema existente entre a língua e a identidade dos povos.

A proximidade do problema contribuiu para gerar alguns estudos antropológicos e sociológicos extremamente interessantes, que suscitam questões e empregam conceitos que podem muito bem ser úteis para historiadores em seu audacioso empreendimento de reconstrução das identidades passadas. Os rótulos impostos por forasteiros são bastante fáceis de estudar. Mas o sentimento íntimo de pertencer a determinado lugar é muito mais indefinível, e a relação entre ambos é, no mínimo, mais difícil de identificar.

A identidade nacional é um importante campo de estudos ... No entanto, até mesmo no mundo moderno das nações, é bastante óbvio que outros tipos de identidade cultural continuam sendo significativos. No fim da Europa medieval, e no início da moderna, as rivais da identidade nacional foram até mais importantes: identidades regionais, identidades étnicas, identidades civis e identidades religiosas, para não mencionar aquelas relacionadas ao gênero, à família ou às identidades clericais ou nobiliárquicas (quer estas fossem descritas em termos de “classe” ou não). (p.89-90)

Dessas combinações marcadas por uma problemática ainda recorrente nos dias de hoje, será perfeitamente possível uma aproximação entre a instituição/interlocutores, considerada nessa pesquisa como “aproximação educacional”, na socialização das atividades técnicas, apoiadas pelas práticas educativas implementadas no CEDEM, que permitem análises mais amplas do trabalho de constituição e formalização das memórias políticas e históricas de determinados grupos.

Assim como os problemas referentes aos conflitos entre a linguagem e a identidade dos povos, hoje, parece muito similar as discussões em torno das memórias locais, regionais e universais existentes no século XXI. O que parecia ter sido minimizado pelos trabalhos históricos, parece retomar novamente nesses lugares de memória, questões que devam indicar novos caminhos metodológicos e institucionais entre a memória e a história e seus aspectos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ah, Sim, a Velha poesia

*Poesia, a minha velha amiga...
Eu entrego-lhe tudo
a que os outros não dão importância nenhuma...
a saber:
o silêncio dos velhos corredores
uma esquina
uma lua
(porque há muitas, muitas luas...)
o primeiro olhar daquela primeira namorada
que ainda ilumina, ó alma,
como uma tênue luz de lamparina,
a tua câmara de horrores.
E os grilos?
Não estão ouvindo, lá fora, os grilos?
Sim, os grilos...
Os grilos são os poetas mortos.*

*Entrego-lhe grilos aos milhões um lápis verde
um retrato
amarelecido um velho ovo de costura os teus pecados as
reivindicações as explicações – menos
o dar de ombros e os risos contidos
mas
todas as lágrimas que o orgulho estancou na fonte
as explosões de cólera
o ranger de dentes
as alegrias até o grito
a dança dos ossos...*

*Pois bem,
às vezes
de tudo quanto lhe entrego, a Poesia faz uma coisa que
parece nada tem a ver com os ingredientes
mas que tem por isso mesmo um sabor total: eternamente esse
gosto de nunca e sempre*

Mário Quintana (2000)

Na relação entre o movimento de complementaridade e as possibilidades de inclusão dos centros de documentação em ambientes caracterizados pelo fazer educacional, é fundamental considerar que os trabalhos desenvolvidos nesses lugares são alternativas para levantar cada vez mais o reconhecimento desses centros nas dinâmicas culturais e de comunicação no conjunto da sociedade.

Assegurar uma multiplicidade e riqueza das fontes diversificadas de informação, é também um indicativo que aponta para novos modelos de organização relacionados aos preceitos educativos caracterizados nos centros de documentação. A comunicação, as trocas de experiências, a constituição de seus instrumentos de pesquisa e informação criam novas ferramentas que permitem a construção de um pensamento integrado às práticas educativas, tendo em vista as representações da organização da sociedade no seu contexto político e cultural, conforme os indivíduos se situam nas relações históricas e sociais.

O trabalho de preservar e definir os aspectos da diversidade cultural em determinadas comunidades, considerando as pessoas em seus contextos, serve como um plano de articulação proveniente da integração entre as atividades educativas e os trabalhos de resgate da memória social e política dentro dos centros de documentação.

A força educativa do centro de documentação está atenta às representações, espaços e instituições culturais existentes em seus respectivos contextos, proveniente dos trabalhos integrados entre os sujeitos envolvidos nas atividades do lugar, os discursos educacionais estabelecidos no centro e sua potencialidade de encontrar uma inter-relação entre memória, educação e história.

Os centros de documentação, especificamente das universidades têm, fundamentalmente, a tarefa de organizar acervos e gerar informações. Agir em conjunto com sua comunidade de pesquisadores e outros interessados, condição fundamental para ampliar e manter sua permanência e existência dentro da universidade.

Os centros de documentação, pelas características que apresentam, mantendo-se fiel ao caráter interdisciplinar para o desenvolvimento de suas ações, têm, hoje, dificuldades para legitimarem-se como espaços complementares para educação, em razão, principalmente, da formação de variados profissionais no seu núcleo de trabalho. Em virtude da natureza do trabalho, é possível inferir que tal diversidade, sempre tão valorizada na educação como elemento positivo, é justamente o que pode gerar,

paradoxalmente, conflitos técnicos, administrativos de formação de quadros profissionais dentro das instituições em que estão inseridos.

De todo modo, este trabalho procurou destacar que a educação, num centro de documentação, é um instrumento que favorece o espaço para a realização de um trabalho de preservação de memória e história, da perspectiva de contribuir com as instituições educativas, tornando-se um lugar de intercâmbio de idéias, experiências, propostas e projetos em parcerias com a comunidade.

Embora o enfoque desta pesquisa não tenha sido analisar a ação educativa dentro dos centros de documentação e memória, reconhece-se a importância dessas ações nesses ambientes, que necessitam de um planejamento multidisciplinar para a realização de suas atividades, valendo-se da formação técnica de seus profissionais, do público-alvo para quem o centro determina suas ações e, até mesmo, na relação com outros espaços de memória, como museus, arquivos, bibliotecas e outros centros.

Pôde-se perceber também que o trabalho de interação educacional nesses centros traz contribuições importantes para o desenvolvimento da pesquisa articulada aos preceitos de diversidade cultural, política e social, favorecendo esses conhecimentos e relações com o mundo da educação.

Discutir possibilidades educacionais em centros de documentação e memória, de fato, significa aproximar o estudo do binômio cidadania/educação com a memória/história, por intermédio de realidades que se complementam.

Seria impossível refletir sobre os aspectos educacionais e de cidadania, se não fosse para relacioná-los às questões de inclusão/exclusão entre os lugares e os sujeitos envolvidos nesta análise. Sobretudo, quando esse processo de selecionar, classificar e organizar os testemunhos do passado permitem construir uma imagem da identidade de determinados segmentos da sociedade pela representação simbólica dos materiais historicamente contemplados em seus contextos.

Assim como a cultura e a educação nacional a memória e a história também vivem seus paradigmas, os centros de documentação e os arquivos, museus e bibliotecas estão envolvidos em dinâmicas e por mais que pareçam distanciar-se umas das outras, não existem como lugares de memória, caso não estejam inseridos num contexto envolvido pelo saber histórico, sustentado no espaço e no tempo.

Os centros de documentação vivem também o dilema da definição de atividade de documentação e a atividade de preservação da memória. A atribuição de preservar registros de valor permanente, sejam bibliográficos, arquivístico etc., esbarra na prerrogativa institucional que esses centros também geram informações, o que significa produzir instrumentos de pesquisa por intermédio da informação contida nos materiais adquiridos e organizados.

Portanto, um centro aproxima-se também da educação pelo processo de produção e de gestão do modo como estabelece suas relações entre passado, presente e futuro, reconhecendo num primeiro momento o direito à difusão de instrumentos de informação e pesquisa como um enriquecimento educativo e social.

Prova disso é o crescente número de centros de documentação que trabalham com a questão da memória regional e local, mesmo dentro das universidades. Possivelmente serão obrigados a desenvolver linhas de acervos com um maior universo para o trabalho de preservação de memórias, sem perder de vista o olhar para a pesquisa, o ensino e a extensão de suas atividades.

O esforço, porém, de compreender o movimento que pode existir nesses lugares – centros de documentação e memória – valendo-se da tentativa de resgate da memória coletiva produzida e (re)produzida por meio de documentos, monumentos e toda simbologia que representam, possibilitou vislumbrar alguns indicativos que favorecem o trabalho educativo e o pensamento educacional existente num centro de documentação de acordo com as características organizacionais do lugar.

As possibilidades educacionais estabelecidas num centro de documentação tendo em vista seus objetivos, seus referenciais de estudo em detrimento dos aspectos de pesquisa e cientificidade que possui, são verificadas nesses lugares, como espaços de construção e de conhecimento que, articulado com as possibilidades de trabalhos educativos, entenda-se aqui as práticas institucionais, podem apontar efetivamente para relações educacionais articuladas entre o lugar, o tempo e seus sujeitos em detrimento dos materiais que possuem.

Em virtude das múltiplas possibilidades de tratamento dos materiais organizados nos centros de documentação, que trazem consigo um panorama histórico, cultural, político e técnico, considerando sua forma, e o trabalho realizado para torná-los disponíveis, entendeu-se que a cada ação envolvida na organização, no tratamento e na

forma de acesso a esses materiais, o centro facilita e estabelece um diálogo com seus interlocutores.

É possível afirmar que os suportes documentais e materiais disponíveis num centro de documentação, sejam eles, textos, imagens ou sons, resultam em possibilidades de trabalhos educacionais, desde que se complementem as atividades de organização documental, o planejamento institucional, o apoio às práticas de formação e as reflexões sobre a história e suas possíveis relações com o presente.

À luz da necessidade de diagnosticar e perceber o papel da educação em ambientes permeados pela qualificação técnica profissional, pelo desenvolvimento científico e tecnológico dos trabalhos realizados em centros de documentação, tendo em vista as atividades realizadas no CEDEM, foi possível chegar a algumas reflexões que anunciam, sobre os aspectos educacionais nesses lugares de memória, advindos das tensões existentes entre a história, memória e a educação, novas concepções não claramente definidas nem totalmente exercitadas, mas que parecem indicar perspectivas diferentes para o trabalho educativo dentro dos centros de documentação.

Vale dizer que, em torno da prática educativa que, é histórica, não pode estar ausente nas discussões permeadas em ambientes que aproximam seus trabalhos relacionados ao tempo-espço em que se dá as nossas relações com a cultura e a história do mundo da educação. Essas reflexões caracterizam as considerações finais deste trabalho, com base nos estudos realizados durante a pesquisa.

Refletir sobre alguns conceitos que pudessem evidenciar as singularidades e peculiaridades educacionais dos centros de documentação como espaços de apoio à produção e reconstrução de conhecimentos, foi possível no momento em que ficou estabelecido o local para as análises e as ações práticas institucionais. Atividades que, confrontadas pelas reflexões sobre a *práxis* educativa foram identificadas pelas potencialidades reais de (re)articulação das propostas educacionais compreendidas e iniciadas pelas atividades consideradas técnicas nos trabalhos realizados pelo centro de documentação e sua contextualização histórica numa pesquisa com viés e análise educativo.

Possivelmente, um dos saberes fundamentais no centro de documentação é o de reconhecer a forma como a sociedade se organiza sem minimizar a capacidade reflexiva e decisória de seus indivíduos, capazes de intervir diretamente na realidade.

Compreensão que social e historicamente constituída permite, de acordo com o tempo e as possibilidades de ação, sublinhar a importância da educação nesses lugares. Desafio perseguido durante toda a pesquisa

Foi também um desafio verificar a dimensão técnico-instrumental do centro, conforme seus objetivos institucionais e as probabilidades de consolidar uma nova proposição investigativa conforme a realidade social e cultural em que está inserido. O resultado desse desafio consolida-se numa proposta, que pretende dimensionar como se dá o processo de construção dos trabalhos desenvolvidos no Centro de Documentação e suas implicações para articulação de um trabalho educativo permanente dentro da instituição.

Em certa medida essa proposta não busca uma legitimação do trabalho educacional nesses lugares de memória, porém, considera os aspectos técnicos, históricos de registros dos trabalhos como ferramentas para compreender as atividades educativas/educacionais que relacionam história e educação e possibilitam um envolvimento dos seus interlocutores, em face das dinâmicas de integração promovidas pelos aspectos educacionais disponíveis e compreendidos no centro de documentação.

A proposta apresentada denominada “Movimento de Aproximação Educacional”, aplica-se especificamente nas formas de integração compreendidas durante a pesquisa para descrever e posicionar o que há de educação em lugares marcados pela influência e identificação do trabalho histórico ou de preservação de uma memória organizada, para a construção de cada realidade, de cada grupo etc.

O surgimento e a característica do Movimento de Aproximação Educacional pautou-se por considerar a educação como uma possibilidade de estabelecer e favorecer relações historicamente enraizadas nesses lugares de memória, mediante as atividades abertas à comunidade, criando espaços de convivências, procurando adequar as suas características específicas em possibilidades de novos aprendizados, criados em cima de mecanismos que pudessem potencializar experiências construídas, considerando suas ações em projetos para novas responsabilidades educativas institucionais.

Os centros de documentação são instituições capazes de concentrar uma quantidade de materiais em seus mais variados suportes, passíveis de análises históricas à medida que os trabalhos técnicos existentes na instituição possibilitam a interação do

pensamento educacional e de atividades de Informação no Centro, identificada no Movimento de Aproximação Educacional como a letra “T”.

A informação num centro de documentação não pode ser apenas a forma de organização de seus acervos, mas todos os recursos disponíveis para que se possa desenvolver linhas de acervo, de pesquisa e, dessa forma, contribuir com suas atribuições e competências técnicas e institucionais como um elemento complementar no processo educativo.

Os documentos nos seus mais variados suportes são e estão vinculados em conjuntos de informações que se relacionam para caracterizar uma certa organicidade de estruturas internas, que envolve seus sujeitos e suas histórias em cada obra ou contexto de organização documental.

As obras contêm informações antecedentes, ou seja, os documentos passam por situações vivenciadas pelos sujeitos envolvidos na história, que narram e que serão conhecidos pelos seus interlocutores no presente. No momento em que os documentos organizados no centro de documentação e memória constituem mecanismos de participação coletiva por meio de sua abertura à comunidade, geram um intercâmbio de idéias, experiências, propostas, projetos e novos olhares sobre seus materiais tecnicamente organizados. Inicia-se, então, um primeiro movimento: a interação. Essa interação se constitui nesse momento em um objetivo principal dentro das ações desenvolvidas no centro.

Portanto, o que educa o próprio usuário, educa também os trabalhadores do centro que lidam constantemente com a aprendizagem, quando se deparam com o acervo. Esta é a razão do exercício crítico do centro de documentação em reconhecer o sentido real das ações propostas e os projetos em torno das possibilidades educacionais que necessariamente desenvolve diariamente.

A sua aproximação é entendida como a aceitação de realidades plurais, diversas, ao ver o social em seus aspectos históricos em face das possíveis análises de tempos, espaços e sujeitos existentes. (Figura 11)

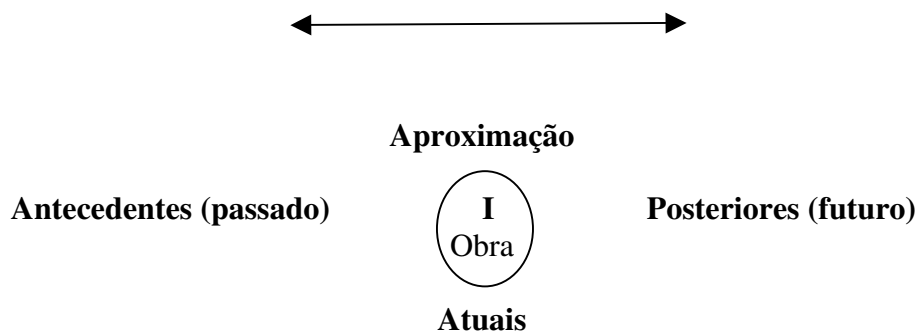


Figura 11 – Movimento de Interação

Por sua vez, os centros de documentação recuperam os fatos precedentes e incorporam uma nova dinâmica de ação, pelas atividades desenvolvidas no local ou em suas técnicas de organização material.

O próprio fato aponta para questões atuais e de sua vizinhança, com aproximação de reflexões sugeridas do passado ou com elementos de perspectiva para o futuro. Um trabalho que GIMENO SACRISTÁN (2000) diz ser impossível a refletir sobre o presente.

Refletir sobre o presente é impossível sem se valer do passado, pois neste, o tempo que vivemos encontrou seu nascimento. Refletir sobre o futuro também é impossível sem se referir ao passado e ao presente, já que a partir desses alicerces são construídas linhas mestras do que está por vir, embora, em suas projeções, passado e presente não sejam sequer tempos estritamente reais, poderíamos dizer, mas imagens-sínteses através das quais representamos para nós o que hoje é e o que foi. É assim que o passado sobrevive no presente e este no futuro. (p. 37)

Um projeto de educação num centro de documentação resgata a memória, a partir das realizações práticas da interação dos sujeitos com os documentos. Seus interlocutores produzem aproximações e afastamentos sobre “si” e o “outro” nas relações entre o passado, presente e futuro em relação as recorrências históricas e sociais. Compreendidas as manifestações de interação possibilitadas pelo trabalho técnico desses centros, no esforço de matizar a educação, a cultura e a vida social pelo primeiro movimento que aproxima o sujeito em relação aos materiais condicionados nesses lugares de memória e história, é possível pensar em educação nesse primeiro movimento pelo exercício crítico de reconhecer aspectos históricos e suas relações com o presente.

Evidentemente as probabilidades para aprender em centros de documentação dependem de outras variáveis que não podem ser comparadas ao trabalho de simplesmente criar e proporcionar, nos centros de documentação, um ambiente mais diverso da experiência constituída em saberes técnicos, científicos, tecnológicos, de conhecimento social ou político.

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, o conhecimento etc. são atribuições de um centro de documentação e, por isso, são exigências fundamentais do pensamento educacional nesse lugares de memória, para contribuir com uma educação democrática à altura dos desafios do século XXI.

O Movimento de Aproximação Educacional deve ser compreendido como possibilidade de articular a educação valendo-se do curso da história representado no Centro de Documentação por meio dos registros históricos organizados no local. O Movimento agora aproxima-se de seus sujeitos pela possibilidade de continuar as reflexões sobre os fatos contidos nos documentos que podem ser promovidas pela ação de refazer e contar a história. Movimento ilustrado na (Figura 12).

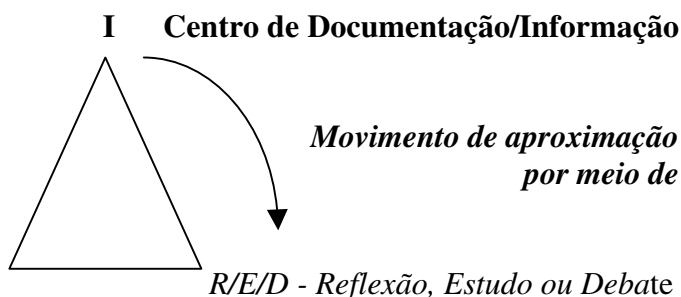


Figura 12 – Movimento de Reflexão

A aplicação das atividades desenvolvidas num centro de documentação por meio da aproximação do documento através de um estudo, uma análise/reflexão ou um debate envolvido pelos seus interlocutores, dá o seu segundo movimento em direção à aproximação educacional. O segundo movimento não se caracteriza por uma atividade necessariamente pedagógica, conforme os pressupostos do desenvolvimento organizacional escolar, mas deve anunciar uma reflexão em torno da dimensão política e social do homem no mundo. Reconhecer o seu legado cultural, sua memória, a história e suas práticas. Nesse caso, os centros de documentação projetam ações com aspectos de ensino/aprendizagem, potencialmente comparáveis aos preceitos de uma educação formal, quanto à sua apropriação significativa do saber.

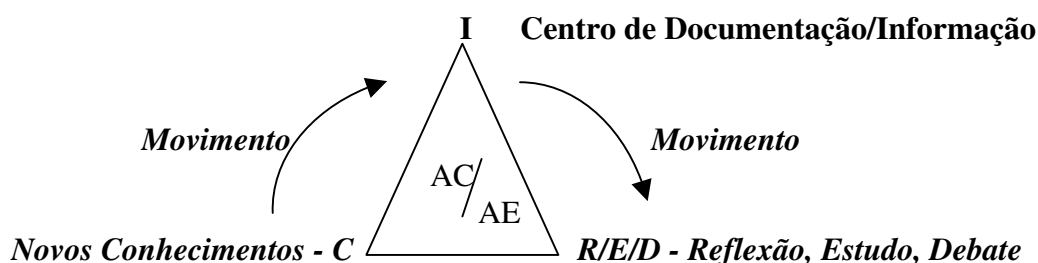
Em razão dessas possibilidades educacionais, o Movimento de Aproximação Educacional contribui com as possíveis relações de ensino/aprendizagem nessas instituições, pela sua articulação com outros ambientes educativos, como a escola, a universidade. Limita-se em propiciar um meio no qual as relações entre educação, história e memória podem ser compreendidas de acordo com as características dos centros de documentação situados nesses espaços.

Pensar possibilidades educacionais em centros de documentação está também em sua capacidade de fundir o seu sentido histórico, aliado ao trabalho de consolidação de práticas educativas, somadas às novas tecnologias de informação, sem ocupar o terreno das instituições educativas, mas servindo como um espaço alternativo e complementar para a educação.

Ao (re)contar uma história e todas as relações possíveis de orientação e curiosidade que um documento possui, um centro de documentação ou qualquer outro espaço de preservação da memória, aponta para uma ação complementar e interativa, pois traz para os debates educacionais reflexões sobre o saber histórico e sobre seu papel na formação ou no trabalho de resgatar memórias e histórias, por que não dizer também de informar cidadãos.

O centro de documentação é, nesse caso, um lugar para a curiosidade, um local para descobertas, desejo de conhecer, desvelar o escondido e procurar explicação nos fatos historicamente constatados. O que possibilita novos movimentos e aproximações que resultam em novas possibilidades educacionais social e historicamente construídas.

Evidentemente que as informações e novas tecnologias de informação não substituem as práticas culturais, mas auxiliam nas possibilidades de relação entre políticas educativas e culturais. Renovam-se seus instrumentos como demonstrado no quadro abaixo. (Figura 13)



A/C - Aplicação que pode surgir pela valorização das atividades culturais.

A/E - Ação que pode ser dimensionada pelas necessidades educacionais de seus participantes e adequação técnica e tecnológica do centro

Figura 13 – Movimento de Aplicação e Conhecimento

Dessa forma, o Movimento de Aproximação Educacional considera o registro da vida cotidiana em todas as suas possibilidades, inclusive pela sua articulação histórica, individual e coletiva. Uma análise que traz para o espaço e o lugar de guarda das memórias a responsabilidade de despertar lembranças, estabelecer relações históricas e promover interesses educacionais múltiplos.

Portanto, verificar as possibilidades educacionais em centros de documentação e memória, sobretudo, pela articulação dos elementos culturais, significa pensar num saber que também tenha responsabilidade no processo de formação, por uma lógica de desenvolvimento que propicie, a partir das relações entre o tempo, o espaço e os sujeitos envolvidos, um ambiente participativo, reflexivo e crítico. E que a partir do *Movimento de Aproximação Educacional* surja uma nova educação. Pela memória e pela vivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, D. S. *Recortes*. Presidente Prudente: Impress, 1997. 255p.
- AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994. 111p.
- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1995. 190p.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. 348p.
- _____. *O que é política?* Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 238p.
- BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.) *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 351p.
- BAUDRILLARD, J. *Entrevistas do Le Monde – Idéias contemporâneas*. Tradução Maria Lucia Blumer. São Paulo: Ática. 1989
- BENATTI, A. P. *História, ciência, escritura e política*. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2000. p.63-103.
- BENJAMIN, W. *Rua de mão única: obras escolhidas*. 5.ed. Tradução Rubens Torres Filho. São Paulo: Brasiliense, v.2, 1995. 277p.
- BERGSON, H. *Cartas, conferencias e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 238p.(Os Pensadores)
- BERNARDO, G. *Educação pelo argumento*. São Paulo: Rocco, 2000. 214p.
- BORGES, L. B. *O fazedor*. 4.ed. Tradução Rolando Roque da Silva. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. 107p.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 484p.
- _____. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1983.
- BURKE, P. *A arte da conversação*. Tradução de Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Editora Unesp, 1995. 219p.
- CANFORA, L. As bibliotecas antigas e as histórias dos textos. In: BARATIN, M.; JACOB, C.(Orgs.) *O Poder Das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p.234-245.
- CARDIM, P. *A história: Entre memória e invenção*. Portugal: Publicações Europa- América. 1998. 230p. (Cursos da Arrábida, 03)
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1, 351p.
- CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. 2.ed. Tradução Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 314p.

CHAUI, M. *Política cultural, cultura política e patrimônio histórico*. In: SÃO PAULO(cidade) Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p.37-46.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001. 281p.

COLL, J. O. de. *A resistência indígena: do México à Patagônia, a história de resistência dos índios contra os conquistadores*. São Paulo: L&PM, 1986. 232p.(Visão dos Vencidos, v.3)

CORRÊA, A. M. M. *Para preparar a mocidade... fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara: 1923 – 1976*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 206p.

_____. *O centros de documentação e memória da UNESP: o centro de documentação e memória (Cedem)*. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP: FAPESP 1999. p.79-84.

DUBY, G. *Entrevistas do Le Monde – Idéias contemporâneas*. Tradução Maria Lucia Blumer. São Paulo: Ática. 1989

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungman, Rio de Janeiro, 1994. v.1, 277p.

_____. *Entrevistas do Le Monde – Idéias contemporâneas*. Tradução Maria Lucia Blumer. São Paulo: Ática. 1989

FERREIRA, B. *O nobre e antigo bairro da Sé: histórias dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura –Prefeitura Municipal, 1971. 158p.

FLECHA, R.; TORTAJADA, I. *Desafios e saídas educativas na entrada do século*. In: IMBERNÓN, F. (org.) *A educação no século XXI: os desafios do imediato*. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000 p.21-36.

FORQUIN, J.- C. *Escola e cultura: bases sociais epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. 134p.

_____. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 79p.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980. 142p. (Coleção Educação Universitária)

GINSBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 309p.

GIMENO SACRISTÁN, J. *A educação que temos, a educação que queremos*. In: IMBERNÓN, F. (org.) *A educação no século XXI: os desafios do imediato*. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000 p.37-61.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

_____. *La memoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France. 1968. 204p.

HEGEL, G. W. F. *Escritos pedagógicos*. Tradução Arseno Ginzo. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 188p.

- HILST, H. Exercícios para uma trajetória poética do ser. In: _____. *Poesia*. 1959-1979. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1980.
- HOBBSAWN, E. J. *Sobre a história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.
- HOOKER, J. T. et al. *Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto. A história da escrita antiga*. São Paulo: Edusp – Melhoramentos, 1996. 471p.
- HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 225p.
- JEDLOWSKI, P. *Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. Rev. Proposições, Unicamp – Faculdade de Educação*, v.14, p.217-236, 2003.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. 4.ed. Campinas: Editora Unicamp, 1996. 553p.
- LEFEBVRE, J. *Entrevistas do Le Monde – Idéias contemporâneas*. Tradução Maria Lucia Blumer. São Paulo: Ática. 1989
- LUCENA, C. *Linguagens de memória*. São Paulo: FDE, 1991. 72p. (Apoio; n.6)
- MARTINS, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3ed. São Paulo: Ática, 1998. 519p.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1, 287p.
- _____. *Miséria da Filosofia: Resposta à filosofia da miséria de Pierre Joseph Proudhon*. São Paulo: Grijalbo, 1976. 222p.
- MEYIRIAT, J. (Org.). *Guia para estabelecer centros de documentación en ciencias sociales en los países en vías de desarrollo*. México: Universidad Nacional Autonoma del México, 1973.128p.
- MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992. 153p.
- NELLES, P. *Justo Lúpsio e Alexandria: as origens “arqueológicas” da história das bibliotecas*. In: O PODER DAS BIBLIOTECAS: a memória dos livros no ocidente. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 200-216
- NEVES, L. de A. *Memória, história e sujeito: substratos da identidade*. *Rev. Historia Oral*, v.3, 2000, p.109-16
- NORA, P. *Les lieux de memoire*. v.1, France: Gallimard, 1997.
- ORTEGA ESTEBAN, J. *La idea de ciudad a traves de la historia*. In: CONGRÉS INTERNACIONAL DE CIUDADES EDUCADORAS, 1, 1990, Barcelona. La ciudad educadora. Espanha (Barcelona): Regidoria de Edciones y Publicaciones de Barcelona, p. 91-102, 1990.
- PELLANDA, N. M. C. *Ideologia, educação e repressão no Brasil pós-64*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 104p. (Novas Perspectivas, 22)
- PESSOA, F. *O Eu profundo e os outros eus*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 280p.

PETITAT, A. *Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Tradução Eunice Gruman. Porto alegre: Artes Medicas, 1994. 268p.

PINTO, A. V. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez, 1994. 102p.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-12, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p.3-15, 1989.

PUIG ROVIRA, J. M. *La ciudad y el desarrollo moral y cívico*. In: CONGRÉS INTERNACIONAL DE CIUDADES EDUCADORAS, 1, 1990, Barcelona. La ciudad educadora. Espanha(Barcelona):Regidoria de Edicions y Publicaciones de Barcelona, p. 185-196, 1990.

QUINTANA, M. Melhores poemas. 14.ed. São Paulo: Global, 2000.

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. da. *Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto /Portugal: Edições Afrontamento, 2002. 174p.

RICOEUR, Paul. Historia y retórica. Traducción Rodolfo Alcaraz. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, n.168, *Revista Diogenes*, p.11-25, 1998.

RILKE, R. M. *Cartas a um jovem poeta/A canção de amor e de morte do porta-estandarte Cristóvão Rilke*. 2.ed. Tradução Paulo Ronai e Cecília Meirelles. São Paulo: Globo, 2001.

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da Educação*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. 581p.

_____. *Discurso sobre as ciências e as artes*. 2.ed.Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. P.321-354.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, fala e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo-1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995. 329p.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Quadrante, 1985. 219p.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999. 348p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista. *Rev. Integração*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto/Secretaria de Educação Especial, ano 8, n.20, p.8-10, 1998.

SAVATER, Fernando. *O valor de educar*. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 267p.

SILVA, A. M. da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento,1998. v.1, 254p.

SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP 1999. 154p.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo(1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 308p.

TAVARES, Bráulio. *Sêmen*. In: MESTRE AMBRÓSIO. *Fuá na casa do cabral* (CD). São Paulo: Sony Music, 1998.

TESSITORE, Viviane. *Como implementar um centro de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado. 2003. 52p.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

VIGEVANI, T. *Pensar a crise da universidade para além das questões conjunturais*. In: LOUREIRO, I.; SEL-MASSO, M. C. S.(Org.)*Tempos de greve na universidade pública*. Marília: Unesp Marília Publicações, São Paulo: Acadêmica. 2002. p.43-68.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 191p.

WERNECK, V. R. *A ideologia na educação: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo*. Petrópolis: Vozes, 1982. 131p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BELLOTTO, H. L. Biblioteca de apoio em arquivos. Rio Claro(SP): Arquivo do Município de Rio Claro, *Revista do Arquivo do Município de Rio Claro*, n.1, p. 18-36. 2003.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP: FAPESP 1999. p.49-63

CHARLE, C.; VERGER, J. *História das Universidades*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. Tradução Lourenço Filho. 11. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356p.

SMIT, J. *O que é documentação*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 83p.

VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. *Rev. Acadêmica Austo Guzzo*, n.6, p.14-8, 2003.

ACERVOS E INSTITUIÇÕES

CENTRO DE DOCUMENTACAO E MEMÓRIA DA UNESP – CEDEM. *Uma universidade multicampus no interior paulista*. Memória e História da criação da UNESP e dos seus primeiros anos de funcionamento (1976 – 1984). Uma contribuição ao Arquivo de História Oral do CEDEM. São Paulo: CEDEM. Relatório apresentado à FAPESP em julho de 2002.62p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP – CEDEM. *Relatório de atividades do CedeM*. São Paulo: CEDEM, 1997. 17p.

_____. *Guia do CEDEM*. São Paulo: UNESP, 1996. 52p.

_____. *Situação atual do CEDEM*. São Paulo: CEDEM, 1995. pág. irreg.

_____. *Proposta de institucionalização do Centro de Documentação e Memória da UNESP CEDEM*. São Paulo: CEDEM, 2000. 130p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPP. *Proposta de Institucionalização do Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM*. São Paulo: CEDEM. 2000.

FONTES DO CEDEM

Cartazes de campanhas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, para divulgação de ações do movimento no Brasil: Reforma Agrária e a questão dos Direitos Humanos; Movimento de Justiça e Reforma Agrária: Liberdade aos Presos Políticos.

Circular nº 4 da Comissão Nacional de Finanças do Partido Comunista Brasileiro – PCB, às Regiões, Zonas e Células do Partido. Rio de Janeiro, maio de 1934. Notação - 459-029-076.

Circular nº4 do Diretório Estadual de São Paulo da Aliança Nacional Libertadora - ALN, a todos os diretórios, comissões, núcleos e sub-núcleos. São Paulo(documento sem data). Notação 495-029-116.

Correspondência enviada por Livio Abramo, escrita no Paraguai, para Mário Pedrosa, em 18 de janeiro de 1967.

Correspondência da artista Ligia Clark para Mário Pedrosa, em 15 de abril de 1961.

Documento avulso com instruções para o funcionamento de aparelhos do PCB. Avulso e sem data. Notação - 495-029-076.

DOCUMENTOS CONSULTADOS ON LINE

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA-CEDAP. Informações, apresentação e histórico do CEDAP. Disponível em: <http://www.cedap.assis.unesp.br/apresentacao.htm#Apresentação>. Acesso em 10/11/2004.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E UNIVERSITÁRIA DE MARÍLIA-CEDHUM. Apresentação projetos e serviços do Centro. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/cedhum/index.htm> Acesso em 10/10/2004.

CENTRO DE ESTUDOS E INSETOS SOCIAIS – CEIS. Organização institucional do CEIS. Disponível em: <http://ns.rc.unesp.br/ib/ceis/>. Acesso em: 01/12/2005.

CENTRO DE ESTUDOS LATINO –AMERICANOS-CELA. Estrutura e apresentação do Centro. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/>. Acesso em: 05/12/2004.

CENTRO DE PLANEJAMENTO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM SERVIÇO SOCIAL-CPEUSS. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/>. Acesso em: 08/12/2004.

FORQUIN, J.-C. *Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CO-EDUCAÇÃO DE GERAÇÕES, São Paulo: SESC, 2003. Disponível em: www.sesc.org.br Acesso em:01/12/2003

OTLET, P. *Documentos e documentação: introdução aos trabalhos do Congresso mundial de documentação universal*. Paris, 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.hhm> Acesso em 13/02/2004.

PERIÓDICOS

RECORTES/IMAGEM

Revista Veja, 24 de julho de 1994;

Notícias de Hoje, de São Paulo. Ilustração, p5, 02 de março de 1955.

Lo Spaghetto, São Paulo. Recorte de Ilustrações, p. 2, n.2, 3ª série,19 de abril de 1931

A Construção de São Paulo, de fevereiro 1925 (da Biblioteca Central da Escola Politécnica da USP). Imagens da *Praça da Sé* nos anos de 1924 e 1952, fotocopiadas da Revista.

Cartão Postal da Cidade de São Paulo em 1952.

Fotografia do Prédio da UNESP onde está situado o CEDEM, 2004. Foto *Liliane Zimbarg*.

ANEXO 1

Comissão Nacional de Finanças das Regiões, Zonas e Colúlias do P.C.B.

Camaradas,

A realização da tarefa "levantar as finanças do P.C.B." exige de todos os organismos do Partido uma compreensão clara dos métodos e meios do trabalho financeiro.

Dizem amplamente todos os nossos erros cometidos neste trabalho até hoje, passar pelo fogo da auto-crítica bolchevique o sectarismo pétreo e o oportunismo pequeno-burguês na questão das finanças, só pôde dar bons resultados quando ligado ao conhecimento dos meios práticos que devemos aplicar no curso de trabalho para conseguir, de verdade, o reerguimento financeiro do P.C.B. O fim da presente circular é justamente a divulgação de alguns destes meios práticos e da maneira como devem ser organizados.

Como se realiza um festival

É sempre preferível, quando possível, organizar festivais por intermédio duma das nossas organizações de massa (syndicato, club, etc.) e, neste caso, a directoria da respectiva organização, sob o controlo da nossa fracção, elabora o plano e assume a responsabilidade pela realização do festival. Na falta ou na impossibilidade de aproveitar uma organização de massa, o festival pode ser organizado por um organismo qualquer do P. (Colúlia, Zona, Região), que toma, para a localidade, nome de um "Grupo de amigos da Cultura" ou outro qualquer. O primeiro passo a fazer é nomear uma comissão de alguns camaradas (4-5) responsável pela preparação e realização do festival. Esta comissão tem plena liberdade de mobilizar outros camaradas e simpatizantes para auxiliar na tarefa. A comissão deve reunir e tratar dos seguintes assuntos: a) Qual é o carácter do festival? Bailão com representação dramática, festival esportivo, excursão, pic-nic, etc. b) Uma vez resolvida esta questão a comissão divide o trabalho entre os seus componentes: Um fica responsável pelo programa, pelo salão e pelas entradas; outro pelo buffet; um terceiro pela música e ornamentação do salão (se for preciso); um quarto pela organização da tombola no salão, etc. Um camarada fica nomeado tesoureiro do festival e controla todas as despesas, venda de entradas, etc. Depois de dividir o trabalho, cada cam. da comissão trata logo de constituir a respectiva sub-comissão mobilizando para este fim outros cams. e simpatizantes à sua vontade. Por exemplo: o responsável pelo buffet organiza uma comissão de 4-5 pessoas chamada Comissão do Buffet; Esta comissão reúne e trata da organização do Buffet: gratis, faz uma lista de pessoas que vão fazer donativos para o Buffet (um dá um bolo, outro doces, terceiro frutas, etc.). Depois os cams. da comissão do Buffet vão falar com estas pessoas e combinar com ellas como e quando vão recobor o donativo. Um dia antes da festa esta comissão trata de comprar bebidas (cerveja, soda, etc.) e no dia do festival arranja o buffet no salão, distribue para cada um uma soção, nomeia um caixa, etc. A mesma coisa fazem os outros membros da "Comissão do Festival", organizando cada um a sua "sub-comissão" da tombola, do salão, etc. Depois de organizadas as sub-comissões, a Comissão do Festival se reúne e cada um relata o trabalho da sua sub-comissão. Discutem-se os erros e as faltas do trabalho, elaboram-se todos os detalhes do trabalho, etc.

Uma das coisas principais na realização dum festival é a distribuição razoável do trabalho entre os cams. da comissão do festival e a compreensão da responsabilidade que cada um tem na sua função. Por exemplo: o cam. responsável pelas entradas (é a comissão que marca o preço) trata logo de imprimi-las, de distribui-las entre os organismos do P. e organizações de massa (syndicatos, S.V.I., grupos de simpatizantes, etc.), toma nota do numero entregue a cada organismo, se interessa pelo andamento da venda, apressa o estímulo a venda, reúne de vez em quando com um organismo qualquer para falar sobre a necessidade de passar o maior numero de entradas, podendo mesmo estimular a venda por meio de emulação entre dois organismos, etc. A mesma coisa fazem os outros cams. da comissão do festival, cada um no seu sotor do trabalho. A comissão, assim como todas as sub-comissões, devem sem falta ter algumas companheiras que geralmente têm goito especial para organizar festivais. Camaradas, é impossivel em circular tratar de todos os detalhes da organização de um festival. Traçamos linhas gerais que devem ser adaptadas às condições de cada lugar pelos próprios camaradas organizadores do festival.

Por fim queremos lembrar aos cams. alguns traços que caracterizam

Com trabalho comunista: absoluta clareza e compreensão das finalidades do nosso trabalho, sistema, disciplina, responsabilidade, severa auto-crítica e firmeza, para atenuar qualquer tipo de obstáculo e dificuldades. Aplicando esta linha também na organização de festivais, teremos sempre ótimos resultados práticos e materiais. Políticas também porque todo festival é um bom meio de nos ligar mais estreitamente à massa e contribuir enormemente para o progresso da nossa luta revolucionária.

Saudações comunistas

RIO, maio de 1954.

A COMISSÃO NACIONAL DE FINANÇAS

Nota.- Além dos proveitos políticos e materiais acima apontados, não nos devemos esquecer dos proveitos orgânicos. É claro que nos nossos festivais proletários devemos procurar ligar-nos aos operários com perspectivas de melhorias, conhecê-los melhor e conquistá-los para as nossas organizações de massas: SVI, oposições sindicais, para os sindicatos revolucionários, etc. É necessário, porém, não se esquecer dos provocadores, que podem se infiltrar nos festivais, devendo todo recrutamento ser feito depois de melhor conhecimento e de tomar informações seguras. A.C.V.S.

Estudar prévia e criteriosamente a casa, dedicação ao Partido, compreensão das suas responsabilidades frente às tarefas da organização e dos seus membros, grau de revolucionarização dos parentes, etc. do camarada a quem fica ligado o APARELHO, prevenindo-se, assim, destacados aborrecimentos que se vem registando no APARELHO TÉCNICO DA REGIÃO, ligado a um camarada (MANGUEIRA) sem noção de suas responsabilidades frente ao mesmo, sem compreensão das obrigações em corresponder à confiança do Partido e que tem dificultado a existência do referido APARELHO, a eficiência e possibilidade do seu trabalho, segurança do mesmo, etc.

Estudar as possibilidades do camarada a quem fica ligado o APARELHO, no que se refere à subsistência do TÉCNICO, no caso de faltar à ZONA (ou CELULA) meios financeiros - caso adventício - de fazê-lo, evitando-se, desta forma, o suplício da fome, a um camarada que deve estar absolutamente afastado das atividades junto à massa e incapacitado, assim, de prover os meios de sua subsistência, como vem ocorrendo com o EATR.

Promover uma campanha PRÓ LITERATURA ILEGAL, criteriosa - não como a "campanha" do UM DIA DE SALÁRIO cujos "resultados" são ainda desconhecidos, para a aquisição de máquinas de escrever, práticas, portáteis e baratas, ao preço de 150\$, vendidas nesta capital por D.G. Coimbra.

Promover e garantir um contato estreito e inalterável entre o EATR (Encarregado do Aparelho Técnico da Zona) ou ELTC (Encarregado do Aparelho Técnico da Celula) e o ELZ (Encarregado da Ligações da Zona) ou ELC (Encarregado da Ligações da Celula), em pontos especiais, fora do setor da RESIDÊNCIA DO APARELHO TÉCNICO (RAT).

Concertar que a RAT (Residência do Aparelho Técnico) seja num pequeno estabelecimento para venda de frutas, verduras, depósito de pães, etc. sob a garantia financeira inicial da ZONA ou CELULA o que muito poderá melhorar a situação económica do APARELHO si bem que não seja objetivo principal a ideia de lucro comercial mas um todo subjetivo que importa no custeio do APARELHO (material, subsistência do seu ENCARREGADO, etc) e numa aparência nada revolucionária do mesmo.

ENCARREGADOS DE LIGAÇÕES (Estafetas):

Constituir com elementos verdadeiramente destacados, inteligentes, destemidos e dedicados, ciosos da sua responsabilidade, compreendedores das nossas necessidades de sacrifício em prol da VITÓRIA DA REVOLUÇÃO, um QUADRO DE ENCARREGADOS DE LIGAÇÕES, servindo cada camarada periodicamente, renovando-se, dentro da mais absoluta ilegalidade.

Prevenir e garantir a existência e subsistência de PONTOS ESPECIAIS ILEGÁIS (neste caso a ilegalidade deve ter cunho de legalidade) para a localização de material e correspondência, criando-se para esse fim pequenos pontos de jornaleiros, engraxadores, bancas de vendas de frutas, balas, pães, etc. que poderão custear a existência do ELZ ou ELC sem onerar os correspondentes organismos do PARTIDO.

Promover a retirada imediata de todo o material enviado para cada ponto, não deixando, por nenhuma hipótese, demorar material no mesmo.

Criar regulamento e instruções para cada EL, desde a situação das ruas, logradouros, edifícios públicos, etc. possibilidades de condução, meios de transporte, etc. até o modo de se dirigir com material revolucionário, não se baseando tão somente na iniciativa do companheiro encarregado do serviço.

Atender que o EL não deve ser somente homem, como também mulheres, rochassando, de uma vez para sempre, neste como em todos os demais setores revolucionários, a subestimação que é tida o elemento feminino que já tem escondido a característica de um verdadeiro setarismo, graças ao preconceitismo ainda arraigado a concepção do grande número das nossas camaradas.

CAMARADAS: Estas sugestões não importam - ó claro - na afirmativa de que devemos viver aterrorizados, sim, que devemos nos preparar com armas eficientíssimas e poderosas para lutar frente à mais vil e lenta reação e como si a reação em nosso país tivesse a inteligência da reação da Alemanha, Itália, Japão, Polónia, etc. e sua capacidade de perseguição.

A TODOS OS DIRETORIOS, COMISSOES, NUCLEOS E SUB-NUCLEOS

No trabalho interno da Aliança, devem ser observadas as seguintes precauções conspirativas, em uso em todas as organizações do mundo que funcionaram ou a reação precipitaram na ilegalidade:

- 1) - Ninguém deve e não pode saber, a respeito da organização do trabalho revolucionário, mais do que é indispensável para executar o SEU trabalho.
- 2) - Ter cuidado com os tagarelas e os que querem saber muito. E não ser dessa laia. O mérito de um militante está em falar pouco e trabalhar muito.
- 3) - Evitar conversas com os que querem conhecer nomes e residências de companheiros, locais de trabalho, etc., mesmo que, pelo seu trabalho, já conheçam outras coisas. Em face de um perguntador semelhante, devemos agir como se estivessemos perante a Polícia.
- 4) - Vigilância recíproca. Vigiar o exato cumprimento das normas conspirativas. Estudar bem os companheiros. Escolher bem antes de entregar cargos de responsabilidade.
- 5) - Não permitir que os companheiros se tratem uns aos outros por nomes legais. Exigir nome ilegal do companheiro. Mudar esse nome assim que haja suspeita de ser conhecido da polícia.
- 6) - Não trazer consigo senão os papéis estritamente necessários. Não anotar endereços nem pontos de encontro. Guardá-los de memória. Em último caso cifrá-los.
- 7) - Não armazenar material em casa. Distribuí-lo imediatamente que lido e estudado. Agir de outra forma é fazer sabotagem e provocação.
- 8) - Não fazer de sua casa museu de revolução. Não ter em sua casa arquivos e depósitos de material.
- 9) - Só o estafeta deve conhecer casas de depósito de material. Só o secretário e o encarregado de organização devem conhecer esse estafeta.
- 10) - Organizar muito bem a entrada e a saída nas casas que utilizamos. Só devem frequentá-las os que disso têm necessidade, e somente quando a tiverem.
- 11) - Não marcar pontos no centro da cidade. Não marcar pontos de mais de 3- companheiros. Não admitir atraso superior a 5- minutos. Marcar os pontos em lugares onde aja pretextos para ficar parado. Não se retirar do ponto de forma que chame a atenção.
- 12) - Acabar com reuniões em cafés. Fazer reuniões rápidas o mais possível, e em casas variadíssimas. Variar de casas, será garantir, ademais, sua utilização por muito tempo.
- 13) - Não marcar pontos com companheiros desconhecidos por meio de senhas e sinais. Isso degenera facilmente em provocação.
- 14) - Não levar aos pontos e reuniões gente que não precisa ir lá.
- 15) - Ir para os pontos com precaução, e lá chegar com naturalidade, dirigindo-se ao companheiro como se lá o encontrasse por acaso.
- 16) - Não parar na rua para falar com todo companheiro que encontrar.
- 17) - Ter organizado o serviço de casas de reunião e pontos de encontro. Quando os utilizar, verificar se outros organismos ou companheiros não o fazem, e, se isso se der, escolher outros.
- 18) - Estar sempre preparado para o "minuto conspirativo": no caso de ser detido, poder dizer imediatamente o que faz ou para onde vai, etc., sem se atrapalhar.

19) Não passar pacotes de material no meio da rua, mas sempre dentro de casas ou através de casas.

20) - Quando fôr descoberto um provocador ou expulso algum elemento, popularizar isso em toda a organização, afim de evitar venha ele a se ligar em outro lugar.

21) - Tornar a vida do provocador impossível em qualquer parte, mobilizando toda a massa, os jovens, as crianças, contra o policial infame.

22) - Ter a maior precaução relativamente aos que contam terrem fugido da prisão. É necessario auxiliá-los a encontrar um abrigo seguro, mas só admiti-los a trabalho depois que fique certo continuarem a merecer confiança e não estarem vigiados.

23) - No caso de aparecer companheiros que perdeu a ligação, ou que vem de outra cidade sem credencial, só os ligar á organização depois de rigorosamente verificado o motivo da perda de ligação ou da falta de credencial, ainda que a demora da verificação prejudique o trabalho.

24) - Liquidar a mania das notas escritas ou balanços de forças, com nomes, endereços, cargos, numero de elementos, locais em que estão os grupos, etc. Tais documentos são feitos para, um dia, servirem de pista á policia.

25) - Do mesmo modo, em artigos de imprensa nossa, feitos como correspondencia de locais de trabalho, evitar minúcias que sirvam de orientação á policia.

O. Directorio de S. Paulo (Estadual) da ANL.

-O-O-O-O-O-O-O-

ANEXO 2



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder Executivo
Seção I

GOVERNADOR GERALDO ALCKMIN

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Volume 113 - Número 172 - São Paulo, quinta-feira, 11 de setembro de 2003

Universidade Estadual Paulista

[Próxima Página]

REITORIA

) Resolução Unesp-96, de 10-9-2003

Altera o artigo 2º da Resolução 4, de 1º de fevereiro de 1993, e institucionaliza o Centro de Documentação e Memória da Unesp - Cedem, na estrutura administrativa da Reitoria

O Reitor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, com fundamento no inciso XI do artigo 34 do Estatuto e tendo em vista o deliberado pelo Conselho de Administração e Desenvolvimento - Cade, em sessão de 20/8/2003, baixa a presente resolução:

Artigo 1º - Acrescenta ao artigo 2º da Resolução 4, de 1º de fevereiro de 1993 o seguinte parágrafo único.

"Parágrafo único - Fica incluído na estrutura administrativa da Reitoria o Centro de Documentação e Memória da Unesp - Cedem, diretamente vinculado à Vice-Reitoria".

Artigo 2º - O Cedem, ora institucionalizado, ficará sob a Coordenação de servidor público, no mínimo, com o título de Doutor.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no caput desse artigo, o Cedem fica enquadrado em nível de Coordenadoria.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Proc. 595-87-Runesp.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRO DE FORNECEDORES

) Deliberações de 9-9-2003

Deferindo, no Cadastro de Fornecedores da Reitoria, com validade até 8-9-2004, a renovação da empresa Kon-Tato Comercial Ltda., sediada à Rua Doutor Ignácio Proença de Gouveia, 1.078 - Parque Peruche - São Paulo - SP, CRC 270, Proc. 1977/50/02/93.

Indeferindo a renovação no Cadastro de Fornecedores da Reitoria da empresa Labordidática Medical Ltda., por deixar de atender as exigências dos incisos III e IV do

Minuta do
Regimento do
Centro de Documentação e Memória - CEDEM
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Título I

Da Natureza

Artigo 1º - O Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM é um centro interdisciplinar de pesquisas voltadas para os estudos de história, memória e documentação da Universidade Estadual Paulista, integrado ao Campus de São Paulo, criado sob a forma de Unidade Complementar por deliberação do Conselho Universitário em __/__/__, nos termos dos artigos 9º e 10º do Estatuto da UNESP.

Artigo 2º - O CEDEM, como Unidade Complementar, subordina-se hierárquica e administrativamente à Administração Central da Universidade.

Artigo 3º - O caráter interdisciplinar do CEDEM é mantido pela conjugação das áreas de *Ciências Humanas, Letras e Artes* e *Ciências Sociais Aplicadas* ficando estabelecidas as especialidades do CEDEM a partir da definição de linhas de pesquisas orientadoras de seus projetos.

Título II

Dos Objetivos

Artigo 4º - O CEDEM tem por objetivos:

- I – Realizar pesquisas de caráter acadêmico cujos temas estejam relacionados com as áreas do conhecimento com as quais o CEDEM mantém diálogo permanente e que digam respeito à sua área de atuação;
- II – Preservar e difundir a memória social no âmbito da competência da Universidade;
- III – Preservar e difundir a Memória da Universidade;
- IV – Promover atividades de extensão;
- V – Interagir com o ensino em todos os seus níveis.

Artigo 5º - O CEDEM tem por atribuições:

1. gerar metodologias adequadas às várias atividades em desenvolvimento;
2. orientar e subsidiar tecnicamente os arquivos permanentes e centros de documentação e memória da Universidade;
3. recuperar, conservar, organizar e difundir arquivos, coleções e outros conjuntos de fontes da memória sócio-política brasileira sob sua guarda;
4. produzir e difundir fontes documentais para pesquisa, por meio de programas de História Oral;
5. elaborar instrumentos de acesso aos acervos, colocando-os a serviço da atividade de pesquisa e da coletividade;

6. colaborar em projetos destinados à preservação do patrimônio histórico e cultural;
7. oferecer serviços à comunidade universitária, na forma de assessoria técnica;
8. prestar consultoria para a implementação de projetos, que visem a prospecção, o tratamento técnico e a elaboração de instrumentos de pesquisa na área da memória social e da documentação histórica;
9. supervisionar tecnicamente estágios, realizados por estudantes ou profissionais que atuem ou que se preparam para atuar nas áreas correlatas às do CEDEM;
10. promover cursos e atividades de capacitação em serviço;
11. credenciar docentes para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas com as áreas de atuação do CEDEM;
12. propor convênios com entidades congêneres;
13. manter intercâmbios de informações com entidades de natureza similar ou correlata ao CEDEM, existentes na UNESP ou em outras instituições, nacionais ou estrangeiras;
14. promover eventos que proporcionem a integração de pesquisadores das áreas de interesse do CEDEM;
15. democratizar o acesso às informações reunidas ou produzidas pelo CEDEM, para fins de direito ou de pesquisa, preservando-se os direitos dos envolvidos.

Título III

Da Estrutura

Artigo 6º - A administração do CEDEM será exercida pelo Conselho Diretor e pela Diretoria.

Parágrafo único – o CEDEM contará ainda, junto à Diretoria, com um Conselho Científico, de caráter assessor e um Conselho de Cedentes, de caráter consultivo.

Seção I

Do Conselho Diretor

Artigo 7º - O Conselho Diretor, instância deliberativa e normativa das atividades realizadas pelo Centro, terá a seguinte composição:

I - o Diretor, seu presidente nato;

II - o Vice-Diretor;

III – dois representantes do quadro técnico e um do quadro administrativo;

IV - um representante de cada Pró-Reitoria;

V - e três representantes docentes da UNESP credenciados ou lotados no CEDEM.

Parágrafo único – O Diretor e o Vice-Diretor deverão ter, no mínimo, o título de doutor.

Artigo 8º - O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros em exercício.

Artigo 9º - Compete ao Conselho Diretor:

- I - elaborar as listas tríplices para a escolha do Diretor e do Vice-Diretor;
- II - estabelecer as diretrizes gerais dos trabalhos do CEDEM;
- III – estabelecer normas e deliberar sobre o credenciamento de docentes junto ao CEDEM;
- IV - avaliar pareceres técnicos sobre a guarda de novos acervos, bem como sobre a manutenção da guarda dos existentes;
- V – deliberar sobre propostas do Conselho Científico e do Conselho de Cedentes;
- VI - manifestar-se sobre a aceitação de doações e legados;
- VII - manifestar-se sobre convênios de intercâmbio técnico, científico e cultural;
- VIII - decidir sobre programas relativos à prestação de serviços à comunidade;
- IX - opinar sobre a criação de cargos e contratação de pessoal;
- X - dar pareceres sobre assuntos que lhe forem submetidos;
- XI - deliberar sobre a proposta orçamentária apresentada pelo Diretor;
- XII - aprovar o relatório anual financeiro e de atividades do CEDEM;
- XIII – dar parecer sobre relatórios de atividades apresentados pelos docentes e pesquisadores do CEDEM
- XIV - propor a alteração deste Regimento, por maioria absoluta de seus membros.

Artigo 10º - O Conselho Diretor renovará um terço de seus membros a cada 2 anos.

Seção II

Da Diretoria

Artigo 11º - A Diretoria, instância executiva do CEDEM, será exercida pelo Diretor, auxiliado pelo Vice-Diretor e pelo Conselho Científico.

Do Diretor e Vice-Diretor

Artigo 12º - O Diretor e o Vice-Diretor serão nomeados pelo Reitor, entre os docentes credenciados no CEDEM, considerando o inciso I do artigo 7º do presente Regimento.

Parágrafo 1º - Os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor, serão de quatro anos, permitida uma recondução consecutiva para o mesmo cargo.

Parágrafo 2º - O Vice-Diretor auxiliará o Diretor na administração, com a competência que lhe for atribuída pelo Conselho, bem como o substituirá em caso de falta, impedimento ou vacância.

Parágrafo 3º - Na vacância da função de Diretor e Vice-Diretor, proceder-se-á a nova escolha no prazo de trinta dias, para o exercício do mandato restante.

Parágrafo 4º - No caso de docente credenciado, para candidatar-se à função de Diretor ou Vice-Diretor do CEDEM, deverá obter prévia autorização da congregação da unidade em que estiver lotado, para o exercício dessas atividades em tempo integral.

Artigo 13º - Ao Diretor compete:

- I - administrar o CEDEM;
- II – presidir o Conselho Científico e o Conselho de Cedentes;
- III - representar o CEDEM em atos públicos e acadêmicos;
- IV - zelar pelo fiel cumprimento deste Regimento, bem como do Estatuto e Regimento da UNESP;
- V - estabelecer a pauta, convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- VI - elaborar o orçamento anual do CEDEM;
- VII - encaminhar, anualmente, ao Conselho Diretor, para a apreciação, a prestação de contas;
- VIII - coordenar a elaboração de relatório anual de avaliação das atividades do CEDEM e encaminhá-lo aos órgãos superiores;
- IX - designar comissões especiais, temporárias ou permanentes, bem como grupos de trabalho para assessorias e projetos específicos;
- X - coordenar o intercâmbio científico e tecnológico entre o CEDEM e instituições do país e do exterior;
- XI - coordenar a elaboração de projetos institucionais;
- XII - em situações especiais, tomar as medidas que se fizerem necessárias *ad referendum* do Conselho Diretor;
- XIII – encaminhar ao Conselho Diretor propostas apresentadas pelo Conselho Científico e pelo Conselho de Cedentes.

Do Conselho Científico

Artigo 14º - O Conselho Científico, órgão de caráter deliberativo, a quem compete definir prioridades, analisar, avaliar e acompanhar os projetos do Centro, será constituído pelos seguintes membros:

I – o Diretor, seu presidente;

II – o Vice-Diretor;

III – um representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, indicado pelo Pró-Reitor;

IV – dois representantes dos pesquisadores e técnicos do CEDEM, escolhidos entre seus pares;

V - dois representantes dos docentes credenciados, escolhidos entre seus pares.

Parágrafo 1º - O mandato do membros do Conselho Científico é de 4 anos, podendo ser reconduzido por mais 2 anos.

Parágrafo 2º - O presidente será substituído, em seus impedimentos, pelo Vice-Diretor.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Científico serão substituídos em seus impedimentos, pelos respectivos suplentes, escolhidos da mesma forma que o seu titular.

Artigo 15º - O Conselho Científico reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou pela maioria de seus membros

Artigo 16º - Constituem atribuições do Conselho Científico:

I – definir prioridades, analisar e propor os projetos do CEDEM contribuindo para que alcancem os seus objetivos acadêmicos e científicos;

- II – sugerir critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes;
- III – avaliar periodicamente as linhas de pesquisa do CEDEM, propondo alterações, quando for o caso, ao Conselho Diretor;
- IV – manifestar-se sobre acordos, convênios, contratos e outras modalidades de relações de intercâmbio, cooperação ou prestação de serviços propostas para o CEDEM;
- V – manifestar-se sobre o Relatório Anual de Atividades Acadêmicas do CEDEM;

Do Conselho de Cedentes

Artigo 17º - O CEDEM manterá um Conselho de Cedentes, de caráter consultivo, no âmbito dos acervos doados ou cedidos para custódia;

Parágrafo primeiro – o Conselho de Cedentes é composto pelo Diretor e Vice-Diretor do CEDEM e por um representante de cada acervo mantido sob a guarda ou custódia do CEDEM;

Parágrafo segundo – O Conselho de Cedentes será presidido pelo Diretor do CEDEM;

Parágrafo terceiro – O Conselho de Cedentes reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano.

Título IV

Dos recursos humanos

Artigo 18º - Para a consecução de seus objetivos, o CEDEM contará com docentes credenciados, pessoal técnico e administrativo, os quais estarão subordinados à Diretoria;

Parágrafo único – são docentes credenciados aqueles pertencentes às unidades universitárias da UNESP e fora dela, de áreas afins, com projetos avaliados e abrigados pelo CEDEM, relativos às suas linhas de pesquisa e de acervo.

Título V

Dos recursos financeiros

Artigo 19º - Constituem recursos do CEDEM, para investimentos e custeio, aqueles provenientes de:

- I - dotações específicas previstas no orçamento da UNESP;
- II - doações;
- III - subvenções;

Título VI

Disposição Geral

Artigo 20º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor do CEDEM ou pelo Diretor, no âmbito de suas respectivas competências.

Título VII

Disposições Transitórias

Artigo 21º - O Reitor designará um Diretor *pro-tempore* e um conselho diretor provisório, constituído de 4 membros além do Diretor, para, no prazo máximo de 90 dias, tomar as medidas necessárias à institucionalização da unidade;

Parágrafo único – Nesse período o Conselho Diretor provisório e o Diretor *pro-tempore* exercerão as atribuições previstas nos artigos 8º e 12º do presente Regimento.